



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

CLARISSA MENDES GONÇALVES

OLHARES SOBRE O OUTRO:
Construções Sociais do Medo da Violência Urbana

Recife

2018

CLARISSA MENDES GONÇALVES

OLHARES SOBRE O OUTRO:

Construções Sociais do Medo da Violência Urbana

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da UFPE –
Universidade Federal de Pernambuco
Área de concentração: Violência Urbana
Orientador: José Luiz Ratton Júnior.

Recife

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

G635o Gonçalves, Clarissa Mendes.
 Olhares sobre o outro : construções sociais do medo da violência urbana /
Clarissa Mendes Gonçalves. – 2018.
 131 f. : il. ; 30 cm.

 Orientador: Prof. Dr. José Luiz Ratton Júnior.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2018.
 Inclui referências e apêndices.

 1. Sociologia. 2. Violência urbana. 3. Medo. 4. Estereótipos (Psicologia
social). I. Ratton Júnior, José Luiz (Orientador). II. Título

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-042)

CLARISSA MENDES GONÇALVES

OLHARES SOBRE O OUTRO: construções sociais do medo da violência urbana

Dissertação ou Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia.

Aprovada em: 28/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^o. Dr. José Luiz de Amorim Ratton Júnior (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Márcio Abreu de França (Examinador Externo)

Instituto Federal de Alagoas

Prof^a. Dr^a. Fabiana Moraes da Silva (Examinadora Externa)

Universidade Federal de Pernambuco - CAA

AGRADECIMENTOS

Aos entrevistados, pela generosidade e disposição em abrir suas vidas, permitindo tanto aprendizado. A Ratton, por mergulhar de cabeça na cilada de me orientar e pelo envolvimento e incentivo na construção deste trabalho.

A Anita, Chico e Bia, pela leveza da companhia e pelas conversas que me ensinaram tanto ao longo desses dois anos. A Gutinho, que além de ter a gargalhada mais gostosa que eu já vi, me ajudou a tornar este trabalho possível. A Liana, por ter ministrado a disciplina de Feminismo Negro, decisiva para a minha formação.

Todos os dias e sempre: aos meus avós, Bonfim e Auxiliadora, e à Mazé, pela sabedoria e amor transbordantes tecidos em uma vida inteira à distância. Aos meus pais e irmãs, pessoas mais importantes da minha vida. Às minhas meninas, Rithinha, Lua, Paula, Lulu, Rai, Dea, Lia, Joana, e Maria, que carrego comigo sempre.

A quem acompanhou de pertinho meus perrengues: Eriquinha, pela escuta e pelos conselhos. A Bruno, meu descanso na loucura.

RESUMO

Em um contexto de altos índices de violência como o do Brasil, o medo de ser vitimizado já se incorporou ao modo de vida da população, aos seus hábitos cotidianos. Em meio a isso, certas questões surgem: Que mecanismos permitem que identifiquemos certos indivíduos como suspeitos e outros não? Como essa atmosfera de medo afeta a nossa sociabilidade com o Outro? Ao tentar prevenir-se de situações de riscos, é a figura do Outro que toma um plano central, ao ser diretamente associado a pessoas, lugares e práticas considerados perigosos. A identificação de um indivíduo desconhecido enquanto potencialmente perigoso não se dá ao acaso: antes mesmo de cometer qualquer crime, diz respeito a um determinado perfil sociocultural e comportamental, como se os grupos que estejam dentro desse perfil fossem mais propensos ao crime e deveriam ser evitados de todas as formas. Considerando isso, o objetivo principal deste trabalho é, a partir do olhar de homens que se aproximam dos estereótipos de indivíduo suspeito, analisar como o medo da violência, através das operações conceituais e simbólicas que o envolvem, impacta a maneira de se relacionar com o Outro. Foi realizada uma análise crítica de discurso a partir de sete entrevistas semi-estruturadas com integrantes das classes C, D e E (segundo critérios do IBGE), de 18 a 29 anos, residentes nas áreas periféricas da zona norte recifense, negros e brancos. Partindo destes olhares, procurei apreender quais são os seus principais medos no contexto da violência urbana, e ao mesmo tempo, como é a experiência de perceber-se temido por indivíduos que ainda desconhecem, mas já os consideram potencialmente ameaçadores.

Palavras-Chave: Medo. Suspeito. Perigo. Racismo. Preconceito. Alteridade. Sujeição. Violência.

ABSTRACT

In a context of high levels of violence such as Brazil, the fear of being victimized has already been incorporated into the population lifestyle; into their every-day habits. Inside this scenario, some questions arise: what are the possible mechanisms that allow ourselves identify certain individuals, instead of others? How does this fear atmosphere affect our sociability towards others? In this effort of trying to prevent risk situations, it is the image of the other who comes up as the main figure, when is directly associated to people, places and practices considered as dangerous. This identification of an unknown individual as a potentially dangerous element does not happen by chance: even before haven committed any crime, this condition is related to a determined socio-cultural and behaviour profile, as if the groups inside this profile were more likely to commit a crime, and should, by that, be avoided at any cost. Taking this into consideration, the main goal of this piece - from the perspective of men whose physical features matches the expectations of the suspect stereotype - is to analyze the fear of violence - through the symbolic and conceptual operations that are involved in it - impacts the way of relating with the other individuals. A critical analysis of speech was conducted, making use of seven semi-structured interviews with integrants of the C, D and E social layers (according to IBGE databasis) from 18 to 29 years-old, black and white-skinned, suburb dwellers from the North Zone of Recife. Taking those points of view as a basis, I aimed to capture which are the essential fears inside the urban violence context, and simultaneously, how is the experience of perceiving themselves as feared by individuals they do not even know, but who are already capable of making judgements and considering them as potentially threatening elements.

Keywords: Fear. Suspect. Danger. Racism. Preconception. Otherness. Subjection. Violence.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|---|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 1.1 | <i>A Coleta dos dados.....</i> | 15 |
| 1.2 | <i>Dimensões da relação entre pesquisadora e objeto.....</i> | 19 |
| 1.3 | <i>A Análise dos dados.....</i> | 24 |
| 2 | EU E A VIOLÊNCIA: DE ONDE PARTEM NOSSOS OLHARES?..... | 29 |
| 2.1 | <i>A Experiência De Classe Em Suas Múltiplas Configurações</i> | 35 |
| 2.1.1 | A associação entre crime e pobreza..... | 35 |
| 2.1.2 | A percepção que as classes têm do crime segundo a posição que ocupam..... | 39 |
| 2.1.3 | A classe circunscrita nos corpos: estigma e vestimenta | 42 |
| 2.1.4 | O nível de escolaridade enquanto variável | 45 |
| 2.2. | <i>Dimensões Espaciais e Raciais da Violência.....</i> | 51 |
| 2.2.1 | De Onde Eu Venho? Geografias Urbanas Da Violência..... | 51 |
| 2.2.2 | A periferia representada como origem da violência: paradoxos da proximidade | 53 |
| 2.2.3 | A Racialização da Periculosidade | 61 |
| 2.2.4 | Composições da negritude no imaginário social | 66 |
| 3 | EU E O MUNDO: UMA TROCA DE OLHARES..... | 74 |
| 3.1 | <i>Mas Afinal, Quem É O Outro?.....</i> | 74 |
| 3.1.1 | Entre O Cidadão De Bem E O Bandido: Os Lugares Da Alteridade | 76 |
| 3.1.2 | O cidadão de bem | 76 |
| 3.1.3 | O arquétipo do bandido | 82 |
| 3.1.4 | As Práticas Sociais De Negação Da Alteridade: A Assimilação E A Exclusão..... | 88 |
| 3.2 | <i>Medo de Quem?.....</i> | 92 |
| 3.2.1 | A Experiência De Ser Temido..... | 95 |
| 3.2.2 | Ser Suspeito na Abordagem Policial | 107 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 117 |
| | REFERÊNCIAS | 123 |

| | |
|--|------------|
| APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA | 127 |
| APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO | 131 |

1 INTRODUÇÃO

Recife, à noite. Você está caminhando numa rua escura e deserta, a passos largos, e percebe alguém vindo na sua direção. Quem é essa pessoa? Ela representa um risco? Ela tem um gênero, cor, idade, ocupação? Tem um jeito de caminhar, de olhar, de se vestir? Quais são as leituras que você executa, nesses breves segundos, para tentar discernir um mero transeunte de um indivíduo suspeito? E quanto aos procedimentos – vale mais a pena assumir o risco ou tomar precauções?

A circunstância acima ilustra uma das situações mais corriqueiras e familiares a quem mora num país com o índice de criminalidade como o do Brasil, numa cidade como Recife. Ela representa o tensionamento cotidiano que encontramos entre cautela e preconceito. E é incontornável. É esta breve fotografia que servirá de mote para o desenvolvimento deste trabalho.

A suspeição envolve uma virtualidade: é a presunção preventiva de perigo antes mesmo que qualquer coisa seja praticada. Ela se tornou uma operação recorrente na medida em que o medo da violência urbana se incorporou ao nosso modo de vida, modificando nossos trajetos, usos do espaço público e privado, sociabilidade e se tornando um dos principais tópicos de conversa e preocupação no cotidiano. Em termos gerais, o Brasil em 2015 apresentou uma taxa de homicídios 28,9 por 100 mil habitantes¹ – quase três vezes o limite do que é considerado violência epidêmica segundo os padrões da OMS². Em Pernambuco, que foi uma ilha de redução de homicídios no Nordeste entre 2007 e 2013 – quando chegou a uma redução de 36% em seus índices - apenas no último ano teve um aumento de 13,7%, voltando ao padrão de 2009/2010. Em 2017, o estado ultrapassou a marca de 5 mil homicídios, número mais alto já registrado em sua história³.

¹ (IPEA; FBSP, 2017).

² Organização Mundial da Saúde. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/em-relatorio-banco-mundial-alerta-para-alta-violencia-na-america-latina-e-caribe/>. Visitado em: 15 de fevereiro de 2018.

³ Dados do Datasus.

Embora a sensação de insegurança seja generalizada⁴, quando se trata das vítimas de homicídio do país, pertencem a um perfil específico aquelas cujas taxas são mais altas: trata-se de homens, jovens, negros e de baixa escolaridade. Segundo o Atlas da Violência de 2017, 54,1% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos; 92% eram homens. De cada 100 pessoas que sofrem homicídio, 71 são afrodescendentes; enquanto entre não-negros o índice caiu 12,2% entre 2005 e 2015, entre negros houve um aumento de 18,2% durante este mesmo período. Assim, a violência não só tem aumentado, como tem se especializado neste perfil de vítimas.

A experiência de violência perpassa todas as classes, mas cada uma a vivencia de formas diferentes, tipos de violência diferentes, sendo as classes trabalhadoras as mais vitimizadas pelos crimes violentos. Segundo Caldeira (2000:57), essas diferentes experiências interferem na percepção que cada classe tem do crime. Kessler (2011:133) coloca que a experiência de classe – sobretudo a dimensão socioespacial – influencia na forma de construir os discursos em relação ao medo da violência, na medida em que imprime uma sensação de maior proximidade ou distanciamento em relação ao crime. Entretanto, nenhum dos dois permite antecipar um maior ou menor apoio a medidas punitivas.

E ao olhar para a população geral, de que forma o medo atinge os diferentes grupos? O medo atinge cada segmento de formas diferentes: em geral mulheres, idosos e pessoas de renda mais alta relatam maior intensidade em seus medos relacionados à violência urbana (FBSP 2015; 2016) – o que tende a não encontrar correspondência em relação ao perfil social dos vitimizados pela violência, em termos de proporção. Assim, embora os riscos possam ser reais, o medo não tem correspondência unívoca em relação à possibilidade de vitimização.

Ao tentar prevenir-se de situações de riscos, é a figura do Outro que toma um plano central, ao ser diretamente associado a pessoas, lugares e práticas considerados perigosos. O Outro é uma figura central na psicoesfera do medo, ao fazer parte do imaginário coletivo no papel de inimigo a ser combatido e eliminado. Cada lugar, com sua respectiva particularidade, e a partir de discursos que se encontram em uma posição hierárquica dominante, produz seus respectivos “Outros” (MELGAÇO, 2010: 129; 140).

⁴ Segundo a pesquisa Medo da Violência e Apoio ao Autoritarismo no Brasil, realizada a partir de uma amostra representativa da população brasileira, constatou-se que a população tem um nível moderado a alto de medo da violência, não havendo nenhum grupo – dos 25% mais temerosos aos 25% menos temerosos - que relate ter pouco ou nenhum medo (FBSP, 2017).

A noção de alteridade traz à tona o fato de que a diferença constitui a vida social, na medida em que esta efetiva-se através da dinâmica das relações sociais. Habitamos um mundo repleto de diferenças, que são, assim, inerentes a nossos processos cognitivos. Se a diferença é base da vida social, ressalta Gilberto Velho, ela também é fonte permanente de tensão e conflito (VELHO, 2008 apud RODRIGUES, 2018).

A questão que se coloca, então, é a forma como interpretamos e lidamos com essas diferenças: é o valor atribuído a elas que produz a alteridade. É esta a definição de “Outro” que será adotada neste trabalho. Para Landowski (2012), é necessária a existência de um grupo de referência, - um grupo social dominante – para a existência de qualquer forma de alteridade. A construção da alteridade é arbitrária e seria reflexo da ideologia e do desejo de poder desse grupo dominante. Dessa forma, embora a diferença sempre exista na vida social, a alteridade é sempre uma construção, e uma construção hierárquica.

Trazendo a questão da alteridade para o nosso contexto, Caldeira (2000:12) explica que nas cidades, a negação do Outro não se dá somente no âmbito das falas e das ações, mas se materializa em formas urbanas voltadas a separar e afastar os indesejáveis, sob a justificativa de proteção contra a violência. Isso seria no mínimo perigoso, pois cria uma atmosfera em que a diferença pode ser entendida como algo negativo, e portanto, repudiado.

Gilberto Velho (2005) reforça que a sensação permanente de insegurança típica das cidades brasileiras resulta numa alteração radical das expectativas e padrões de sociabilidade. O medo apareceria como variável constante, determinando comportamentos e escolhas dos indivíduos em seu cotidiano. Mediados pela cautela e pela desconfiança, os grupos tenderiam a se tornar cada vez menos permeáveis à interação com indivíduos e categorias sociais diferentes, resultando em relações sociais empobrecidas. Seguindo nessa direção, Zaluar (1998) reforça que o caráter ideológico dos discursos é perceptível quando o adjetivo “violento” é utilizado sistematicamente para caracterizar o “Outro”: aquele que não pertence a seu estado, cidade, raça, etnia, classe social, bairro, família ou grupo.

Problematizar a construção desse Outro é essencial para entender o idioma no qual o crime e a violência são ordenados simbolicamente. Não se trata mais de diferença, mas de alteridade, nos termos em que Landowski (2012) coloca. A identificação de um indivíduo desconhecido enquanto potencialmente perigoso, portanto, não se dá ao acaso: antes mesmo de cometer qualquer crime, se refere a um determinado perfil sociocultural e comportamental,

como se tais grupos que estejam dentro desse perfil fossem mais propensos a cometer crimes e devessem ser evitados de todas as formas.

E qual seria esse perfil? Teresa Caldeira coloca que os crimes e criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem – espaços marginais, como favelas e cortiços. Os habitantes destes espaços seriam vistos como criminosos em potencial. Segundo a autora, a imagem do suspeito é feita de estereótipos e, conseqüentemente, os sistemas de triagem discriminam especialmente os pobres e os negros. Isso traz sérias conseqüências, frequentemente confundindo esses grupos com criminosos e às vezes até matando-os (CALDEIRA, 2000: 57; 89; 319).

No nível comportamental, Caldeira (2000:80) acrescenta que, de certo modo, tudo o que quebra os padrões do que se considera uma boa conduta pode ser associado aos criminosos, ao crime e a seus espaços; o que pertence ao crime é tudo o que a sociedade considera impróprio. Assim, recorre-se não apenas a estereótipos de raça e classe, mas articula-se a eles uma série de julgamentos morais, como a possibilidade de ser usuário de drogas, pertencer a famílias desestruturadas, à falta de ocupação ou de um trabalho digno.

Mas o exemplo mais emblemático desses filtros de atribuição de periculosidade é a abordagem da polícia, cujo recorte é claro: segundo Ramos e Musumeci (2004), os critérios de construção da suspeita por policiais militares responsáveis pelo policiamento ostensivo são influenciados por filtros sociais e raciais na definição de “elementos suspeitos”. Segundo a pesquisa, realizada no Rio de Janeiro, ser abordado a pé ou em transporte coletivo pela PM é uma experiência que incide desproporcionalmente sobre negros, jovens, de baixa escolaridade e em regiões mais periféricas⁵. Índícios ainda mais gritantes de seletividade racial e social surgem quando se examina a incidência de revistas corporais, sobretudo aquelas em que há ameaça, intimidação, coação e violência física ou psicológica. Já quando se trata de transeuntes brancos, mais velhos, de classe média e sobretudo quando circulam em áreas nobres, há um maior pudor em revistá-los.

Em Recife, os dados corroboram essa mesma postura nas práticas policiais; em pesquisa realizada com policiais militares aliada a uma análise de Boletins de Ocorrência, constatou-se que a cor da pele é o principal fator de suspeição, seguido pelas características de

⁵ Pretos e pardos somam 55,1% das abordagens a pé, apesar destes grupos representarem 41,1% da população; pessoas de baixa escolaridade (com até 4 anos de estudo) representam 6,8% da população e foram 11,4% dos abordados a pé; jovens de 15 a 29 anos representam 37% da população e 57,9% das abordagens a pé. Ver: RAMOS e MUSUMECI, 2004.

classe (BARROS, 2006). Na percepção dos policiais, o suspeito alvo de abordagens seria predominantemente homem, negro e jovem. Há indícios também de que a abordagem policial também reflete uma relação de poder, em que os que têm menos educação formal seriam sistematicamente selecionados.

E essa seletividade não se atém à esfera das práticas policiais: em pesquisa realizada em São Paulo, Sérgio Adorno (2005) conclui que a cor é um poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça, em suas várias etapas. Segundo ele, brancos e negros cometem crimes violentos em idênticas proporções, mas os réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, enfrentam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e de usufruto do direito de ampla defesa. A consequência disso é que tendem a receber um tratamento penal mais rigoroso, tendo uma maior probabilidade de serem punidos - quando se fala em encarceramento em massa das populações negras, é disso que se está falando.

Em que medida os critérios de suspeição utilizados institucionalmente se estendem às práticas cotidianas? Teresa Caldeira (2000: 319) reforça que para muitas pessoas, o dia a dia na cidade está se transformando numa negociação constante de barreiras e suspeitas, e é marcado por uma sucessão de pequenos rituais de identificação e humilhação, que atingiria sobretudo aqueles que atendem a esses estereótipos: pobres e negros. Um exemplo corriqueiro disso seria que os porteiros não incomodam pessoas que têm os sinais de classe certos, mas podem chegar a humilhar os que não têm, submetendo-os a uma série de procedimentos. Essas estratégias de identificação e segurança permeariam a experiência de vida urbana e encontram legitimidade na população.

Para tratar desse processo segundo o qual certos tipos são previamente criminalizados pela população antes mesmo de cometer qualquer coisa, lançarei mão do **conceito de sujeição criminal** (MISSE, 1999; 2010; 2014), que norteará todo o trabalho. A sujeição criminal diz respeito a uma expectativa negativa sobre indivíduos e grupos que apresentam determinadas características, sustentando que o crime habita o indivíduo transgressor e seu tipo social mais geral; assim, o foco criminalizador se transfere do crime e da transgressão à lei para os sujeitos dos crimes, cujos tipos supostamente teriam maior propensão a cometer crimes. Nessa leitura, o crime é reificado no suposto autor, constituindo parte integrante de sua subjetividade.

Para entender como a sujeição criminal é naturalizada, é preciso compreender que ela se apresenta, na leitura de quem a pratica, não como preconceito, mas como regra de

experiência: “trata-se de alguém ou de um grupo social em relação ao qual ‘sabe-se’ preventivamente que poderão nos fazer mal, assaltar-nos, violar-nos, matar-nos” (MISSE, 2014). Discrimina-se seletivamente características que podem estar associadas a esses indivíduos, tais como cor, roupas, marcas corporais, local de residência, modo de andar, origem social, etc. Essa suspeição potencial, assim, configura-se como presunção preventiva de culpabilidade; não temos, aqui, a presunção de inocência.

Aqui no Brasil, segundo Misse (2014), a normalização repressiva⁶ das massas urbanas teve um impacto desnormalizador sobre essas áreas. Concomitante a esse processo, foram surgindo vários “tipos sociais”, sujeitados em figuras como o malandro, marginal, vagabundo; esses tipos se constituiriam como um modelo negativo, em oposição à figura do “cidadão de bem”, que incorpora os valores positivos de um caráter ideal. A sujeição criminal seria constitutiva do tipo oposto àquele das pessoas de bem, os “de má índole”, que viveriam a sociabilidade violenta, nos termos em que coloca Machado da Silva (2014).

Misse (2014) ainda acrescenta que mesmo os indivíduos e grupos postos nessa condição de suspeição potencial tendem a reconhecer-se, pois sentem os efeitos da interação com grupos de referência e com a polícia e a justiça, que reproduzem essas práticas. Por conta disso, eles frequentemente constroem justificações para essa “diferença” ou para a sua “trajetória”, buscando quando possível neutralizar a culpa.

Dessa maneira, ao olhar detalhadamente sobre este perfil: homens, jovens, negros, de baixa escolaridade, moradores de periferia, é possível sugerir que estes estão sujeitos a vulnerabilidades múltiplas: são alvos preferenciais da abordagem policial e da justiça penal, carregando os estereótipos do indivíduo suspeito a ser temido, e também são as principais vítimas de homicídio no país. Encontram-se, portanto, no cerne da tensão entre medo e discriminação da vida urbana. E é sobre estes que se debruçará este trabalho.

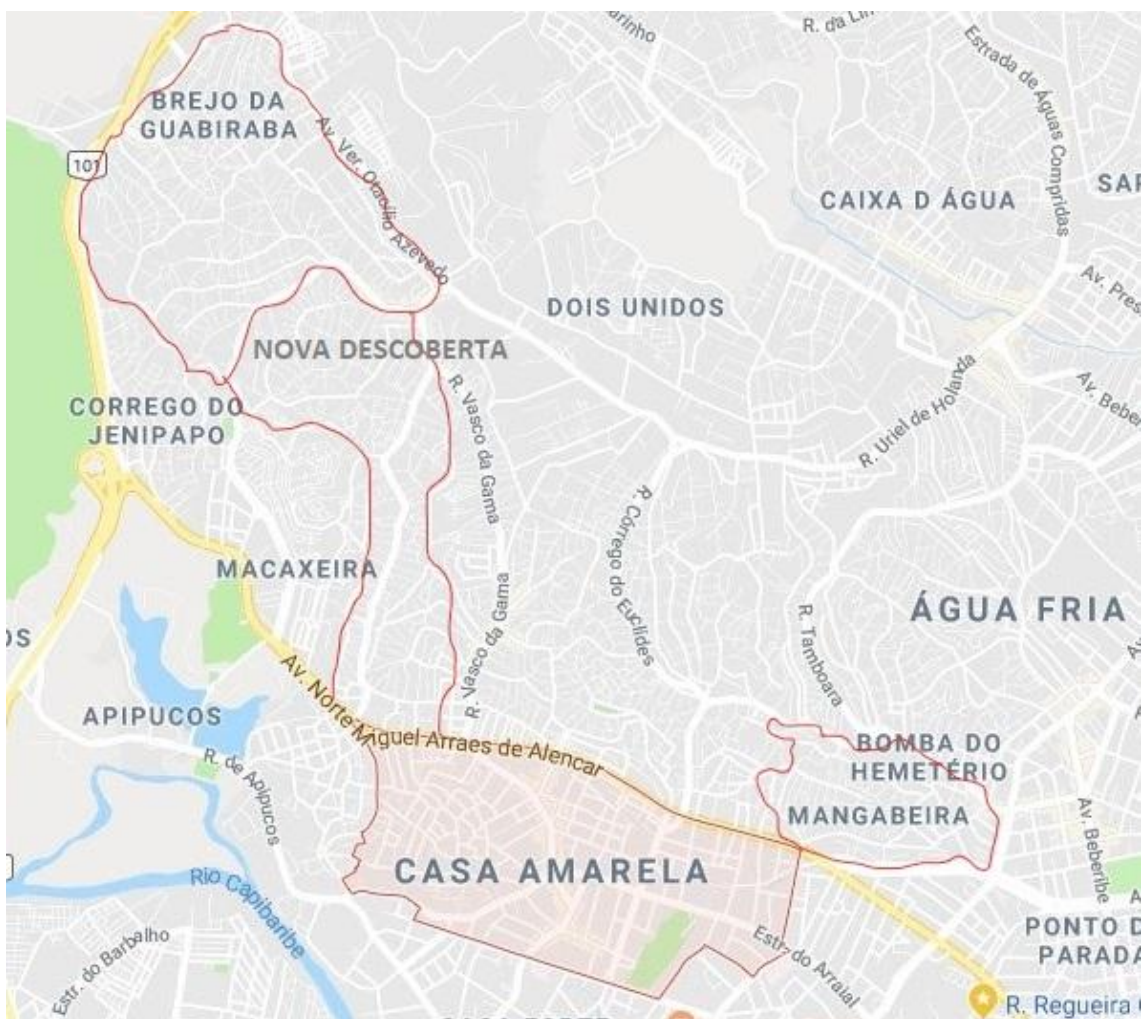
As **questões centrais** que se colocam, portanto, são as seguintes: quando o grupo de entrevistados se encontra mais próximo – socioeconomicamente, geograficamente, racialmente e em termos de gênero e idade – dos estereótipos de suspeição, o que acontece? Seus medos são os mesmos? A noção de identidade e alteridade é a mesma? As negociações e justificativas acerca do que seria um indivíduo potencialmente perigoso ainda seriam as

⁶ Misse entende por normalização o complexo processo histórico-social que mobilizou os indivíduos ao auto-controle; no contexto brasileiro, trata do processo de transferência do uso da força para a resolução de conflitos, que passou do âmbito privado para o controle estatal. A partir de então, desenvolve-se dispositivos de acusação padronizados e definidos através do Estado. (MISSE, 1999: 53)

mesmas? Por guardar características em comum com este outro, os entrevistados já se sentiram estigmatizados e temidos? Como isso afeta suas subjetividades?

Levando isso em consideração, o **objetivo** principal deste trabalho é investigar como o medo da violência urbana no Recife impacta na maneira de se relacionar com o outro. A localização social dos indivíduos é imprescindível para trazer essa reflexão e será aprofundada a seguir.

1.1 A Coleta dos dados



A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas com de homens de 18 a 29 anos de idade, de classe C, D e E⁷, residentes de áreas periféricas da zona norte recifense (RPA 3)⁸, que ficam no entorno do bairro de Casa Amarela⁹. Dessa forma, foram entrevistadas

⁷Segundo critérios estabelecidos pelo IBGE.

⁸ Trata-se da Região Político-Administrativa 3, cujos bairros integrantes estão disponíveis no seguinte endereço: <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/sobre-rpa-3>.

peças residentes da Mangabeira, Nova Descoberta, Alto Santa Isabel e Brejo da Guabiraba, demarcados no mapa acima.

Apesar do critério de seleção dos entrevistados ter base na renda familiar estipulada pelo IBGE, a classe social, neste trabalho, é entendida em seu sentido multidimensional. Isso significa que ela seria algo não restrito à subesfera econômica, mas que também incluiria aspectos socioculturais, uma forma de “conduzir a vida”. É por isso que se torna possível atrelá-la a um modo de se vestir, de se portar, a um gosto, escolaridade. Nesse sentido, Bourdieu (1972) coloca que cada classe não seria uma soma de indivíduos quantificáveis e mensuráveis, mas um habitus de classe (modo de ser). Semelhantemente, Amartya Sen pensa a pobreza não como uma renda inferior a um valor preestabelecido, mas à privação de capacidades e liberdades: uma privação da vida que as pessoas poderiam levar (CRESPO e GUROVITZ, 2002).

De início, o objetivo seria entrevistar apenas homens negros¹⁰ e de baixa escolaridade; no entanto, com o avanço da pesquisa, concluí que acrescentar homens de perfil semelhante, porém com raça e nível de escolaridade variados me permitiria ter acesso a uma maior riqueza acerca de como essas variáveis operam. Especificamente, busquei que um dos entrevistados tivesse envolvimento com o ativismo racial, o que poderia trazer alguns elementos a mais para a análise da pesquisa. Também pelos mesmos motivos, busquei que um dos entrevistados tivesse um nível de escolaridade mais baixo do que os aqui apresentados, mas não consegui obter a entrevista em tempo hábil para incluir na pesquisa.

Sem mais delongas, segue uma breve caracterização do grupo selecionado:

| Entrevistado | Idade | Área | Cor/ Raça | Renda | Escolaridade |
|---------------------|--------------|-----------------|------------------|--------------|------------------------|
| 1. Felipe | 24 | Brejo | Negro | E | Fundamental Incompleto |
| 2. Marcos | 24 | Nova Descoberta | Negro | E | Médio Completo |
| 3. Lucas | 19 | Nova Descoberta | Branco | E | Médio Incompleto |
| 4. Diego | 27 | Mangabeira | Pardo/ | E | Superior |

⁹ O objetivo inicial seria que as entrevistas ocorressem com residentes do bairro de Casa Amarela; entretanto, desde a reestruturação político-administrativa da cidade em 1988, o bairro perdeu toda a área de morros, excetuando-se o Alto da Santa Isabel. Assim, preferi incluir na minha pesquisa as regiões pertenciam ao bairro antes do desmembramento.

¹⁰ Para facilitar a discussão, a categoria “negros” será adotada incluindo negros e pardos.

| | | | | | |
|----------|----|-------------------|--------|---|---|
| | | | Branco | | Incompleto |
| 5. Chico | 22 | Mangabeira | Branco | C | Superior Completo |
| 6. Caio | 22 | Alto Santa Isabel | Negro | E | Superior Incompleto |
| 7. João | 27 | Alto Santa Isabel | Negro | D | Pós-Graduação (Mestrado) Completo |

As entrevistas se deram, de forma geral, em locais sugeridos pelos entrevistados, e onde pudessem ter um mínimo de privacidade. A exceção foram as entrevistas a Marcos e Lucas, realizadas na presença de ambos os entrevistados, que eram amigos. Em certos momentos, um interferia nas respostas do outro ou dava sugestões. Não senti que isso tenha sido um fator negativo ou que gerou constrangimentos, pois eles pareciam ter intimidade, e ao mesmo tempo, se mantinham firmes em seus posicionamentos quando estes divergiam. Em um dado momento, um entrevistado questionou as respostas do outro, e o resultado foi interessante – e não teria sido possível se a entrevista não se desse coletivamente. Esse momento será detalhado mais adiante.

É importante reforçar que estruturas de classe, raça, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes, porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e constitutiva dela. O que Avtāh Brah sugere é que não compartimentalizamos opressões, mas em lugar disso formulemos estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam (BRAH, 2006: 351; 376).

O conceito de **interseccionalidade** é uma chave importante para pensar essas variáveis; este sugere que nem sempre trabalhamos com grupos distintos de pessoas – e sim com grupos sobrepostos. De acordo com Creenshaw (2002), a visão tradicional da discriminação opera no sentido de excluir essas sobreposições. Precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero; da mesma maneira, as mulheres podem experimentar violências de gênero distintas de acordo com a raça à qual pertencam.

Assim, no âmbito desse trabalho, a experiência de ser homem no contexto da violência urbana e do medo que se constrói acerca desses sujeitos é indissociável da raça e da classe à qual esses homens pertencem. Como exemplo disso, Barros (2006) coloca que, na percepção

dos policiais, em uma situação em que duas pessoas estivessem maltrapilhas, sendo uma negra e outra branca, a tendência é que a abordagem preferencial seja ao negro, alegando-se que o branco seria considerado um mendigo inofensivo.

Para a **coleta dos dados**, foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas (POUPART, 2008), registradas com o auxílio de um gravador; todas as entrevistas foram transcritas por mim¹¹. Aos entrevistados, era garantido o anonimato - portanto os nomes aqui usados são fictícios -, além de explicitadas as condições da entrevista, através de um termo de consentimento (ver anexo II) que era entregue, explicado e assinado antes do início da entrevista.

O tempo médio de cada entrevista foi de 30 minutos, com exceção da última, que teve uma duração de 2h30. Apesar de norteadas pelas perguntas do questionário, ao longo das entrevistas, eu sempre procurava incentivar que os entrevistados desenvolvessem livremente aspectos relacionados às suas vidas e visões de mundo, com o mínimo de interferências possível, deixando claro que não havia respostas certas nem erradas. Muitas dessas perguntas não chegaram a ser usadas no corpo do trabalho, mas foram necessárias para um conhecimento mais amplo da realidade que os entrevistados tentavam descrever e analisar em suas falas. De maneira geral, embora os entrevistados se sentissem levemente constrangidos no início das entrevistas, no decorrer dela iam sentindo-se mais à vontade, e ao final, muitos explicitaram ter gostado da experiência. Percebo, de maneira geral, que o tema da violência costuma despertar envolvimento; trata-se de um assunto do qual normalmente as pessoas gostam de falar, mesmo não suscitando lembranças positivas.

O acesso aos entrevistados se deu por intermédio de pessoas que conhecessem residentes em algumas destas regiões. Encontrei certa dificuldade em ter acesso a entrevistados de baixa escolaridade, enquanto sobraram oportunidades de entrevistar pessoas que tivessem concluído o ensino médio ou até curso superior, o que é desproporcional em relação a esta parcela da população¹²; considero a hipótese de que isso se deu pelo fato de

¹¹ Os trechos que foram aqui adicionados – tanto na fala da entrevistadora quanto dos entrevistados - sofreram o mínimo de alterações possíveis, mantendo as marcas da oralidade, a não ser pela obliteração de trechos redundantes ocasionados por vícios linguísticos ou fuga do tema. Procurei manter certa informalidade para deixar os entrevistados mais à vontade (o que explicaria o uso de “tu” para me referir a eles, que é a minha maneira de normalmente me dirigir a pessoas da minha idade no cotidiano). Alguns dos trechos se repetem ao longo do trabalho, porém aspectos diferentes dos mesmos são abordados em cada um; optei por grifar as partes consideradas mais importantes para os propósitos da análise.

¹² Segundo dados de 2010 do Atlas Brasil, a porcentagem da população escolarizada vem aumentando nos últimos anos, o que já pode ser sentido entre as gerações mais jovens. Entretanto, essa taxa ainda não é tão

pertencer a um perfil social distante daquele dos meus entrevistados. De todas as variáveis, talvez a escolaridade seja uma das mais simbólicas desse abismo social que nos separa.

1.2 Dimensões da relação entre pesquisadora e objeto

É importante introduzir meu local de fala enquanto pesquisadora, antes de tudo, porque parto da pressuposição de que toda visão tem uma natureza corpórea, ou todo saber é localizado, nos termos em que coloca Donna Haraway (2005:18). Em outras palavras, não existe um ponto de vista neutro; dependendo da posição de cada um nas estruturas sociais, existem modos de vida e modos específicos de ver e traduzir a realidade.

Enquanto mulher, branca e classe média alta, a minha preocupação sempre foi, diante da possibilidade constante de ser vítima dessa violência, não fazer com que isso se torne veículo para discriminar segmentos da população que já são estigmatizados cotidianamente. E foi com base nessa tensão entre os limites de uma cautela que não seja discriminatória que desenvolvi uma monografia (GONÇALVES, 2015) tentando analisar como o medo da violência urbana, entre pessoas com um perfil social muito parecido com o meu¹³, impactava na maneira de olhar para o Outro – ou mais especificamente, determinar que existe um Outro a ser temido e evitado, e quem exatamente seria este Outro. Uma pesquisa que, de certa forma, complementa esta que está sendo realizada agora, desta vez através de outros olhares, outras localizações.

Dessa forma, percebe-se que nesta pesquisa que desenvolvo agora, o meu perfil social é completamente oposto em relação ao dos meus entrevistados – em termos de classe, raça, gênero, geograficamente, e em parte dos casos, escolaridade. Aliás, se aqueles que entrevisto se encontram muito próximos dos estereótipos de indivíduo a ser temido, eu me encontro muito próxima do estereótipo da vítima, ou daquela que potencialmente os discriminaria. Esta é uma tensão que de certa forma permeia o trabalho e se fez presente em alguns momentos na

alta: em Pernambuco, 54,92% da população com 18 anos ou mais completou o ensino fundamental; 32,12% da mesma completou o ensino médio; e apenas 8,01% da população com 25 anos ou mais completou o ensino superior. Esses dados ainda apresentam uma discrepância quando desagregados por raça, o que se acentua quanto maior o nível de escolaridade: se os brancos representam 13,18% daqueles com 25 anos ou mais e ensino superior completo, os negros representam menos da metade deste valor: 4,94%.

¹³ Pessoas de classe A ou B, segundo critérios do IBGE, residentes de bairros nobres da Zona Norte recifense – selecionados de acordo com o ranking de IDH da cidade – com alto nível de escolaridade e predominantemente branca.

fala dos entrevistados, ao relatar que normalmente são as mulheres que demonstram ter mais medo de suas figuras; um deles chegou a especificar ainda mais: sobretudo mulheres brancas.

O momento em que isso se deu de forma mais explícita foi durante a última das entrevistas, em que questionei ao entrevistado o que ele achava do fato de eu estar fazendo a pesquisa com ele e ser uma mulher branca¹⁴. Ao qual ele respondeu:

Acho que **as pessoas brancas têm uma responsabilidade muito grande nesse lugar**, né. Existe um discurso muito falacioso e que não é do movimento negro, inclusive, de que o branco não tem vez nessa discussão. Muito pelo contrário. O branco tem um lugar, e tem um lugar muito importante. Sabe? **O que não significa dizer que ele é o protagonista da discussão**. Ele não é o protagonista. Mas ele é importante. Porque ele goza de um lugar de privilégio. E no gozar desse privilégio, ele tem a possibilidade de entrar em lugares, pontuar coisas e fazer questionamentos que a gente não é oportunizado.

Eu vejo isso com muito entusiasmo, porque a gente tá levando essa discussão pra dentro da universidade. E **a universidade tem uma dívida histórica com essa população**, tanto nos processos de exclusão que ela construiu, como ela foi construída também, pra quem ela foi construída, então ela tem uma dívida com essa população. E tem uma **dívida também epistemológica**, né, de invisibilização dessa temática, de invisibilização desses teóricos, dessa discussão.

As pessoas brancas precisam se preocupar com essa discussão. Isso é fundamental. **Discutir raça não pode ser uma particularidade da população negra**. A gente tem um mundo que é hegemonicamente organizado a partir da branquitude. Ele é organizado a partir desse processo. Então essas pessoas precisam pensar nos seus lugares de privilégio, precisam pensar em que lugares elas tão colocando os negros nessa sociedade. Então fazer esse exercício de pesquisar, de perguntar, de conversar com pessoas negras faz você ter experiências e escutar histórias e trajetórias que você nunca imaginou na sua vida, provavelmente. Porque você não teve essa experiência na sua vida. Então isso faz você ser mais sensível a essa discussão. **(João)**

Apesar de salientar a importância e responsabilidade das pessoas brancas entrarem no debate racial e trazerem isso para o espaço acadêmico, ele também revelou que essa relação implica certos desconfortos:

- Conversar com uma pessoa branca, apesar de ser desconfortável, porque assim, eu sinto esse desconforto. Porque parece que a gente tá falando contra você. Mas não é.

¹⁴ Esta foi a única entrevista em que senti espaço para fazer essa pergunta, pois o entrevistado, ativista do movimento negro, já tinha discutido uma série de questões acerca de lugar de fala durante a conversa.

- Que tá acusando, né?
- É, que quando eu tô falando dessa história, de como algumas pessoas brancas me tratam, **eu não tô falando de você. Mas eu tô falando de um comportamento que é hegemônico.** É um comportamento que existe antes de você, que tá aí posto antes de você. **Você não é a culpada, mas você tem responsabilidade.** Você tem possibilidades de pensar sobre isso, de contribuir com relação a isso, de desfazer alguns entendimentos, você tem algumas escolhas. E é disso que a gente tá falando. E aí é desconfortável, mas eu acho que **é um desconforto que eu já aprendi que é necessário** também. (João)

É necessário situar a minha localização social, tanto quanto a do objeto de pesquisa, pois o **local de fala**, nos termos em que Djamila Ribeiro (2017) coloca, seria um instrumento teórico-metodológico que cria um ambiente explicativo para evidenciar as posições sociais simbólicas a partir das quais os discursos são emitidos. Isso é importante porque para explicar o discurso, é preciso conhecer as suas condições de constituição. Todas as pessoas possuem lugar de fala, pois estamos falando de localização social. No contexto dos movimentos sociais, nos quais o uso desse conceito é recorrente, o local de fala seria uma ferramenta política que vem questionando quem é autorizado a falar, e sobretudo questionando o lugar do emissor neutro e invisível; essa marcação, portanto, trata de uma postura ética e seria necessária para entendermos as realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017).

Uma boa via para falar de lugar de fala é a *Standpoint Theory*, ou teoria do ponto de vista feminista, discutida por Patricia Hill Collins (1991); esta refere-se a experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos, cujas realidades transcendem as experiências individuais. Por exemplo:

Afro-americanos, como um grupo racial estigmatizado, existiu muito antes de eu nascer e irá, provavelmente, continuar depois de minha morte. Embora minha experiência individual com o racismo seja única, os tipos de oportunidades e constrangimentos que me atravessam diariamente serão semelhantes com os que afro-americanos confrontam-se como um grupo (COLLINS, 1997 apud RIBEIRO, 2017).

Dessa maneira, esse conceito trata das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania; trata-se, portanto, de um debate estrutural. Segundo Collins, a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Categorias como raça, gênero, classe e

sexualidade seriam entendidas como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades dentro da estrutura social, ao invés de pensá-las como descrições identitárias aplicadas aos indivíduos.

A autora salienta ainda que ocupar uma localização comum em relações de poder hierárquicas não implica em ter sempre as mesmas experiências, pois não está sendo negado que há a dimensão individual; entretanto, justamente por compartilhar esta mesma localização, esses indivíduos compartilham experiências nessas relações de poder, e essas seriam as experiências comuns aos objetos de análise (RIBEIRO, 2017).

Essa discrepância em relação aos locais de fala da pesquisadora e dos pesquisados pode ter algumas consequências metodológicas em relação a meu tema de pesquisa. Primeiramente, a possibilidade dos entrevistados não se sentirem à vontade para relatar certas experiências diante do meu perfil de suposta fragilidade¹⁵ para tratar de assuntos que são um tabu, como o envolvimento com o crime; a possibilidade de constrangimento em admitir ter sofrido discriminação por pessoas de perfil semelhante ao meu, o que daria à narrativa um tom acusatório, mesmo que não intencional (como explicitado em trecho da entrevista a João); o desconforto diante da formalidade e da tentativa de causar uma boa impressão em uma pesquisa acadêmica.

Ademais, num sentido mais amplo, Poupart (2008) coloca que a proximidade devido a um mesmo pertencimento social é percebida como uma condição que favorece boa compreensão do grupo pesquisado. Por outro lado, isso também pode ser um obstáculo, na medida em que que demasiada familiaridade em relação ao grupo poderia dificultar que o pesquisador tomasse a distância necessária para considerar as evidências e racionalizações próprias ao grupo¹⁶.

Um ponto importante, ainda, sobre estar na posição de pesquisadora cujo local de fala é discrepante em relação ao do objeto de estudo é que a abordagem aqui adotada discorda da

¹⁵ Sou mulher e branca; a respeito disso, Sueli Carneiro fala que, quando se trata do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, é das mulheres brancas que se está falando; apesar de sofrerem as desigualdades de gênero, as mulheres negras nunca teriam sido tratadas como frágeis, justificando que trabalhassem durante séculos desde a escravidão até hoje (CARNEIRO, 2001).

¹⁶ É importante tomar a seguinte nota metodológica, ao considerar a minha análise: apesar de toda a discrepância em termos de *locus social*, encontrei certa dificuldade em tomar a distância necessária durante a entrevista a João, integrante da militância racial, que tinha profundas análises acerca das experiências vividas, muito semelhantes àquelas nas quais acredito.

visão essencialista segundo a qual, por exemplo, somente o negro pode falar de racismo¹⁷. Além do debate racial ser uma responsabilidade de todos, reproduzir a lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, como defende Ribeiro (2017), pode fazer com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Entretanto, não se deve confundir lugar de fala e representatividade:

Uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco cis, mas esse homem branco cis pode teorizar sobre a realidade das pessoas trans e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acreditamos que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito do poder. A travesti negra fala a partir de sua localização social assim como o homem branco cis. Se existem poucas travestis negras em espaço de privilégio, [...] é justa essa luta por representação, apesar dos seus limites (RIBEIRO, 2017: 83-84).

É importante reconhecer que ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos. Dito isto, por mais que as entrevistas e a revisão bibliográfica tenham me aproximado desta realidade, é importante ressaltar que eu nunca vou saber o que é sentir na pele as experiências de sujeição que os entrevistados relatam, pois estou situada num local de privilégio. Mais do que isso: as minhas experiências em relação à violência, assim como das pessoas com quem convivi durante boa parte da vida, sempre estiveram marcadas por essa experiência típica de classe: do evitamento do contato com o outro como forma de tentar garantir segurança, seja por meio de muros e de abandono do espaço público. Em outras palavras, a experiência de sujeição criminal que os entrevistados relatam estão muito próximas à minha realidade, mas não enquanto objeto dela. Por mais que pessoalmente eu discorde da criminalização do Outro, eu me encontro socialmente mais próxima das pessoas que a praticam do que das que a sofrem.

Dessa forma, assinalo que aqui nessa investigação, trato de experiências que não senti na pele, e sim que escutei e li a respeito. A respeito disso, eu salientaria que a vivência é um dos critérios de conhecimento do real; como defende Bosco (2017), a experiência permite o conhecimento de aspectos não descortináveis pelas abordagens por parte de sujeitos

¹⁷ Esta é a postura defendida por Djamila Ribeiro em *O que é Local de Fala?* e a que tomo como base para adotar neste trabalho. (RIBEIRO, 2017)

desprovidos dela. Entretanto, é importante enfatizar que a vivência não é critério absoluto de conhecimento¹⁸.

Além de estar na posição de pesquisadora, que me confere voz de forma privilegiada para abordar o assunto, ainda há outro aspecto que gostaria de tratar acerca da localização social. Talvez seja sugestivo pensar que a minha posição de mulher seria subalterna em relação aos homens que entrevisto; entretanto, é importante salientar que os homens negros ainda estão abaixo das mulheres brancas na pirâmide social (RIBEIRO, 2017). As demais nuances acerca de como as variáveis no perfil social dos entrevistados operam e se articulam em suas relações com a violência serão abordadas nos próximos capítulos.

1.3 A análise dos dados

A abordagem metodológica deste trabalho será norteadada pela Análise de Discurso Crítica, defendida por Norman Fairclough (2005). Segundo esta, a vida social seria uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico (que inclui os vários tipos de linguagem – corporal, verbal, etc.). O discurso aparece como prática social através da linguagem, e não como atividade puramente individual ou como reflexo de variáveis situacionais (FAIRCLOUGH, 2001 apud BORBA DE SÁ, 2017).

Uma prática social, no sentido tomado por Fairclough, seria “uma forma relativamente permanente de agir em sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturada”. Por outro lado, um domínio de ação social e interação reproduz estruturas, podendo transformá-las. Todas seriam arenas dentro das quais a vida social é produzida. O discurso, nesse sentido, teria uma relação dialética com a estrutura social: ao mesmo tempo em que seria socialmente constitutivo, seria moldado por esta. O papel dele nas práticas sociais deve ser estabelecido através de análise (FAIRCLOUGH, 2005).

Em outras palavras, trazendo essa leitura para o contexto deste trabalho, significa dizer que o papel do discurso de **sujeição criminal** teria uma relação dialética com as estruturas e seria também uma prática social, uma forma de agir em sociedade; **é o papel desse discurso**

¹⁸ Bosco desenvolve seu argumento a partir de uma fala de Helena Vieira disponível no Youtube, no seguinte endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=qBQMNwfnjIE&t=5s>. (BOSCO, 2017)

nas práticas o que está sendo proposto para análise neste trabalho. Nesse âmbito, como coloca Fairclough (2005), os atores sociais posicionados diferentemente veem e representam a vida social de modo distinto, com discursos distintos. Daí a importância da delimitação do perfil social de meu objeto de pesquisa – discutido nas páginas acima – para compreender de que forma essas práticas, que variam de acordo com a localização na estrutura social, são representadas.

Vale dizer que neste caso, meu objeto sofre as consequências de estar próximo das definições de sujeição criminal por conta da posição em que está localizado. Isso não nega que também esteja sujeito a se reconhecer nela e a executar esta operação em referência a outras pessoas. Quando, por outro lado, a sujeição parte de instituições que tendem a criminalizar estes sujeitos em seus discursos, dando legitimidade às abordagens policiais, a representação revela outras complexidades, porque parte de outra localização. De uma maneira ou de outra, por meio do argumento que tentei traçar ao longo do trabalho acerca de como o medo do outro faz parte das práticas sociais no nosso contexto, o que torna a sujeição criminal uma operação institucionalizada, pode-se dizer que este é o discurso que, nas cidades brasileiras, aparece como dominante.

De maneira mais ampla, as práticas sociais inter-relacionadas de maneira particular constituem a ordem social, formando uma ordem de discurso. Isso não nega a possibilidade de existência de outros discursos alternativos. O conceito político de hegemonia pode ser útil para pensar as ordens de discurso:

Uma determinada estruturação social da diversidade semiótica pode ser hegemônica, tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação. Mas a hegemonia, em seus períodos de crise, será sempre contestada em maior ou menor proporção. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, é, na verdade, um sistema aberto posto em risco pelo que acontece em interações reais (FAIRCLOUGH, 2005).

A análise do discurso crítica oscila entre a ênfase na estrutura (ordens de discurso) e a ênfase na ação (no trabalho semiótico produtivo através dos textos e interações¹⁹). Compreender as articulações em mudança acerca destes discursos, portanto, é o foco deste

¹⁹ Aqui, a interação é entendida em seu sentido amplo: como uma conversa, um artigo de jornal, ou, recorrendo a um exemplo deste trabalho, o encontro breve de transeuntes numa rua escura, ainda que não precisem trocar palavras.

trabalho. Em outras palavras, o que estamos buscando, por meio desta chave teórico-metodológica, é **compreender como a criminalização de certos tipos sociais opera nas ordens de discurso e nas práticas**, impactando na vida daqueles que compõem meu objeto de estudo.

Essa abordagem é interessante para os objetivos do meu trabalho porque trata de uma forma de ciência social crítica, “projetada para mostrar problemas enfrentados pelas pessoas em razão das formas particulares de vida social”. Esse parece ser o caso do problema de pesquisa aqui discutido, que faz com que a experiência de violência torne vulneráveis certos grupos sociais de várias formas sobrepostas, legitimadas por uma ordem discursiva de negação da alteridade.

Tentei apresentar brevemente nesta introdução os pressupostos teóricos e metodológicos que estarão presentes em todo o trabalho, junto às questões de pesquisa. A presente dissertação se articulará da seguinte forma: cada capítulo será norteado por um eixo temático. Partindo deste eixo, articularei as entrevistas à análise, que dialogará com os pressupostos teóricos e metodológicos, sendo parte de todos os capítulos.

O **primeiro e segundo capítulos** consistem num mergulho acerca do perfil social ao qual pertencem os entrevistados. Se a discussão aqui trazida sobre local de fala nos forneceu algumas pistas sobre como as **localizações sociais** impactam nas experiências vividas e na forma como a realidade é apreendida, é disso que se tratam estes capítulos. Partindo de suas experiências pessoais, que idiosincrasias são próprias deste lugar que compartilham?

Por exemplo: O que é morar nas periferias de Recife? Como é o olhar sobre a periferia partindo de quem está ali dentro? Como são sentidos os olhares externos a ela sobre quem ali vive? A representação da periferia como violenta é questionada ou reforçada por seus moradores? Quem são os indivíduos suspeitos do ponto de vista de quem está próximo ao tipo social recorrentemente associado a eles? Por existir essa proximidade, os entrevistados também se sentem criminalizados? – esses temas serão tocados aqui tendo como fio condutor a temática da violência. De maneira análoga à exemplificada acima, essas mesmas questões serão analisadas em relação às variáveis de classe social e raça. Para abordá-las, será feito um duplo movimento:

- a) Perceber quais são as experiências e vivências típicas a certas posições sociais;
- b) Sentir o reflexo das representações sociais dirigidas externamente a essas posições, e ao mesmo tempo, perceber como elas são representadas internamente.

Explorar esses temas, a partir do olhar dos entrevistados, servirá de contexto para compreendermos como a noção de pobreza, periferia e negritude – em outras palavras, aquelas associadas historicamente à **subalternidade** – é recorrentemente associada aos espaços do crime²⁰. Partindo de um olhar interno a elas, poderemos perceber algumas complexificações desses locais, que não se reduzem à condição de marginalização e violência, como o imaginário corrente parece supor. Por outro lado, a força dessas representações estereotipadas emerge de várias formas sobre os atores que fazem parte deste perfil social; é por isso que esse capítulo é imprescindível para contextualizar os conceitos centrais deste trabalho, que serão discutidos em seguida: o de alteridade e sujeição criminal.

Assim, no **terceiro capítulo**, discutiremos a questão da **alteridade**: da percepção de certos grupos não só como “diferentes” da norma, mas de uma diferença que é vista como negativa – percepção que se direciona exatamente àqueles tipos sociais. Para dar início a essa discussão, partindo dos olhares dos entrevistados, o fio condutor da conversa se dará em torno da discussão entre “cidadão de bem” e “bandido”. Quem é o cidadão de bem? Quem não é? Os entrevistados se identificam a esta figura ou a questionam? Num sentido oposto, quem seria o “bandido”? Quais suas idiosincrasias e razões? Mais do que uma questão de identificação ou não à norma, são os sentidos das justificativas apresentadas que são reveladores sobre essas posições.

Prosseguindo nessa discussão, quando é que o Outro deixa de ser apenas uma questão de diferença negativa e passa a se tratar de alguém supostamente perigoso a quem se deva temer? É aí que entra o conceito de **sujeição criminal**, que esteve subjacente nos capítulos anteriores, mas passa a ser discutido centralmente no **quarto capítulo**. É aqui que os entrevistados relatam as experiências de perceberem ser temidos ao circular pela cidade, além dos impactos subjetivos disso. Se o medo da violência parece ser comum a todos, a experiência de ser temido, ao que parece, volta-se especialmente para alguns. Acerca disso, cada um relata as suas interpretações e justificativas que os colocaria neste lugar, abrindo espaço para reflexões. Se alguns sentem na pele a experiência da sujeição, outros também admitem reproduzi-la em outras pessoas, ou até justifica-las si mesmos.

²⁰ A respeito disso, Misse (1999) fala sobre como a sujeição criminal pode se aplicar a tipos sociais inteiros, constituindo uma espécie de “criminalização da marginalidade”. Uma das hipóteses que ele estabelece é a de que há uma seleção social da sujeição criminal que acompanha as linhas da estratificação social mais abrangente.

Ainda no quarto capítulo, se até então foi observada a experiência de sujeição criminal nas práticas mais corriqueiras e sutis do cotidiano, no tópico seguinte, será abordada a sua apropriação institucional através das **práticas policiais**. Os entrevistados relatam repetidamente como se dá a relação com esses profissionais, marcada pela tensão, na medida em que sempre são associados ao tipo suspeito. Várias estratégias são operadas para tentar contornar essa atribuição. Trata-se de uma relação paradoxal de evitamento – uma vez que há possibilidade de sofrerem um tratamento hostil – e dependência, na medida também estão suscetíveis à violência urbana, e portanto, também precisam de proteção.

Assim, em linhas gerais, este trabalho se propõe a analisar o universo da suspeição, partindo dos olhares daqueles que se encontram próximos aos estereótipos de potencialmente perigosos. É nesse âmbito que as interações mais corriqueiras que acontecem nas ruas podem se tornar reveladoras dos abismos sociais que envolvem a cidade.

2 EU E A VIOLÊNCIA: DE ONDE PARTEM NOSSOS OLHARES?

Localizações sociais e como elas impactam nas experiências de violência urbana

Quando você pensa na sua relação com a violência urbana – se já sofreu assalto ou não, se já sofreu agressão, se evita sair à noite, ou mesmo o quanto permite que o medo afete suas escolhas diárias – o quanto da sua experiência pessoal interfere nessas perspectivas? Quantas dessas experiências e escolhas você guarda em comum com seus amigos, sua família, com as pessoas com quem convive e guarda trajetórias semelhantes? Quantas dessas você não experimentou, mas ouviu falar? Quantas seriam específicas do fato de ser mulher ou homem, de frequentar certas regiões da cidade, de pertencer a uma certa classe?

Tendo estas perguntas em mente, a primeira parte deste trabalho se debruça sobre o ponto de vista dos entrevistados: de onde eles falam? De que classe, raça, gênero, idade e escolaridade partem suas experiências e pontos de vista? Como suas localizações sociais influenciam nas percepções que têm de violência? Como direcionam seus medos?

Por que é importante considerar essas localizações? Durante a maior parte do tempo, tendemos a supor que o mundo é exatamente o que parece ser e que a realidade é uma sucessão de fatos objetivos quase que palpáveis, que têm uma existência em si mesma e independe da apreensão por parte de cada um. Entretanto, tudo o que entendemos como real é construído socialmente e é percebido de formas diversas, a depender de quem apreende, interpreta, lhe dá sentido. Não é possível separar uma coisa da outra (BERGER e LUCKMANN, 1985).

Partindo desse pressuposto, cada experiência que temos é situada dentro de um universo simbólico que “estabelece pontes entre as diferentes zonas da realidade e as integra numa totalidade dotada de sentido” (BERGER e LUCKMANN, 1985). É nele que os papéis cotidianos são ordenados e legitimados. Mesmo o senso comum mais banal, “aquilo que todo mundo sabe”, está dentro dessa lógica. Berger e Luckmann colocam que os aspectos do mundo social são filtrados para nós de acordo com a **localização na estrutura social**, que se articula com nossas idiossincrasias individuais. Por isso, reforço, a depender da nossa

localização, a própria percepção do que é real, de como se explicam os acontecimentos, quem são os atores envolvidos e como operam - é tecida de outra forma. Guardemos isso para refletir sobre a questão da violência nas linhas que seguem.

Antes de iniciar esta discussão, é preciso salientar que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017: 69). Isso significa que, por exemplo, ser negro não garante que alguém irá refletir criticamente sobre as consequências do racismo, ou ser mulher, sobre machismo. Ainda assim, estar nestes lugares implica sofrer consequências como o acesso a direitos e oportunidades que são, muitas vezes, específicos a esses lugares. Ademais, como dito no capítulo anterior: a experiência é um dos critérios de conhecimento do real, que, ainda que não seja absoluto, pode permitir o conhecimento de aspectos não descortináveis por sujeitos que não a tem (BOSCO, 2017). Se a experiência de violência perpassa todas as classes, por exemplo, cada uma a vivencia de formas diferentes, influenciando nos discursos operados (CALDEIRA, 2000: 57; KESSLER, 2011: 133).

Isso nos leva ao ponto seguinte: **de que forma os critérios de seleção dos meus entrevistados podem servir para refletir sobre suas experiências enquanto grupo?** Se, por um lado, estou partindo de uma amostra pequena e não-representativa da população geral, por outro, pretendo **trazer reflexões estruturais sobre as experiências destes indivíduos**. Isso quer dizer que embora as suas experiências individuais sejam únicas, elas partem de uma localização semelhante nas relações de poder, e assim, compartilham certos tipos de oportunidades e constrangimentos enquanto grupo (RIBEIRO, 2017). Da mesma forma,

Se está excluído que todos os membros de uma classe (ou mesmo dois entre eles) tenham tido as mesmas experiências e na mesma ordem, é certo que todo membro da mesma classe tem maiores chances do que qualquer membro de uma outra classe de ter-se defrontado, como ator ou testemunha, com as situações mais frequentes para os membros dessa classe. (BOURDIEU, 1972)

Então quando falo nas categorias de gênero, raça e classe, por exemplo, não estou falando apenas das identidades individuais destas pessoas, mas de como certos “elementos da estrutura social emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades enquanto grupo” (COLLINS, 1997 apud RIBEIRO, 2017).

E como essas categorias interagem entre si? Como sugere o conceito de interseccionalidade, esses diversos recortes que compõem o perfil social do meu objeto de estudo não dizem respeito a esferas distintas de suas vidas, e sim sobrepostas e articuladas. Isso quer dizer que, por exemplo, não basta falar da experiência de ser homem e da experiência de ser negro no âmbito da violência urbana como coisas separadas que se somam, se ser homem E negro implica numa articulação entre essas esferas que tem uma complexidade própria e traz consigo novos elementos. Entretanto, para organizar os conceitos desta parte do trabalho e permitir um aprofundamento maior, os separei **três eixos principais** que nortearão a análise: **dimensões de classe (capítulo um), geográficas e raciais (ambas no capítulo dois)**. Em linhas gerais, perpassam como a sujeição criminal da pobreza, periferia e negritude incide sobre os corpos, partindo dos olhares daqueles que estão próximos a essas posições. Há, ainda, a dimensão de gênero e faixa etária, que trazem elementos importantes, mas serão abordadas em menor profundidade, ao final do capítulo. Embora abordadas em tópicos separados, é preciso ter em mente que todas essas esferas se interpenetram.

Como explicado no capítulo anterior, o perfil acima delimitado está estreitamente ligado àquele ao qual pertencem não só as principais vítimas de homicídio no Brasil, como os principais alvos de suspeição e sujeição criminal. Se esses lugares são marcados por uma subalternidade socialmente produzida, é preciso não engessá-los no lugar de vítimas; é preciso não romantizar esses lugares. Os indivíduos aos quais me refiro não são meros objetos das estruturas, são sujeitos de suas próprias vidas; há possibilidade de agência. Como complexos que são, há contradições. Tampouco estou aqui para falar em nome deles. Trato aqui de uma tentativa de construção conjunta de conhecimento, embora ciente de que parte de posições desiguais²¹.

Mas voltando ao fio condutor da parte um: a sujeição criminal pode ser ampliada como a potencialidade presente em todos aqueles que possuem características semelhantes àquelas dos tipos sociais que são alvos costumeiros de acusação. Dessa forma, variáveis como situação sócio-econômica, raça, faixa etária, gênero, religião, escolaridade e emprego podem ser utilizadas para caracterizar os indivíduos suspeitos (MAGALHÃES, 2006: 190). É, então, sobre as particularidades destes grupos que nos debruçaremos, procurando investigar de que forma os entrevistados associam a infância, as condições sócio-econômicas, o local de

²¹ Não só no sentido de que partimos de localizações diferentes, como discutido na introdução, mas de que, enquanto pesquisadora, sou eu que elaboro as perguntas, seleciono as partes consideradas pertinentes e lhes dou um contexto e uma interpretação.

moradia e outros aspectos de suas vidas e das vidas de pessoas próximas à esfera do crime – entenda-se aí desde a possibilidade de ser vítima, testemunha até agente de atividades criminosas. Poderemos observar, por vezes, a experiência de sujeição criminal em seus relatos não só como algo que sofrem ou os constrange de fora para dentro, mas como um pressuposto interpretativo que orienta suas falas.

Uma forma de iniciar essa reflexão é partindo do próprio conceito de violência enquanto categoria de análise. Da forma como é utilizada pelo senso comum, a violência não diz respeito apenas a estatísticas e dados factuais, mas está carregada de conteúdos valorativos, hierarquizações e julgamentos de valor. Por esse motivo, aqui, a violência será entendida enquanto representação social. Isso significa considerar seu entendimento enquanto blocos de sentido articulados, que compõem uma rede de significações e permitem o conhecimento de uma dada realidade. Os indivíduos as construiriam para se situar no mundo, compreendê-lo e se compreender a si mesmos dentro dele (PORTO, 2014).

Por mais que se possa concordar com a inexistência de contextos societários nos quais a violência esteja ausente, não se pode dizê-la como componente constitutivo do ser humano, intrínseco a sua condição. A consequência disso seria naturalizar algo que é socialmente produzido, negando o fator cultural. Posto que depende das significações culturais das distintas sociedades nas quais se manifesta, a violência caracteriza-se por seu caráter polissêmico (PORTO, 2010: 31; 62). Dito de outra forma:

A noção de violência é por princípio ambígua, sua significação é estabelecida por procedimentos políticos segundo o grupo que, em um dado momento, tem o poder de rotulá-la contra outros (grupos) [...] pode aparecer e desaparecer segundo quem fala. Concretamente, isto significa que ela pode continuar sendo o que é ainda que nem sempre seja reconhecida ou desconhecida como tal (MICHAUD, 1978 apud PORTO, 2010).

Assim, um mesmo fenômeno pode ser interpretado como violência ou não dependendo do contexto do qual faça parte. Pensar na violência enquanto representação social é importante, pois elas orientam as condutas e, ao serem apropriadas, podem justificar e orientar as políticas públicas num nível institucional. Não é difícil, remetendo ao capítulo anterior, lembrar de como o estereótipo do indivíduo suspeito empregado cotidianamente por grande parte das pessoas se coaduna com aquele que é executado pela polícia, não é?

Então, remetendo mais uma vez aos dilemas que envolvem meu objeto de pesquisa, é preciso reforçar: posto que “não é singular, mas plural, a violência não pode ser sistematicamente identificada a uma única classe, segmento ou grupo social. Nem a supostos condicionantes territoriais” (PORTO, 2014). Então que fique claro: na abordagem aqui proposta, o atributo de periculosidade não é intrínseco a este perfil, mas parte de uma representação social que, dentre as várias possíveis, se apresenta como dominante. E precisa ser problematizada.

Se objetivamente, a violência seria o que os números e estatísticas assinalam como tal, ressaltando o caráter “inegável” de sua realidade, por outro lado, a violência também é linguagem social, constitui um elenco de narrativas sobre quem são as vítimas e seus algozes, como operam os protagonistas dos acontecimentos (PORTO, 2010: 76). No nosso contexto, como coloca Feltran (2014),

não importa se as “drogas” atravessam as classes e se o tráfico é transnacional; nos significados da “violência urbana”, ambos se corporificam em morros e favelas, numa cor de pele, numa idade, numa estética. [...] O dispositivo da “violência urbana” faz com que “crime” seja apenas o violento, cometido por não somente uma raça (aquela construída pela racialização dos pobres), definida agora com base na estética dos jovens das periferias.

Para o autor, existe um abismo entre o “mundo do crime”, da forma como é vivido pelos indivíduos nele inscritos, e os modos como é figurado. As fronteiras entre o vivido e as palavras que o nomeiam encerrariam conflitos latentes cuja disputa de sentido, sobretudo em sociedades muito desiguais, e pode inclusive ser violenta. Esse caráter polissêmico da violência surgiu diversas vezes ao longo das entrevistas:

A violência de Casa Amarela, ela existe, ela é concreta, mas eu consigo administrar. Meu corpo ali dentro é um corpo que consegue transitar nessa violência. Mas em outros lugares, essa violência pra mim é muito mais nociva. (...) **Pra mim é muito mais violento uma pessoa, uma porta apitar²² e eu não conseguir acessar um espaço, do**

²² Aqui, o entrevistado faz referência a um episódio de discriminação que passou num banco, ao ser impedido de entrar e revistado pelos seguranças do espaço, o que relatou tê-lo constrangido bastante. No olhar de João, o critério para isso teria sido o fato de ser um homem negro, visto que os demais transeuntes do banco, de perfil diferente, não foram submetidos ao mesmo tratamento. Ele relatou ainda que quando frequenta esses

que eu ser assaltado lá perto de casa. Eu vou ser assaltado, quando eu vou falar pras pessoas que eu fui assaltado, "ah que pena e tal, mas tudo bem, depois tu compra outro, você consegue, vai-se os anéis, ficam os dedos", é isso o que eu escuto. Mas quando eu sou violentado dessa forma, sabe, as escutas não são positivas. É deslegitimar tua dor, é te desconstruir. Então pensar que violência é algo muito... concreto, mas também com **uma dimensão subjetiva, tem uma dimensão que é simbólica** e que **violência pra mim pode não ser o mesmo que violência pra você.** (João)

O entrevistado tenta argumentar que embora a experiência de violência tipicamente associada à periferia exista – a dos assaltos, por exemplo – não é esse o tipo de violência que mais lhe atinge e que lhe interessa trazer para debate. E coloca que a percepção de violência que ele tem é mediada pelo seu corpo, pela sua experiência, e por isso possivelmente é diferente da minha (a entrevistadora). O que emerge aí é não só a complexificação da ideia de violência como a percepção de que nós, entrevistadora e entrevistado, somos marcados pela diferença – que não se restringe a nossos papéis naquele dado momento. Assim, ele sente necessidade de ser mais minucioso a respeito das violências narradas, pois elas perpassam todas essas diferenças e possivelmente contradizem o senso comum do grupo social do qual eu faço parte.

O que muda quando as representações de violência partem daqueles que se encontram mais próximos de seus estereótipos? Por mais que se fale em uma representação dominante, é preciso ter em mente que essas disputas de sentido também ocorrem entre aqueles que tipicamente seriam objeto de seus estigmas – o que parece ser o caso dos sujeitos que pesquiso. Significa dizer que se situar nesta posição não necessariamente implica questionar os pressupostos dominantes.

A respeito disso, Feltran coloca que é necessário situar cada matriz discursiva e cada representação dominante em seus contextos de locução. Isso porque as representações “externas” – inclusive estereotipadas e estigmatizantes – seriam tão importantes quanto as “internas” (de quem é objeto delas). Segundo ele, os estereótipos não podem ser contrapostos a uma “realidade nativa”, pois eles “também estão presentes nos limites de significação das categorias empregadas entre interlocutores nas periferias, sobretudo quando falam de si, já que seus juízos sobre o mundo são heterogêneos.” (FELTRAN, 2014). Assim, atentos a esses paradoxos, sigamos para os próximos capítulos.

espaços, procura ir bem vestido, para evitar a discriminação social; mas, dado que é negro, esse cuidado não é suficiente para coibir essas situações, pois ainda há o fator racial.

2.1 A Experiência De Classe Em Suas Múltiplas Configurações

2.1.1 A associação entre crime e pobreza

Não somente no Brasil, mas em cidades que se urbanizaram rapidamente de um modo geral, a atribuição fundamental da polícia era controlar a população pobre, tida como perigosa. Aqui, foi durante a primeira década do século XX que atingiram seu apogeu as detenções por “vadiagem” – nas palavras de Caldeira (2000: 145), “definição vaga e conveniente para o exercício de todo tipo de arbitrariedade sobre uma população vista como temível”.

A expectativa de que a privação relativa e a pobreza podem conduzir ao crime é uma representação social dominante, como argumenta Misse (1995), sendo amplamente difundida, mesmo entre os pobres. Segundo ele, haveria uma ampliação da sujeição criminal de uma esfera individual para um tipo social inteiro tomado como potencialmente criminoso – e portanto, transformado em inimigo interno. Esse seria o caso dos pobres, encarados como as “classes perigosas”. Um dos aspectos disso é que a polícia não seguiria seus roteiros típicos se em seu imaginário não houvesse uma associação prévia entre violência, pobreza e limites estruturais. Os crimes dos pobres, no argumento do autor, teriam maior visibilidade social, maior reação moral e maior interesse público em contraste com os crimes dos ricos (MISSE, 1999: 175).

Nessa representação, é comum a crença de que as pessoas que têm de enfrentar condições de vida muito difíceis ou que crescem em ambientes muito adversos precisam de uma mente forte para evitar o desespero ou resistir às más influências (CALDEIRA, 2000). Essa lógica de ampliação da potencialidade ao crime mediante fatores econômicos pode ser reproduzida inclusive por aqueles que estão próximos²³ deste grupo - e perpassou várias falas:

- E o que é que tu acha que ocasionou esse aumento da violência, tem alguma ideia?

²³ É importante salientar que o fato de pertencer ao mesmo recorte de classe não exclui a complexidade interna a deste grupo, em que alguns se encontram mais próximos dos limites da necessidade básica e outros têm estratégias para contorná-lo, seja através de uma rede de apoio familiar, de pequenos trabalhos informais ou afins.

- Talvez a **crise**, eu já ouvi relatos aqui mesmo, de gente que... porra... filho em casa, a **conta** chegando e já era **pobre** antes e não consegue, foi demitido, não conseguiu arrumar emprego e foi pra rua pra meter o louco, conseguir o leite do pirraia de alguma forma, né? (**Chico**)

Antes, eu pensava que as pessoas viravam bandido porque queriam mesmo. Hoje em dia eu não penso assim. Hoje em dia, por ter muitas **dívidas**, às vezes vem besteira na cabeça da pessoa. Só que eu sou bastante controlado e eu acredito que **as pessoas por enfrentar alguma dificuldade na vida, pode apontar pra esse lado**. Hoje em dia eu penso assim. Porque, eu digo assim, poxa, se eu, que não faço, chego a pensar, imagine as **pessoas que têm problemas maiores que eu**, tá entendendo? Que os meus problemas é besteira. Só que pensamento vem e vai. Tá entendendo? Só que pessoas assim, eu acho que se não assimilar bem o problema, eu acho que a solução delas é roubar mesmo. (**Marcos**)

Na primeira fala, a crise econômica seria um possível fator responsável pelo aumento da criminalidade. Após tentar várias saídas para suprir as necessidades básicas da família e não conseguir, as pessoas agiriam mediadas pelo desespero, o que parece ter sido o caso de conhecidos seus. Na segunda fala perpassa uma lógica semelhante, em que a privação econômica poderia resultar na procura de soluções mais drásticas, como o roubo. Nesse caso, ele equipara essa situação aos momentos em que ele mesmo se sentiu desesperado, projetando empatia a esse tipo de situação, que não seria simplesmente fruto de escolhas. Ambas as falas são marcadas pela proximidade com essas situações, seja através de conhecidos ou remetendo a experiências próprias, projetando empatia e deixando subjacente que o envolvimento com o crime não é necessariamente questão de índole e “maldade”, mas da falta de alternativas ocasionadas por causas externas. Por outro lado, ao situar nessas causas externas – que são comuns a todo um grupo – as causas da criminalidade, corre-se o risco de situar todo este grupo como mais propenso a envolver-se com o crime, sujeitando-o criminalmente.

Seguindo nessa linha de raciocínio, por mais que se defenda que é preciso mais do que apenas condições econômicas e políticas difíceis para produzir um criminoso, é comum a narrativa de que qualquer pequeno empurrão pode fazer pender essa balança (CALDEIRA, 2000): desemprego, frustrações, más influências, alguma experiência traumática, uma família desestruturada – ou qualquer coisa que se considere imprópria.

Entre frequentar uma escola e trazer um real pra dentro de casa, as necessidades obrigam a gente a trazer o real pra dentro de casa. Ele pode ter abdicado da escola, eu acho basicamente a **falta de renda** dentro de casa, a **falta de apoio familiar**, o apoio

financeiro que não existia, levou talvez a praticar o que ele fez: ao tráfico, ao assalto. **(Diego)**

[Lucas] - Né por conta de influência, é por conta de a cabeça que vira, eu não sei o que é que passa pela cabeça das pessoas. Mas eu acho que é por falta de oportunidade.

[Marcos] - Às vezes pode ser até por um problema pessoal em casa.

[Lucas] - É verdade...

[Marcos] - Às vezes os pais não ajudam muito a pessoa, **a pessoa vai procurar na rua mesmo**. Eu acho que é assim também. Se o pai, exemplo, nem sempre... Assim, eu não digo que o pai tem que dar tudo o que o filho quer, mas eu acho que, exemplo, pessoas que têm irmãos. Sempre vem um favorecimento em cima do outro. Aí dá oportunidade pro outro tá mais na casa de amizade, tudo, e acaba acontecendo. Aqui tem muito assim. Aqui na rua. **(Conversa entre Lucas e Marcos)**

- E o que é que, na tua opinião, faz com que as pessoas cometam crimes?

- Chico Science já disse, né? Banditismo por necessidade. Tem gente que passa necessidade e a estratégia que tem ali, é o meio mais prático, mais rápido, mais fácil. Racionais cita também: “Ser criminoso é o que é bem mais fácil, rápido, sádico, ou simplesmente esquema tático”. Sabe? E tem gente que... ó vei, conversando com uma galera daqui... Mas eu falo isso, mas **sempre tem uma deficiência em algum ponto da vida dele**, sabe? Tem cara que a mãe deu tudo, que a mãe... Sempre estudou numa escola boa, completou 18 anos, habilitação, moto, carro, sabe? Mais ainda assim insistiu, mas teve a fase, teve a falta do pai ausente, ou a mãe ausente, mas supre as coisas com algo de valor. Sempre tem alguma deficiência. **(Chico)**

É recorrente a ideia de que a falta de uma estrutura familiar coesa e presente, aliada à privação financeira, criam carências na vida dos indivíduos e se tornam elementos propícios para o envolvimento com o crime, talvez até como mecanismo de compensação (“os pais não ajuda muito a pessoa, a pessoa vai procurar na rua mesmo”). Mais do que uma questão de carências, segundo Caldeira, pessoas de todos os grupos sociais acreditam que “uma mente forte se origina dentro de uma família forte, que discipline adequadamente seus filhos e os mantenha à distância das más companhias” (CALDEIRA, 2000: 70; 93).

E o cara já nasce ali sem saneamento, sem saúde, sem educação, geralmente o pai abandonou, a mãe passa o dia fora faxinando a casa de alguém, fazendo as correrias pra dar o mínimo a aquele cara lá, e passa o dia na rua, e vê o cara na esquina contando altas cédulas por causa de droga, e aquilo ali atrai, vei. Não tem instrução nenhuma, não tem base familiar, é a saída, o mais rápido, mais rentável, tá ligado? **(Chico)**

Na tentativa de localizar as possíveis causas para o envolvimento com o crime, é frequentemente ambígua a tentativa de equilibrar o peso dos fatores estruturais às escolhas dos indivíduos. Repetidamente aqueles que aparecem em condições difíceis são colocados

como “levados ao mundo do crime” como se estivessem desprovidos de qualquer agência. Localizar os pobres próximos aos limites da necessidade, do instinto e da falta de racionalidade ou de uma cultura sofisticada, nas palavras de Caldeira, pode ser uma maneira de associá-los ao espaço do crime, que frequentemente é descrito da mesma forma. Pessoas pobres com frequência são descritas como facilmente influenciáveis – sobretudo pelos argumentos errados – como se fossem incapazes de raciocinar e julgar por si mesmas (CALDEIRA, 2000: 355).

É como se houvesse uma hierarquia moral entre classes e frações de classes através de uma oposição entre alma e razão. Nesse caso, a razão seria uma virtude das classes dominantes e o corpo, como relacionado às classes populares. Jessé de Souza (2006) coloca que isso fica claro na oposição entre trabalho intelectual e trabalho manual – o que legitima que o primeiro seja remunerado até 50 vezes mais do que o segundo. Essa operação classificatória do mundo social vincularia alguns grupos por afinidade e separaria outros por preconceito – e assim todo um grupo de pessoas, com seus “modos de ser” específicos, são percebidas como desclassificadas sociais.

A suspeita em relação a pessoas vistas como “outras” ou “inferiores” não é exclusiva da classe alta, como Caldeira argumenta em seu livro. Frequentemente, de forma paradoxal, ao tentarem separar-se do estereótipo do criminoso, usa-se contra o vizinho as mesmas estratégias que são usadas contra a própria pessoa. Assim, a categoria do criminoso e os preconceitos e estereótipos relacionados a ele – na figura do bandido, marginal, vagabundo e afins - ganham legitimidade e raramente são alvos de contestação, sendo reforçados cotidianamente (CALDEIRA, 2000: 89).

[Aqui, o entrevistado se refere a como ele identifica um indivíduo suspeito:]

A gente procura não julgar, né? Porque **eu já fui julgado também**, pelo jeito que eu ando, pelo jeito de me vestir, sabe? Mas é fogo, é pau, mas tem que assumir isso, é um problema estrut...instituc.. sei lá, tu entendeu. Que é **sempre o negro, é sempre de bermuda tactel Ciclone, Seaway**, sabe? Bem estereótipo isso. E tipo, a gente, entre os amigos, sempre tão muito próximos, a gente conversa muito sobre isso e é uma coisa que a gente procura tirar do hábito da gente. Mas é difícil. Porque é bem estereotipado isso. Bem cultural já, infelizmente. **(Chico)**

Embora o entrevistado se coloque nesse lugar de suspeito, dizendo que evita julgar, uma vez que já foi vítima disso também, ele relata praticar os mesmos filtros de que é alvo ao

tentar identificar uma figura perigosa. Objetivar a suspeição em uma cor de pele e forma de se vestir mostra como certos marcadores de classe – e de uma raça específica²⁴ cujos indicadores sociais estão ligados à pobreza - são fortemente relacionados à violência no imaginário da população, mesmo quando próxima destes tipos sociais²⁵.

2.1.2 A percepção que as classes têm do crime segundo a posição que ocupam

Como dito anteriormente, embora todas as classes sejam afetadas pela violência e criem suas respectivas estratégias de proteção, as experiências de violência tendem a ser específicas a cada classe. Cada uma é vítima de tipos diferentes de delitos; observa-se que os crimes contra o patrimônio (roubos e furtos) afetam todas as camadas, com destaque, entretanto, para as mais abastadas. Já os crimes violentos – como é o caso dos Crimes Violentos Letais Intencionais: homicídios, latrocínio, lesões seguidas de morte e morte suspeita – atingem predominantemente a população de baixa renda. Por conta disso, mudanças nas estatísticas de homicídio podem vir a ser sentidas com mais rapidez pelas pessoas nas áreas de periferia (SÁ e CRUZ, 2011; CALDEIRA, 2000). De maneira ampla, essas diferentes experiências marcam a percepção que cada classe tem do crime. Então, por exemplo, embora a questão das drogas perpasse todas as classes, os impactos são sentidos de formas diferentes em cada uma:

Eu tinha muito medo, né, é um medo constante. Tanto de me envolver, porque era algo muito possível, porque era algo muito próximo, né, apesar de ter feito pouco uso de drogas não legais, **a minha relação com a droga é desde que eu nasci**, né, porque isso é uma coisa constante na minha vida, na minha família, com as pessoas que eu conheço, vi pessoas morrerem por conta da questão de drogas, vi pessoas sendo presas, vi pessoas destruírem a família inteira em decorrência disso, então assim, **é uma relação muito próxima**, não é uma relação distante. (João)

²⁴ Um aprofundamento maior sobre a questão racial e sobre como esta não se restringe à questão econômica será tratado durante o próximo capítulo.

²⁵ Embora essa representação seja amplamente disseminada e seja necessário compreender este fenômeno, é preciso salientar que o intuito deste trabalho não é reforça-la. Por isso, deixo claro que há uma série de estudos sobre o tema que apontam que a relação direta entre pobreza e violência apresenta alguns obstáculos lógicos, como o fato de que apenas uma ínfima parcela da população pobre envolve-se com crimes, e que a melhoria nos indicadores sociais não necessariamente é acompanhada por uma melhoria nos índices de violência. Ver Artigo escrito por Ratton, disponível na íntegra em: Jornal do Comércio, Raízes da Violência II, 14/08/2002 (SÁ E CRUZ, 2011).

De acordo com Kessler (2011), se por um lado, a sensação de insegurança não é exclusiva de nenhuma classe, por outro, a experiência de classe - em especial a dimensão socioespacial - interfere nas formas de construir os discursos, na medida em que imprime uma sensação de maior proximidade ou distanciamento em relação ao crime:

Pra mim é um tema muito caro, porque eu tô falando dos meus irmãos, que são usuários de drogas e que o tempo todo eu preciso tá voltando lá em Peixinhos pra tá lidando com isso. Eu tô falando dos meus primos, eu tô falando dos meus colegas, amigos que estudaram comigo, pessoas que convivem comigo e que tão mergulhadas nessa lógica das drogas, nessa lógica da violência, que são alvo fácil da polícia, que são presos muitas vezes porque tavam com um cigarro de maconha, quando a gente sabe que ser usuário não é crime, e tal. Então não tem como não estar perto de mim. Pessoalmente, tem todas essas coisas que eu preciso dar conta enquanto cidadão, enquanto parente, enquanto amigo. Enfim, eu preciso dar conta disso, pensar sobre isso e criar estratégias pra lidar com isso. Outro dia meu irmão tentou suicídio por conta disso. Sabe? **(João)**

A sensação de proximidade com certos aspectos da violência urbana entre esses setores tem implicações dramáticas. Além de lidar com as representações sociais que os confundem com os agentes da violência, estes sofrem diretamente os efeitos desta e ainda contam com pouquíssimo amparo institucional. A depender dessa proximidade, há um diferente envolvimento físico, social e emocional em relação ao que se considera ameaçador – mas, segundo Kessler (2011), isso não permite antecipar os posicionamentos políticos, como um maior ou menor apoio em relação a medidas punitivas.

Por outro lado, tratando-se do contexto brasileiro, em pesquisa realizada em 2017 pelo Datafolha junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2017) medindo a propensão ao apoio a posições autoritárias, verificou-se que, embora os integrantes de todas as classes apresentassem médias consideradas elevadas, os integrantes das classes D/E tiveram resultados significativamente acima das demais. Dentre as hipóteses levantadas acerca disso, aponta-se que, além de uma maior dependência de políticas sociais sob risco de retrocessos, estes também são mais suscetíveis a serem vítimas e sofrerem impactos da violência. Assim, estariam mais dispostos que outros segmentos a embarcarem em discursos radicais salvacionistas. Segundo os resultados da pesquisa, o medo da violência, de maneira geral, seria um propulsor à adesão a medidas mais autoritárias. Durante alguns momentos das entrevistas, dada a urgência da situação, a adesão a medidas mais drásticas era evocada:

- Tu acha que autoridade é importante pra manter a ordem?
- Eu acho que hoje, no caos que a sociedade tá, seja, vei. Um mal necessário, vamos dizer assim, tá ligado? Mas eu acho que a educação é a base de tudo. Se o povo fosse bem educado, não ia precisar ninguém pra botar aquela banca de ameaçar com uma arma, um cassetete, com... Sabe? Não ia precisar. **(Chico)**

É frequente, inclusive, uma relação dúbia com a instituição policial no exercício seu papel: ao mesmo tempo em que se critica a agressividade e arbitrariedade de suas abordagens, enfatiza-se a necessidade deles para a contenção da violência. Essa difícil relação será aprofundada nos próximos capítulos.

Um dos motivos dessa tensão é que os homens jovens de setores populares são o grupo que concentra todos os olhares de suspeita no bairro. São vigiados pela polícia e pelos seguranças nos lugares que frequentam, e mais ainda quando se distanciam de seus bairros de origem (KESSLER, 2011). Assim, os mesmos corpos estão vulneráveis de formas diferentes a depender do espaço que frequentem:

Meu pai mora num bairro próximo aqui, a 7 km daqui, aí eu acordei de manhã e fui andando, aí passei ali por Parnamirim, Casa Forte, e tipo, de manhã cedo, a galera voltando da Jaqueira, caminhada de... sabe? Aí eu andando, tava sem camisa, bermudão, mochila nas costas, chapéu, e a galera tipo: **Oxe, vai me roubar, vei.** E você vê, você sente, sabe? Quando a galera olha estranho, atravessa a rua.
(Chico)

Quando transitam para fora da periferia em direção às áreas nobres, aqueles que tem um perfil social que é lido como subalterno frequentemente são percebidos como não-pertencentes a esses espaços. Nesse contexto, fica ainda mais contrastante o fato de que é sobre esses corpos, e não outros, que repousa a suspeição. Além de potenciais vítimas, segundo Kessler (2011), os relatos destes jovens aparecem centrados na vivência contínua de um estigma no bairro e na suspeita, perseguição e maltrato da polícia e dos seguranças onde quer que vão, mesmo em momentos de lazer. Assim, apesar de sentir os efeitos da insegurança onde vivem, algumas vezes esta é mais manejável do que a perseguição policial.

Além disso, Kessler (2011) acrescenta que, não sendo alheia à onipresença do tema nos jornais, televisão e rádio, a classe social também influi no posicionamento em relação à agenda midiática sobre delitos, que é contrastada com cada realidade cotidiana. Assim,

pode-se concordar com a importância que é dada ao tema, mas estar em desacordo com as **prioridades temáticas**, porque os tópicos que se sobressaem não são aquelas dimensões da insegurança que mais os afeta e preocupa. Isso porque haveria um peso diferencial dos delitos de acordo com os grupos e áreas a que se referem e uma desigualdade na imposição de uma agenda. Algumas vidas teriam valor diferenciado, segundo o setor a que pertença a vítima, o que causa indignação:

E aí o estado, a mídia têm feito um papel crucial em **transformar essa violência em algo de periferia**. É algo só da periferia, fazendo com que outras partes da sociedade não entenda isso como um problema seu. Enquanto estiver lá no morro do Alto Santa Isabel, enquanto tiver lá em Peixinhos, enquanto tiver no Morro da Conceição, não é problema meu. Problema é quando essa violência chega em Boa Viagem, chega em Casa Forte. E é tanto que quando tem qualquer situação assim que sai um pouco daquilo que é comum, dos assaltos e tal, existe uma comoção na mídia absurda. E aí a gente volta à discussão de que Recife é uma cidade violenta. Enquanto essa violência tá nas comunidades, essa discussão não existe. **(João)**

Em períodos de fracas identificações, a vitimização se converte em uma das formas mais fortes de identificação, sustentava Garland (2005 apud KESSLER, 2011). A respeito disso, Kessler reforça que essa identificação, entretanto, é mediada por outras de classe. Então ainda que se fale da insegurança como um problema generalizado, cuja solução diz respeito a todos, nos setores populares haveria uma sensação de que é necessário que os setores mais altos sejam atingidos para que haja uma mobilização.

Em linhas gerais, no argumento de Kessler, a experiência de classe opera na recepção dos crimes através da mídia, ao imprimir uma sensação de proximidade ou distanciamento que estabelecem posições distintas em relação a eles. Os problemas relativos a cada classe têm um peso diferencial que gera uma desigualdade na capacidade de produzir uma agenda, o que incide sobretudo em desvantagens aos setores mais populares.

2.1.3 A classe circunscrita nos corpos: estigma e vestimenta

Ao longo das entrevistas, quando questionados acerca de como identificavam um indivíduo suspeito ao caminhar nas ruas, a questão de classe vinha à tona sobretudo de forma implícita, ao caracterizar a vestimenta do sujeito em questão. É interessante observar que

entre os integrantes de classe média e alta a referência se dava sobretudo a sujeitos “mal vestidos”, flanelinhas, pedintes, vendedores de pipoca, fazendo uma clara confusão entre pobreza e criminalidade; já entre os entrevistados de classes mais baixas, os signos mais frequentes refletiam mais algumas nuances, como a ostentação. Isso não quer dizer que estivessem abertos à possibilidade de se tratar de indivíduos mais abastados, e sim daqueles que provinham de classes baixas, mas se caracterizavam com roupas de marca, correntes, “bermuda tactel da seaway”, e além disso, o uso de tatuagens.

Os exemplos são frequentes – tanto por parte daqueles que se caracterizam dessa forma e se percebem discriminados por conta disso, quanto por parte daqueles que admitem suspeitar de pessoas que se vestem assim. Várias vezes a mesma pessoa faz ambas as operações: discrimina e se sente discriminada com base nos mesmos pressupostos.

- Eu sempre ando de chapéu pra trás. Aí muita gente confunde a pessoa, pensa que a pessoa é maloqueira e pá, só porque eu gosto de usar uma **roupinha de marca** também, umas cordas...
(Felipe)

- Pra mim qualquer pessoa é suspeita.

- Qualquer pessoa é suspeita?

- Se eu vier só na rua e vier outra pessoa, **eu acho que o jeito de se vestir...** Eu sei que é errado, mas eu acho que é.

- Urrum. E é como esse jeito de se vestir?

- Assim. [Aponta pro amigo, Lucas]. Assim, gente que usa **roupa de marca**, essas coisas. Assim, muita tatuagem, tudinho. Eu sei que não quer dizer nada, mas eu acho que fico mais assustado, assim, na mesma direção que uma pessoa assim. (Marcos)

- É, assim, o jeito de se vestir, geralmente, deles, é sempre querendo esbanjar **roupa de marca**, tudo. Entendeu? Querendo esbanjar luxo. É isso. (Lucas)

- Ciclone, Seaway, a famosa bermuda, a **roupa galerosa**. Infelizmente. Eu particularmente já fico mais ligado quando é assim. Não julgo. Não vou fazer julgamento, mas eu fico mais ligado, independente. Não vou chegar pra falar que é bandido, não vou afirmar nunca isso, mas eu tô ligado. (Diego)

Aqui, a relação com o crime aparece não somente permeada por fatores econômicos, mas também como expressão cultural. Dois deles justificaram essa relação com base da experiência própria: já fizeram parte de grupos criminosos, e era assim a caracterização mais comum. Outro entrevistado, adepto cultura rap, relata que frequentemente é confundido com

criminosos em função do código de vestimenta que segue, associado também aos espaços do crime:

Eu vivo no meio da cultura rap, sabe? Aí é sempre bermuda longa, boné, bermudão, camisão, camisa bem larga, e isso meio que choca as pessoas, tá ligado?

Eu sempre usei esse estilo de roupa assim, largas, **mais despojadas**, e a galera diz que eu ando que nem ladrão, tipo, esse jeito de andar bem gueto de Recife.

Já entrei em loja com grana pra comprar e ninguém me atendeu só porque eu tava mais despojado. Enquanto isso entrou gente depois de mim, **mais arrumado**, e foi atendido...

(Chico)

Chico fala sobre como a forma como costumeiramente se caracteriza choca algumas pessoas e é associada à imagem do ladrão, citando situações em que sofreu discriminação por conta disso. Em outro momento da entrevista, ele também admite operar os mesmos critérios de desconfiança que sofre a pessoas que se vestem de forma parecida, ainda que saiba tratar-se de um estereótipo.

Então eu tento evitar bermuda, chinelo, eu vou com um tipo de roupa que eu sei que eu vou ter menos possibilidade de... **um tipo de roupa que vai criar menos situações pra mim**. Menos situações negativas pra mim. Então eu tento ir mais arrumado, o que é bizarro, nos tempos de hoje, da tecnologia, de que tudo era pra ser rápido, tranquilo, sabe? Eventual, uma coisa simples, uma dinâmica simples da minha vida urbana, acaba sendo um processo extremamente trabalhoso. **Preciso me arrumar bem pra ir pro banco**, porque se eu for de bermuda, a chance da porta apitar, dos guardas sair de dentro do espaço pra me abordar fora da coisa é muito grande e isso é muito vexatório. **(João)**

As menções a essa necessidade se repetem, e frequentemente são permeadas também pelo aspecto racial. Assim, os entrevistados negros em geral admitem sentir uma necessidade maior de “vestir-se bem” para serem aceitos nos mais variados espaços. Frequentemente, entre estes, nem mesmo o fato de estar “bem vestidos” é suficiente para evitar a discriminação. Quanto aos entrevistados brancos, a questão racial nunca é trazida à tona como fator de desconfiança, e sim a forma como estiverem caracterizados – externalidade que têm maior possibilidade de manipular de acordo com a eventual necessidade.

2.1.4 O nível de escolaridade enquanto variável

Como mencionado anteriormente, o grupo entrevistado por mim apresentou um nível de escolaridade predominantemente alto em relação à média deste perfil populacional. Dos sete, quatro iniciaram cursos superiores e apenas um contrasta com os demais e não chegou a concluir o ensino fundamental. Se num primeiro momento da seleção dos entrevistados eu não especifiquei o nível de escolaridade, esse fator, ao longo da pesquisa, foi se sobressaindo, e ficou claro como essa delimitação traz elementos importantes a respeito das dinâmicas da discriminação. Seguem algumas observações:

- a) A escolaridade diferencia o tipo de tratamento que será concedido aos indivíduos, oferecendo-lhes **mais acessos** e mais noção de seus direitos; é como se o capital cultural de alguma forma compensasse a ausência de capital econômico²⁶:

Tem jovens negros da periferia que não vão receber o mesmo tratamento que eu recebo, pelo fato de ser universitário, pelo fato de eu ter mais consciência sobre meus direitos, então a violência, ela também vai atuar nesses corpos de formas diferentes. (João)

- b) Ao mesmo tempo, quando o indivíduo é marcado pelos signos da subalternidade – em termos de classe e raça, por exemplo – seus saberes intelectuais frequentemente são motivo de surpresa e dúvida, e assim, ainda estão sujeitos a serem discriminados em relação a outros indivíduos igualmente escolarizados que detêm localizações sociais mais privilegiadas.

Quando eu vou pro espaço profissional, tem muitas sensações. Primeiro **as pessoas se surpreendem comigo**. Porque partem do princípio que de onde eu vim, e de como eu sou, e de como eu estou, eu não vou ser inteligente. Então assim, eles se surpreendem "nossa, você faz tudo isso, você consegue tudo isso", então assim, é sempre uma surpresa. [...]

As pessoas partem do princípio que eu não sou ninguém. Então eu preciso dizer que eu sou alguém. Não que isso me faça alguém. Mas assim, na ideia dessas pessoas, na construção de alguém dessas pessoas, é preciso fazer esse movimento, sabe? E a partir daí eu fiquei muito preocupado, porque as pessoas que iam pra lá não iam ter esse currículo pra apresentar. Os usuários que a gente ia ter lá não iam ter esse currículo pra apresentar. Iam ser **jovens negros que não iam ter nenhum currículo pra apresentar**. [...] Quando você diz que tem um mestrado, não acreditar que você tem um

²⁶ Para maiores aprofundamentos sobre os conceitos de capital cultural e econômico, ver: (BOURDIEU, 1999)

mestrado, sabe. Não que isso seja importante, mas me surpreende isso. Que eu falar... A minha fala não é suficiente, eu preciso provar muito do que eu sou e do que eu faço pra que as pessoas consigam acreditar de que o que eu tô falando é verdade. Porque senão eles me colocam nesse lugar do batedor de tambor, de mais um que tá passando na rua, que vai assaltar bolsa, sabe? **(João)**

O entrevistado se preocupa com as pessoas com quem compartilha as mesmas origens sociais, mas não têm o privilégio da escolaridade a seu favor. É pungente em sua fala a preocupação com o fato de que **apesar de a escolaridade lhe fornecer certos acessos, isso não se dá de forma plena e é sempre posto em questão**. Se o argumento da educação como solução para todos os problemas da sociedade é recorrente no senso comum, aqui, fica claro como ainda existem limitações; por si só, ela não é suficiente para prover todas as oportunidades de forma igualitária sem a possibilidade de discriminações.

Acerca disso, Jessé de Souza (2006) fala sobre como a internalização de um certo “modo de ser” socialmente aceito – por exemplo, através da educação formal - pode atuar aumentando ou diminuindo a discriminação que os indivíduos de certos grupos sociais sofrem. Esse argumento será aprofundado mais adiante.

- c) Outro elemento que a escolaridade trouxe envolve **o tipo de análise** que esses indivíduos vão fazer **da realidade**, que passa a ter como base **outras referências**. Isso impacta diretamente na forma como as narrativas se estruturam, e entre os mais escolarizados, são frequentes que as análises da realidade vivida se apoiem em conceitos e referências claramente retirados do contexto escolar ou acadêmico, permitindo um olhar ao mesmo tempo próximo e distanciado:

Eu não tinha um pouco das análises que eu tenho agora. Então olhar pra violência a partir daquelas lentes é muito diferente do que eu olho para agora, né. E tentar refletir sobre como isso se dá, como que isso reverbera na minha pele, como é que essa violência me toca enquanto sujeito, jovem, negro, periférico, mas que teve alguns acessos, que tá numa situação privilegiada em relação a outras figuras que não tiveram esses mesmos caminhos **(João)**

Eu acho a arma não é um instrumento de defesa como se prega, é um instrumento de ataque. Você não defende a partir do momento que você atira, você está atacando. Até

tinha feito um seminário sobre isso²⁷, que se você ver, países que têm o porte de arma legalizado ou você tem uma arma dentro de casa, eles não são mais seguros. **(Lucas)**

Uma pista para pensar sobre como a variável da escolaridade pode impactar nessas narrativas é, mais uma vez, a pesquisa recente realizada pelo Datafolha sobre adesão ao autoritarismo (FBSP, 2017). Segundo o estudo, quanto menor a escolaridade, maior a **propensão a aderir a posicionamentos mais autoritários**; inversamente, à medida que cresce a escolaridade, diminui a propensão a apoiar estas posições. Esta variável destacou-se como fator de contenção do autoritarismo mesmo quando isolada das demais variáveis, como classes e regiões do país. Na análise dos autores, o resultado fornece pistas para se pensar em como a educação pode ser aproveitada como fator de prevenção da violência e promoção da cidadania.

O fato de eu ser universitário, enfim, várias questões **me colocam num lugar diferenciado lá naquela comunidade**, né, então eu tenho essa compreensão, e aí a **minha análise também é diferente**. Sobre a própria discussão de droga também, né, antes eu tinha muito medo, né, é um medo constante. [...] No entanto, eu consigo hoje analisar tudo isso de uma forma diferente, né, de uma forma talvez **menos sensacionalista**, digamos assim, quando você vai olhar isso com um pouco mais de cuidado. Pra mim, uma pessoa que é usuária de drogas não necessariamente é traficante, não necessariamente vai me assaltar, não necessariamente vai acontecer dessa forma. **(João)**

- d) Dentro da própria comunidade, aqueles que têm um nível de escolaridade acima da média podem ser vistos como **referência positiva**, por um lado, e com **distanciamento**, por outro, ao dominar uma linguagem e um saber que são privilegiados em relação ao resto da comunidade:

Existe um processo muito cruel, que depois que você sai desse lugar, que você muda, sai da periferia, que você tem outros acessos... **As pessoas não te reconhecem mais como parte daquilo ali**. Você tá ali, você é dali, mas você não é totalmente dali. **Existe alguma coisa que te distancia delas**. E essa sensação é ruim. De chegar lá e de perceber que as pessoas "não, não conversa com ele não, que ele é muito inteligente", sabe, é uma coisa inalcançável, eles te colocam num lugar agora que não é o lugar que você queria estar, sabe? Que você sabe de tudo isso que eles tavam vivendo, você viveu

²⁷ Este entrevistado se considera de tendências socialistas e estudou ciências sociais (ainda não concluído, no momento trancado).

aquilo lá, então nada daquilo ali é estranho. Mas assim, o fato de você ter acessado outros lugares já meio que cria uma barreira e isso é uma coisa criada socialmente, de que eles não vão alcançar, de que eles não são inteligentes o suficiente, de que porque eu fui estudar fora, isso me coloca num patamar que eles não alcançam mais. E aí pra algumas coisas, eu não me sinto mais parte. De alguns processos eu sou excluído por conta disso, que eu não sou mais dali, necessariamente. Isso me entristece muito. [...]

Mas tem alguns impactos positivos, de eu ser a referência. **Uma referência positiva.** Isso pra mim é bacana. Me deixa muito feliz saber que a minha trajetória está no discurso da minha tia que fala pro meu primo: você precisa ser igual a seu primo. Isso me deixa feliz. Porque **eu não vou ser o exemplo a não ser seguido.** Que a nossa rotina na periferia pobre, negro, tal, é essa: não faça que nem fulano, viu fulano, morreu, viu fulano, foi preso, viu fulano, tá cheirando isso, viu a mãe de fulano como é que tá? A gente parte das referências negativas pra amedrontar, criar esse medo, pra que você não chegue lá. Eu sou o exemplo diferente. "Você devia fazer que nem seu primo. Você viu seu primo?" - isso me deixa feliz. **(João)**

- e) Mesmo os entrevistados que conseguiram ter condições de adquirir um maior nível de estudo dentre todas as adversidades, isso **não** foi suficiente para reforçar o **discurso meritocrático** de que o esforço pessoal seria suficiente para garantir as condições de estudo necessárias. Para ilustrar essa reflexão, pedi que um dos entrevistados, cujo nível de escolaridade era bastante alto, explicasse um pouco da sua trajetória e das explicações para que chegasse onde chegou. Criado em um contexto de violência, que relatou atingir diversos parentes seus, a saída que encontrou para não seguir o mesmo caminho foi através dos estudos:

Eu tinha medo de morrer, eu tinha medo de meus pais morrerem, eu tinha medo de meus irmãos morrerem, e o discurso que eu escutei a minha vida inteira era de que a única forma de mudar isso era estudar muito, ganhar muito dinheiro e ficar bem. Essa era a única possibilidade que tinha. Só que ficar rico e ganhar muito dinheiro não é uma coisa simples. A única coisa que eu dispunha era estudar. **(João)**

Entretanto, ele faz questão de salientar que não é apenas uma questão de vontade própria que envolve esse estudo; é preciso que as oportunidades sejam dadas. Nesse sentido, ele se reconhece como uma exceção:

Não dá pra dizer que ah, eu estou aqui porque eu mereci. Eu mereci também. Porque **houve um esforço pessoal, claro.** Se eu não quisesse, nada disso tinha acontecido. Mas não foi um esforço só meu. Né. E dizer que, ah, se você se esforçar demais, você consegue, é mentira, **porque outras pessoas se esforçaram e não conseguiram isso.** Não foi igual a mim. Teve tanta gente que merecia tanto quanto eu ou até mais e que tá

na Contax agora, sabe, vendendo sua força de trabalho, ganhando uma porcaria de salário, tendo que sustentar dois filhos, sabe? Uma pessoa que estudou também, que tentou também, que investiu também e que tentou também. **Não teve as mesmas oportunidades.**

Nem todo mundo vai conseguir, isso é fato, e não é porque eles não queiram, não é porque eles não mereçam. Não se esforcem. É porque **as condições não são iguais pra todo mundo.** [...] Muitos deles acredita, depois de um certo tempo, que é inalcançável isso. Fazer o que eu fiz é um em um milhão. E é verdade. É um em um milhão. E muitos deles já desistiram disso. **(João)**

É importante ressaltar esse aspecto, pois como Misse (1999: 177) coloca, uma das representações sociais da pobreza a atribuem a fraquezas individuais, à baixa adesão ao *ethos* do trabalho e à falta de disciplina necessária à produção capitalista. É como se o pobre fosse pobre por preguiça, incapacidade ou falta de esforço. É por isso, aliás, que a categoria “pobre, porém trabalhador” surge como reivindicação de dignidade, enquanto em seu extremo oposto se encontra a categoria do bandido, que procura a maneira “mais fácil” de conseguir dinheiro. Ao entrar em contato com as trajetórias relatadas pelos entrevistados, é possível perceber que não é bem assim.

*

Ao longo deste capítulo, tentamos delinear as múltiplas configurações de classe que permeiam as experiências dos atores sociais em estudo. Foi possível perceber que há uma representação social dominante que articula pobreza e violência mesmo entre aqueles que estão próximos a estes grupos. Isso foi perceptível através de uma série de operações simbólicas, que associam pobreza à proximidade com as necessidades básicas e o instinto, e distante da racionalidade; com a preguiça, indisciplina e falta de esforço. No âmbito das interações urbanas, a identificação desses sinais de classe se dão sobretudo através de códigos de vestimenta – mas também de um certo tipo de um modo de ser – ou *habitus* - precário.

Por outro lado, existem complexificações nesta relação, que não é reproduzida sem questionamentos. Cada classe social experiência tipos de violências diferentes, que impactam em seus discursos; além disso, a proximidade social com a violência acarreta um maior envolvimento físico, social e emocional em relação a esta. Também permite perceber que há

uma discrepância em relação à empatia que é projetada às vítimas de violência, a depender da classe social de que façam parte.

O próximo capítulo é intimamente conectado a este, posto que há notáveis filtros socioeconômicos nas variáveis a ser discutidas: é sobre as dimensões espaciais e raciais da violência que iremos mergulhar, partindo do lugar de onde os entrevistados falam.

2.2 Dimensões Espaciais e Raciais da Violência

2.2.1 De Onde Eu Venho? Geografias Urbanas Da Violência

O quanto das trajetórias que traçamos ao longo do território da nossa cidade interferem nas percepções que vamos ter acerca da violência? Que linhas imaginárias traçamos entre o familiar e o desconhecido? Entre aqueles espaços onde nos sentimos confortáveis e os que provocam estranhamento? Entre os que supomos ser mais seguros e inseguros? A partir dos contextos fornecidos pelos entrevistados, este tópico procurará percorrer algumas dessas questões.

Os sete entrevistados vêm de partes da Região Político-Administrativa 3 (RPA 3), que agrega 29 bairros da zona noroeste recifense. Seguem alguns dados demográficos referentes a estas regiões:

| | Porcentagem de não-brancos ²⁸ | Renda Per Capita Média | IDHM |
|--|--|------------------------|-------|
| Brejo da Guabiraba | 67,96% | R\$334,50 | 0,632 |
| Nova Descoberta | 69,28% | R\$317,15 | 0,643 |
| Mangabeira | 71,01% | R\$376,17 | 0,659 |
| Alto Santa Isabel (Casa Amarela) ²⁹ | 45,09% ³⁰ | R\$490,37 | 0,716 |
| Recife | 59,33% | R\$1144,26 | 0,772 |

²⁸ Para facilitar a comparação, foram agregados os pretos, pardos, indígenas e amarelos em “não-brancos”, sendo o restante da população de brancos. Vê-se que, de maneira geral, os bairros nobres tendem a ter uma população de brancos significativamente maior.

²⁹ O Alto Santa Isabel compreende uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) do Bairro de Casa Amarela, que é um bairro de transição entre as regiões mais nobres (Casa Forte, Parnamirim) e mais periféricas (que compreendem as regiões de morros e outras ZEIS no entorno da Avenida Norte). Sendo assim, o bairro de Casa Amarela tem características mistas, a depender da região da qual focarmos. No caso dos dados acima, se referem especificamente à região dos ZEIS de Casa Amarela (os vizinhos Alto do Mandu e Alto Santa Isabel) e estão disponíveis no Atlas Brasil: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_udh/22753.

³⁰ A única exceção é a porcentagem de brancos e não brancos, que não encontramos especificada para esta microrregião, e portanto, se refere ao bairro de Casa Amarela como um todo. No caso deste dado, há uma discrepância visível quando comparado aos demais bairros da tabela. Uma possível sugestão para isso é que, quando tomado em sentido amplo, o bairro de Casa Amarela possui algumas das características de áreas nobres, se aproximando mais de bairros limítrofes como Casa Forte, por exemplo (que possui apenas 22,59% de não-brancos).

É possível perceber que, de maneira geral, as regiões selecionadas possuem uma renda média e IDH inferiores à média da cidade. Também possuem um recorte racial evidente, de maioria não branca, em relação à média recifense, excetuando-se apenas o bairro de Casa Amarela, que ainda se encontra intermediário. Com exceção do vizinho Brejo da Guabiraba, até 1988, as demais regiões aqui selecionadas pertenciam ao bairro de Casa Amarela, que foi, então, desmembrado. Ainda que o bairro de Casa Amarela tenha índices que sugerem uma menor precariedade do que as demais regiões selecionadas, é gritante como este bairro ainda é discrepante em relação às áreas nobres da cidade; nele, hoje, moram 12.780 negros; separada desta por apenas uma avenida, Casa Forte, originariamente de ocupação nobre, só tem 1,4 mil (SENE, 2015).

Se a ocupação sócio-territorial do Recife, relativamente heterogênea, permite uma convivência entre classes socioeconomicamente distintas, Sá e Cruz (2011) argumentam que essa convivência pacífica é ilusória, na medida em que é conciliada com uma arquitetura e hábitos populacionais que se organizam com base no medo do outro. É forte a presença de muros e aparatos de segurança, junto à presença de espaços privados que se organizam nos moldes dos enclaves fortificados conceituados por Teresa Caldeira³¹.

[A respeito das áreas nobres da cidade]: Existe um perfil autorizado a entrar e um perfil que vai entrar, mas vai sofrer um rechaçamento desse lugar. Ele vai sentir que esse lugar não é o seu lugar. Você sente isso. Acho que isso é muito forte. **(João)**

Se falamos que os recortes adotados no perfil dos entrevistados em discussão não são compartimentáveis, e sim sobrepostos, neste tópico isso vem à tona de diversas formas. Primeiro que falar em geografias urbanas implica falar em questão de classe. Neste caso, os bairros que estamos abordando são predominantemente pobres, então ao falar destes espaços, estamos também falando de pobreza e de acessos diferenciados. Também estamos falando de raça: distintamente dos bairros nobres, de maioria branca, os bairros aqui abordados têm uma população predominantemente negra e parda. Portanto, reforço a ideia de espaço geográfico

³¹ “Espaços privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. Podem ser shopping centers, conjuntos comerciais e empresariais, ou condomínios residenciais. Eles atraem aqueles que temem a heterogeneidade social dos bairros urbanos mais antigos e preferem abandoná-los para os mais pobres, os “marginais”, os sem-teto.” (CALDEIRA, 2000: 11-12)

enquanto espaço de práticas sociais que obedecem a uma lógica sistêmica, nos termos de Milton Santos (2008 apud SÁ E CRUZ, 2011).

Não tanto geograficamente, mas do ponto de vista sociológico, as regiões aqui estudadas se enquadrariam como periféricas; por isso, frequentemente são relacionadas à ideia de periculosidade, a despeito da complexidade interna que caracterize cada uma delas. Então a questão que se coloca, a partir do olhar dos entrevistados, é: que mutações no campo das representações estariam ligadas à proximidade com esses espaços?

2.2.2 A periferia representada como origem da violência: paradoxos da proximidade

Essa semana eu tava conversando com um rapaz do Uber, eu pegava um Uber pra ir pra Encruzilhada, e aí a gente tava conversando, eu perguntando se ele ia pra festa do morro - que agora a gente tá nesse período de festa do morro - e aí ele falou, perguntou como era o morro. Que tinham feito um desenho muito ruim de que ele não podia pegar ninguém lá, que ele ia ser assaltado, e de que isso ia acontecer, que ele não pegasse, que quando o Uber apitasse pra aquela região ele nem fosse, tal. [...] E aí você começa a perceber que existe uma tendência a se criar um discurso - e aí usa a droga como caminho pra isso - pra **criminalizar a periferia. (João)**

Na representação dominante, o crime e os criminosos são associados aos espaços que supostamente lhes dão origem, como favelas e morros, que são vistos como os principais espaços do crime. Seus habitantes, criminosos em potencial, são pessoas que estariam no limite da sociedade e da humanidade (CALDEIRA, 2000: 57). Não por acaso, relata-se que nesses espaços, a abordagem policial é mais agressiva:

É diferente o **tratamento de um morador daqui pra um bairro vizinho aqui, Casa Forte, sabe?** É muito diferente. Aqui é um esculacho, você for pego numa escadaria dessa aí, você pode tá fazendo nada, pode tá com um amigo seu, na escadaria, na entrada da porta da casa dele conversando, um gato [policial] chega e esculacha.

- Já aconteceu contigo?

- Já. [...] Sempre rola com o pessoal aqui. Às vezes nem é usuário de nada, nem... Tá só conversando, simplesmente conversando.

(Chico)

Antes de tudo, se é importante questionar a reprodução de estereótipos, é preciso também reforçar que o estatuto de representação social não faz com que a insegurança nestas

regiões seja necessariamente falsa. É possível que, ao circular por estes espaços, exista a suscetibilidade à violência, no sentido usual do termo. Nas regiões periféricas, a violência assume configurações distintas em relação às regiões mais abastadas, e que também incide distintamente sobre os diferentes corpos.

Acho que quando a gente fala de **pontos de drogas** e faz essa relação droga com violência, a gente vai ter obviamente uma incidência maior nas comunidades periféricas, porque lá é onde se consome, de uma forma menos regulada, digamos assim. Quando a gente faz essa relação, a gente vai ter espaços, ambientes da comunidade que são muito violentos nesse sentido, né? [...]

São espaços que são mais **vulneráveis**, são espaços que a própria condição de moradia é mais precária, que o acesso a droga é mais fácil, porque o fluxo lá desses processos é mais intenso. São espaços onde o poder público chega de uma forma muito deficiente, na maioria das vezes ele chega pra reforçar a violência, então a gente fala da polícia chegando de uma forma extremamente violenta, extremamente embrutecida, que desrespeita as pessoas que tão lá, que usa o aspecto da violação de direitos como *modus operandi*, então, óbvio, não tem como a gente não falar de violência nesses espaços quando **o próprio Estado**, que deveria regular essas relações, **chega com uma perspectiva de acentuar essa violência**. E nos outros espaços, a gente tem a mídia também, que cria essa imagem, cria esses estereótipos e condena a vivência na comunidade a um processo de relação constante com violência e só retrata a violência na comunidade (**João**).

O depoimento não recusa a existência de violência nas periferias, onde a questão das drogas³² emerge não apenas na forma de consumo pessoal, mas através de pontos de venda que criam um tensão mais explícita e violenta do que em outras partes da cidade, incidindo na comunidade como um todo. Apesar de reconhecer essas características, o entrevistado argumenta que a essencialização das comunidades enquanto espaços violentos precisa ser questionada:

Vivo em comunidade a minha vida inteira, né, e os lugares onde eu fui assaltado não foram lá onde eu moro, por exemplo. Nos lugares onde eu me senti mais inseguro não era lá, embora lá exista violência. Exista muita violência, não dá pra dizer que não exista ou que existe pouca, eu acho que a relação não é essa, mas é mais essa pergunta: onde é que você se

³² Aproveito para observar que existe uma literatura consolidada que coloca que a centralidade da doutrina de “guerra às drogas” nas políticas de segurança pública praticadas no Brasil tem apresentado pouca efetividade na redução da violência (SINHORETTO e LIMA, 2015). Assim, é importante reforçar que inserir a questão das drogas como um problema a ser solucionado nessas regiões não deve ser entendido aqui como um argumento em defesa desta doutrina.

sente mais vulnerável? **onde é que você sente que essa violência vai te atingir de uma forma mais pesada?** [...]

Existe uma angústia em mim de tentar explicar pra você de que **o lugar onde eu me sinto mais vulnerável não é na minha periferia**, embora exista muita violência. E aí tentar explicar que a violência tá em todo lugar e tentar fazer você entender por que que aqui [na Jaqueira] pra mim é mais... é um lugar que eu me sinto mais inseguro. Eu hoje tenho muito mais medo de ser assaltado por aqui, nessa região, que é uma região tecnicamente mais abastada da cidade, uma região mais rica, do que Casa Amarela. Inclusive porque numa lógica, faz muito mais sentido assaltar aqui do que lá. Que lá as pessoas têm um poder aquisitivo menor. **(João)**

Assim, ele reforça que existe uma multiplicidade de manifestações de violência possíveis. Quando se trata de crimes contra o patrimônio, como assaltos, o foco se dá nas áreas nobres; quando se trata da abordagem policial, ela está presente em ambos os espaços quando se trata de indivíduos que, como ele, estão próximos do estereótipo de suspeito. Quando se trata da violência relacionada às drogas, embora o consumo seja presente em toda a cidade, é na periferia que há maior tensão.

Por outro lado, embora as representações que essencializam periferia à violência precisem ser questionadas, não significa que não exista violência nessas áreas. As experiências de proximidade geográfica com a violência – e a dificuldade em contorná-la – também surgiam nas falas de vários dos entrevistados:

- ...Coisas que eu presenciei, também. Já ocorreu de ter assalto na minha rua ou na rua do lado, até assassinato já teve também, essas coisas. Aí fica até chato de ficar na rua conversando com as pessoas. Tem que ficar em casa, e isso é meio chato.

[...]

- Tem algum hábito no cotidiano que tu muda por ter medo da violência?

- Eu não saio mais com os amigos. Eu fico mais em casa.

- Mas por medo mesmo de acontecer alguma coisa?

- Tanto comigo quanto com eles.

- E eles continuam saindo ou eles também...?

- Não, a mesma decisão que a minha. A gente marca pouco de se encontrar.

- Vocês costumavam sair pra onde antes?

- A gente saía pra casa do outro, ficava na rua conversando. Que a gente mora em ruas diferentes, a gente ia pra rua de um, conversava, era a saída que tinha.

- Ah, sim, no mesmo bairro...

- Arram. Às vezes saía pra uma lanchonete... O problema é na questão de voltar cada um pras suas casas, também. Aí pra evitar que acontecesse alguma coisa, a gente decidiu para um pouquinho de sair.

- Certo. Então tu sentiu que outras pessoas no bairro também mudaram de atitude?

- Urrum. Mudaram.

[...]

- Tem algum lugar na cidade que tu sente mais medo ou que tu ache que é mais perigoso?

- Por incrível que pareça, a rua da minha casa. Mas eu acho que é mais por questão do que aconteceu, que eu presenciei um assassinato que aconteceu lá.

- Ah sim. E tu sabe que circunstâncias fizeram com que tua rua se tornasse mais perigosa?

- Ela começou, pelo que eu soube, quando ficou escuro, aí ficou muito fácil das pessoas se esconder e abordar alguém, tal. E o assassinato que aconteceu foi uma queima de arquivo, eu acho. Foi, foi uma queima de arquivo. Ele tava se escondendo lá, mas encontraram ele, aí...” (Caio)

Se é comum que as pessoas se sintam seguras nos espaços onde guardam familiaridade – sobretudo aqueles que relatam fazer parte de uma “comunidade”, que sugere maior proximidade entre os vizinhos -, alguns acontecimentos fizeram com que esse entrevistado invertesse essa relação. Os hábitos não só dele como da vizinhança foram modificados em nome da percepção de insegurança que passou a habitar a região.

De certa forma, o que fica candente em relação a boa parte dos habitantes dessas áreas é que estes parecem concentrar os efeitos da proximidade com a violência da comunidade, da estereotipação enquanto potencialmente perigosos e, ainda, da violência institucional, provinda de órgãos que os deveriam apoiar, mas discriminam. Eles não dispõem de recursos para evitar o espaço público da mesma forma que as classes mais abastadas o fazem, e por isso estão mais vulneráveis às diversas configurações de violência.

Por outro lado, até os próprios integrantes destas regiões às vezes reproduzem alguns destes estereótipos dos quais são vítimas, desta vez direcionando-os a outro lugar que seria pior, ainda que este lugar seja o outro lado da rua.

- Eu acho que eu me sinto mais seguro quando eu tô dentro do próprio bairro. [...] Mas aqui, na verdade, **é mais perigoso os altos**. Acho que todo mundo tem uma história pra contar, que mora no alto.

- Ah sim. Então de Nova Descoberta, essa parte daqui é mais tranquila?

- É... Eu considero mais tranquila. Por ser num baixo, assim, passar as polícias, assim, eu acho que o povo assalta mais pelo alto. (Marcos)

Eu moro mais perto do centro comercial, então é uma **área que não tem tanta incidência** de tráfico de droga ou de uso de drogas, isso **é mais pra dentro** do Alto

Santa Isabel ou do Alto do Mandu, então eu vejo pouco isso, pelo menos onde eu moro. **(João)**

Dessa forma, a existência de “zonas proibidas”, restringindo seus movimentos, não deixa de fazer parte do mapa mental dos moradores quando há familiaridade com a região, pois **produzem-se novos mapeamentos**. Pouco claras a um observador externo, certas áreas de risco ainda fazem parte do imaginário, mesmo que sejam microzonas como alguns becos ou bocas de fumo que fragmentam o bairro.

A dimensão dramática desse esforço, que acaba criminalizando e discriminando pessoas do mesmo grupo social, é que os dominados não têm um repertório alternativo para pensar a si mesmos e são obrigados a dar sentido ao mundo e à sua experiência usando a linguagem que os discrimina (CALDEIRA, 2000: 85).

Assim, o fato de ter características em comum com esses alvos de suspeição não necessariamente os leva a questionar esses pressupostos:

E por **também conviver numa periferia**, e você tá vendo sempre aquela rotina todos os dias na sua frente, seus familiares fazendo aquilo. Então isso que **influencia** mais a todos a partir por essa vida [se refere ao envolvimento com o crime]. **(Lucas)**

Surgem **novos elementos diferenciadores**, em diferentes gradações, e **novas alteridades percebidas como ameaçadoras**. Reputações são criadas com base em formas de falar, novas etiquetas, e um saber estabelecido sobre um determinado lugar que prevê que é melhor não ir ali, reproduzindo uma nova **diferenciação moral** entre os habitantes. Frequentemente há uma ruptura geracional, em que antigos moradores mantêm uma relação de tensão com os jovens.

E aí você encontra mais pontos de tensão, assim, mesmo, porque existe essa relação difícil entre os moradores mais antigos, os mais jovens, quem usa, quem não usa, então cria realmente um processo muito tenso que é difícil de lidar. **(João)**

Não é incomum perceber nas narrativas algumas dessas ambiguidades e relativizações acerca desses estereótipos. Porém, o fato de que essas representações possam ser comuns aos indivíduos que sofrem seus efeitos não impede que a experiência de proximidade geográfica não traga, também, novos elementos.

Kessler (2011) faz uma análise acerca dos paradoxos da proximidade que são típicos desses bairros, tendo por base o contexto argentino. Segundo ele, nos bairros mais abastados, os relatos fazem uma referência mais genérica ao problema, frequentemente sem referências individuais, pois marcados pelo distanciamento social e espacial – que facilita o emocional. Já nos bairros populares em que os moradores reconhecem uma vizinhança física e social com a suposta ameaça, são abundantes os **debates locais a partir de casos concretos**, que passam por discussões sobre a própria comunidade: por que alguém teria entrado no “mal caminho”, qual teria sido o peso dos valores familiares, das “más companhias”, das drogas, da falta de trabalho, e se a solução é a presença policial – com quem guardam uma relação ambígua de dependência e hostilidade – a escola ou a religião. Assim, desde o caso concreto até sua causa geral, passando pelo impacto no bairro, produz-se uma paisagem em distintas escalas.

A gente não tem um debate muito honesto em relação às drogas. Então a gente vive um processo de demonização do uso da droga e tal, e que torna tudo muito... Toda discussão de droga que a gente tem hoje, ela perpassa uma lógica muito terrorista, assim, você vai entrar no mundo das drogas e automaticamente você vai morrer, automaticamente você vai roubar sua família, você vai bater na sua... Existe um estereótipo que se cria e uma imagem que se cria que é muito perversa e que não contribui muito pra esse debate. Porque cria uma histeria. Então todo mundo acha, **todo mundo na comunidade tem um medo absurdo de lidar com essa coisa, né, de falar sobre isso**, e essa repulsa acaba criando mais problema, acaba criando mais violência porque às vezes a gente não trata, acaba não tratando a dependência química como uma questão de saúde. Trata como se fosse uma questão de conduta, de caráter, e aí isso torna tudo mais difícil, porque automaticamente uma pessoa que apenas vez uso de maconha ou é só usuário de alguma droga, acaba se tornando criminoso. Porque não é uma questão de saúde, é uma questão de caráter. Então automaticamente se torna criminoso... **(João)**

A morfologia urbana das favelas e comunidades descortina relações que, diferente dos bairros de classe média e burguesa, possibilitam **vínculos de solidariedade entre vizinhos**, e que tornam estes espaços mais do que uma simples conjunção de casas. É comum, por exemplo, que a denominação “comunidade”, e não apenas bairro, surja delineando as fronteiras entre o seguro e o perigoso, entre o ambiente familiar e o de anonimato,

apelando-se aos vínculos comunitários. Isso porque **uma das estratégias de gestão da insegurança recorrente a esses espaços é o conhecimento mútuo**: interroga-se se conhecer aqueles supostamente perigosos significa correr menos riscos. É frequente, portanto, que os moradores dessas regiões relatem sentir-se seguros dentro das comunidades em que vivem (KESSLER, 2011; SÁ e CRUZ, 2011).

- Particularmente eu acho meu bairro aqui seguro. Mas assim, **pra quem é morador**. A gente sente uma sensação de conforto. A gente chega e sai a hora que quer. Eu não sei pra quem é visitante. Mas geralmente a comunidade se sente segura aqui.

- Ah, certo. E tu tem notícia de muito acontecimento, de violência por aqui ou não?

- Na Mangabeira não. É raro. Aqui é o bairro, realmente que... São poucos incidentes. A última vez que teve foi até um assalto ao mercadinho, mas já faz dois anos. A última vez. Aí por isso que a gente considera o bairro... é uma comunidade segura.[...] A gente tem uma visão deturpada da violência quando a gente mora em um determinado lugar e a gente acha seguro, né? Mas assim, eu me sinto seguro dentro da Mangabeira, mas se eu sair na Avenida Norte, eu já não me sinto mais seguro. Eu acho que ultimamente a violência no Recife, no estado, basicamente, aumentou bastante. **(Diego)**

- Eu costumo dizer que **aqui na Mangabeira é um condomínio fechado**, não é de tá tendo muito assalto, de tá tendo muita morte, sabe? Mas sempre tem alguma história assim: não sei quem foi assaltado, mataram não sei quem. Mas comparado a outros bairros, é bem pouco, sabe? E a Mangabeira na verdade é um bairro, mas a principal rua, que é onde tá todo o foco, sabe? Aí todo **mundo conhece todo mundo, do dono do mercadinho ao dono da boca**, aí é sempre bem tranquilo, sabe? [...]

- E no caso, tu dissesse que tem uma boca aqui perto?

- [Riso] Uma foi eufemismo.

- Tu acha que isso tem alguma relação com a violência ou que não?

- Tem, vei. Tem. **Tem nego de fora aí, vei. Chega aí e não sabe como funciona o sistema daqui**. E faz besteira, rouba galera aqui, pá. Tem nego que deve, morre, tem nego que fala demais e morre. Sabe? **(Chico)**

Você conhece as pessoas, **você conhece quem é potencialmente perigoso, quem só faz uso, você consegue diferenciar**. E esse talvez seja um problema dessa coisa da verticalização. Porque as pessoas não se conhecem mais **(João)**

Entretanto, seria precipitado inferir que a proximidade por si só leva a mais empatia e cuidado em relação a este “outro”, ou que o distanciamento desta realidade por si só leva a mais punitivismo. A proximidade pode levar à condenação moral, porque apesar de todos compartilharem condições sociais difíceis, “meus filhos não roubam”, por exemplo. Da mesma forma, o distanciamento pode levar a um olhar mais amplo acerca de “quem está

realmente por trás da violência”, buscando justificativas em causas estruturais (KESSLER, 2011).

Porém, quando se trata de acontecimentos relativos ao próprio bairro, cujos indivíduos envolvidos são conhecidos por todos, algo distinto se passa. Se os laços de conhecimento não evitam os julgamentos morais nem a reprodução de estigmas, por outro lado, esses juízos são mais facilmente submetidos a disputa. Isso porque existe maior possibilidade de que os afetados não aceitem passivamente seus rótulos desqualificadores e façam negociações de sentido (KESSLER, 2011).

2.2.3 A Racialização da Periculosidade

Dentre os vários aspectos conflitivos dificilmente assumidos na sociedade brasileira, um dos mais pungentes é a existência de racismo. Em constante estado de negação, remete à aquela reconhecida pesquisa na qual todos assumem a existência de preconceito no país, mas ninguém se reconhece preconceituoso: racista é sempre o outro³³. Para que uma prática possa ser reconhecida dessa forma, ao que parece, necessita ser explícita e incontornável. De outra forma, é impressão, é exagero, não é bem assim:

Você vai criando um discurso também de **negação**. E você absorve o discurso que é um discurso homicida, de que isso não é importante, **de que racismo não existe**, de que isso é coisa da minha cabeça, de que isso é uma situação em um milhão, de que aquela pessoa é cretina e fez isso comigo, **aquela pessoa é cretina, não é que é um problema social, não é um problema sistemático**, não é um problema do estado, é aquela pessoa só, e isso só aconteceu porque foi aquela pessoa. Se a gente tirar aquela pessoa, resolve o problema. Você fica nessa... Você recebe essas informações, esses estímulos o tempo todo, e isso te desorganiza pra você pensar naquilo como algo importante pra você, como algo que define teu lugar no mundo. [...]

Eu não conseguia perceber [racismo] por conta desse movimento de **deslegitimar**, de colocar como **não importante**, de achar que o problema é meu, que eu é que tô fazendo aquilo, que eu é que tô criando aquilo, que eu que tô me **vitimizando**. (João)

A dimensão das trocas de olhares, a suspeição que se proclama arbitrária, a filtragem nos mecanismos de segurança e os gritantes indicadores de desigualdade justificam-se de inúmeras formas que teimam em ignorar o fator racial como estruturante de desigualdades e o subsomem em questão econômica. Entretanto, a lógica que torna permissível que certos sujeitos sejam matáveis – a cada 23 minutos um jovem negro é morto no Brasil – sem que nenhuma comoção maior seja mobilizada³⁴, revela algo muito mais profundo. Não nos enganemos: falar de suspeição ao Outro, em nosso contexto, exige falar de racismo.

³³ (RUFFATO, 2014)

³⁴ Segundo pesquisa realizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e pelo Senado Federal, 56% da população brasileira concorda com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte de um jovem branco”.

Miriam Leitão certa vez se referiu ao Brasil como “a pátria distraída”³⁵, por não ser capaz de perceber o próprio racismo, enquanto se comove com o contexto em outros países, como a segregação racial americana e sul-africana. As formas de racismo, aqui, podem ser caracterizadas pela não-formalidade, mas ainda assim são firmemente implantadas na estrutura institucional (NASCIMENTO, E. 2016).

Não caçamos pretos, no meio da rua, a pauladas, como nos Estados Unidos. Mas fazemos o que talvez seja pior. Nós o tratamos com uma **cordialidade que é o disfarce pusilânime de um desprezo** que fermenta em nós, dia e noite.³⁶

A posição do negro brasileiro num Brasil dominado pelos brancos difere daquela dos negros em sociedades similares em qualquer lugar somente na medida em que **a ideologia brasileira de não discriminação - não refletindo a realidade, e aliás, camuflando-a – consegue sem tensão o mesmo resultado obtido pelas sociedades abertamente racistas** (DZIDZIENYO apud NASCIMENTO, A. 2016).

Muito pouco é mobilizado quando percebemos que 54% da nossa população é negra - o que faz com que sejamos o segundo maior país em população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria - mas ainda assim este grupo parece se ausentar quando circulamos pelos espaços de poder: “atualmente, a posição do negro no Brasil só pode ser descrita como sendo virtualmente fora da sociedade vigente. Ele está quase completamente sem representação em qualquer área envolvendo poder de decisão”³⁷. Por outro lado, este grupo se faz presente entre 76% da população mais pobre, 60% da população carcerária, 77% dos assassinados - se nos últimos dez anos, a violência letal caiu 32,3% entre jovens brancos, entre os negros, houve um aumento de 32,4% - isso só para citarmos alguns exemplos (CARMO, 2017). Assim, a violência no Brasil tem se especializado em incidir sobre os corpos negros, constituindo um verdadeiro genocídio³⁸.

³⁵ Aqui, ela parafraseia Chico Buarque, na canção “Vai Passar”.

³⁶ Nelson Rodrigues, citado por Abdias de Nascimento em O Genocídio do Negro Brasileiro (NASCIMENTO, A. 2016: 92.)

³⁷ Dzydzyenio, citado por Abdias de Nascimento (NASCIMENTO, A. 2016: 104)

³⁸ Genocídio: “Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos” (BUENO, 1963). Esse conceito, aplicado ao negro brasileiro, é desenvolvido por Abdias Nascimento, que argumenta que desde a escravidão, no período colonial, até os dias que correm, as populações negras e mulatas têm sofrido um genocídio institucionalizado e sistemático, embora silencioso. (NASCIMENTO, A. 2016: 19)

É por esses motivos que, se não é possível dividir a espécie em “raças” do ponto de vista biológico, trata-se de uma categoria que se torna real em seus impactos: na prática, ela é uma construção discursiva produzida social e culturalmente, e ao ser operacionalizada, torna-se fator diferenciador e reprodutor de desigualdades (ANDRADE e ANDRADE, 2014; ZUBARAN et. Al, 2016). É um conceito, portanto, que ganha sentido por ser relacional, e não por questão de essência. As representações sociais são essenciais para pensarmos este recorte nos termos da pesquisa aqui proposta, enquanto mapas conceituais a partir dos quais damos sentido à nossa experiência, nos posicionamos enquanto sujeitos, e se situam no interior de estruturas perpassadas pelas relações de poder. O regime racializado de representação construído historicamente no Brasil tem elementos que perpetuam até hoje, alguns dos quais valem a pena ser mencionados:

Aqui, a criminologia desde o século XIX buscava compreender a “delinquência” em torno de parâmetros de normalidade e desvio que se explicariam pela existência de uma natureza criminosa inata, que se teria como base elementos anatômicos, psicológicos, fisiológicos dos indivíduos. Data daí a influência das teorias de Cesare **Lombroso**, reproduzidas aqui por uma intelectualidade brasileira que buscava explicações e proposições para a superação dos entraves ao seu desenvolvimento como nação moderna. A operacionalização desse conceito frequentemente relacionava as características do negro à ideia de que seria um criminoso “nato”, que teria uma natureza delinquente *a priori* (ANDRADE e ANDRADE, 2014). Magalhães (2006: 15-17) argumenta que as **concepções leigas e científicas foram mutuamente influentes** na produção de explicações para o comportamento criminoso; assim, pra compreender o senso comum, é preciso considerar que ele é fortemente influenciado por versões simplificadas das teorias sociológicas. Portanto, embora esse paradigma, ao longo do tempo, tenha dado lugar a outros, aponta-se que certos elementos definidos por Lombroso até hoje permeiam o imaginário e encontram espaço como fonte inspiradora de suspeição policial (MISSE, 1999: 71).

Já no decorrer do século XX, com o declínio das perspectivas evolucionistas biológicas, uma nova compreensão de raça tornou-se dominante no cenário nacional: o paradigma da mestiçagem como aspecto original da sociedade brasileira, uma abordagem sobretudo culturalista. Popularizada por Gilberto Freyre, essa abordagem amenizava o aspecto violento pelo qual se deu essa mestiçagem, romantizando-a, e via o país como uma espécie de **democracia racial**, desconsiderando essa categoria como explicativa para as assimetrias sociais. Os efeitos das desigualdades entre brancos e negros eram subsumidos a resquícios de

um passado escravocrata em fase de superação ou a um epifenômeno da categoria classe (ANDRADE e ANDRADE, 2014). É esse o paradigma que, tal como discutido algumas linhas acima, permitiu que o Brasil por décadas se enxergasse como um país cordial em que a questão racial teria sido resolvida com o fim da escravidão.

Porque o Brasil vive essa coisa do mito da democracia racial. A gente vive o tempo todo alimentando esse discurso de relativizar essa dor, de achar que não é importante, e você acaba... **É muito fácil você cair nesse discurso, porque você escuta isso a vida inteira.** É muito difícil você ter uma família negra extremamente consciente de seu lugar no mundo e que faça essas pontuações. Minha família não fazia. Minha família reproduzia violência, minha mãe alisava o cabelo, meu pai cortava o meu cabelo, sabe? E dessa coisa de “ah, baixa a cabeça pro policial”, e não sei o que, e de partir do princípio que eu sempre tava errado, então eu sempre apanhava em relação aos meus primos, de ser sempre os mais feios, de ser sempre preterido. **(João)**

Os impactos dessa narrativa são sentidos até hoje, como o trecho relatado acima ilustra. É importante considerarmos, porém, que a reprodução desse discurso entre aquelas mesmas pessoas que são prejudicadas pelos seus efeitos não deve ser lida como uma forma de culpabilizá-los pelas violências que sofrem. Como Ribeiro (2017: 68) coloca, “por mais que sujeitos negros sejam reacionários, por exemplo, eles não deixam de sofrer com a opressão racista – o mesmo vale para outros grupos subalternizados”. Obviamente eles estão legitimando opressões ao proferirem certos discursos – e seria necessário, sem sombra de dúvida, combater esses discursos. Entretanto, existe uma cobrança maior em relação aos grupos historicamente discriminados, como se eles fossem mais obrigados a criar estratégias de enfrentamento às desigualdades do que os grupos localizados no poder.

Essa perspectiva de invisibilização das questões raciais permeou o senso comum e as práticas institucionais até os finais do século passado, ainda que desde a década de 1950 Florestan Fernandes já questionasse o mito da democracia racial. Em seu argumento, este autor assinalava que a abolição da escravatura libertou os negros oficialmente, mas na prática, a discriminação e submissão continuavam vigentes, o que se expressava em sua não-integração na sociedade de classes. Reelaboravam-se outras formas de distinção, e assim, em nenhum momento os negros chegavam a ameaçar a posição do homem branco na estrutura de poder da sociedade inclusiva; isso porque as velhas elites mantiveram seus papéis políticos resguardados na estrutura de poder da sociedade (FERNANDES, 2008).

Abdias de Nascimento também trouxe importantes contribuições nesse sentido. Em 1977 ele escreve *O Genocídio do Negro Brasileiro*, em que defende a ideia de que desde a escravidão até o período corrente, as populações negras teriam sofrido um genocídio institucionalizado. Condenados à periferia da sociedade de classes, como se não pertencessem à ordem legal, teriam sido expostos a um extermínio moral e cultural, com sequelas econômicas e geográficas. Além disso, ele rebate a ideia de que o problema do negro se restringia à pobreza e não ao preconceito de cor (NASCIMENTO, A. 2016). Observemos como ambas as obra tratadas acima ainda permanecem atuais em muitos sentidos – mas levaram décadas para serem consideradas enquanto paradigma de maior alcance, num contexto em que ainda ecoavam as ideias freyreanas.

Foi somente ao final do século XX e início do século XXI que a raça voltou à pauta das discussões acadêmicas e políticas³⁹, mediante a ampla politização e demanda por parte dos movimentos sociais; relatórios socioeconômicos, dados e trabalhos científicos seguiam apontando a desigualdade perene entre negros e brancos. É aí que o conceito de raça passa a dotar de maior legitimidade analítica e política, passando a obter maior institucionalização no corpo governamental – processo ainda em andamento (ANDRADE e ANDRADE, 2014).

É importante trazer esses paradigmas, pois eles não se restringiram ao âmbito acadêmico; a associação do negro à criminalidade e delinquência mantém-se presente no imaginário coletivo e nas próprias dinâmicas da vida cotidiana, que lhe atribuem uma potencialidade criminosa (NASCIMENTO, E. 2016), nos moldes da sujeição criminal:

À medida que eu ia cortando a pista entre os carros, eu ia escutando as trancas do carro. Sabe? Você sabe por que isso. Porque **sabe que não foi aleatório que todos os carros resolveram trancar na mesma hora**. Não é aleatório. Não é do nada. Existe um porquê disso. E eu sei que foi porque eu tava passado. **Porque eu sou ameaçador**. Porque eles podem achar que eu vou lá e vou puxar a maçaneta do carro e vou entrar e fazer alguma coisa com eles, sei lá. Isso pra mim que quando eu venho trabalhar, venho bem vestido, né, eu não gosto de usar esse termo, mas assim, dentro dos imaginários que existem, **eu tô bem vestido**, se percebe que eu não tô avulso por ali só andando entre os carros. Mas **mesmo assim eu escuto as trancas**. Imagina um outro jovem que tá de boas voltando da escola com a camisa no ombro, de chinelo, de bermuda, só tá querendo ir pra casa. Imagina pra esse jovem como não deve ser ainda mais perverso. **(João)**

³⁹ Exemplos disso seriam a criação da Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial / SEPPIR em 2003 e a inserção de leis como a 10.639, que institui o ensino da história afro-brasileira e indígena nas escolas.

Não há provas de uma maior inclinação dos negros para o cometimento de crimes em relação aos brancos; entretanto, o racismo repercute na pretensa neutralidade acerca de julgamentos e aplicação das leis penais. A população negra, assim, sofre um processo mais rígido desde a abordagem policial até as demais agências do sistema de justiça, sofrendo penas mais duras – ponto que foi tocado durante a introdução deste trabalho.

2.2.4 Composições da negritude no imaginário social

Tem coisas que só pessoas negras, por exemplo, só pessoas da periferia entendem, sabe? Que é o olhar, que é atravessar de um lado pro outro, que é de segurar a bolsa, que é você ouvir os carros se trancando. **(João)**

Fanon (2008) coloca que o racismo deveria ser entendido como um **modo socialmente gerado de ver o mundo e viver nele**; isso significa, por exemplo, que os negros são construídos em termos raciais – e construídos de uma forma determinada. Um exemplo dessa racialização é que os brancos raramente são pensados enquanto raça, mas enquanto ser. Para compreender essas construções, seria necessário examinar a linguagem, uma vez que é através dela que criamos e vivenciamos os significados. Segundo Fanon, a ideologia que ignora a cor pode ser a mesma que apoia o racismo que nega: a exigência de ser indiferente à cor significa dar suporte a outra cor específica, em condições de dominância: a branca.

Dando início a algumas dessas construções que permeiam o imaginário sobre raças, Hall coloca que o discurso racializado está estruturado por um conjunto de oposições binárias, como a **oposição civilização (branca) e selvageria (negra)**. Nesse âmbito, as raças brancas eram relacionadas ao desenvolvimento intelectual, crença na razão, presença de instituições desenvolvidas e uma espécie de restrição civilizada em sua vida cívica, emocional e sexual, tudo o que se associa com “cultura”. Por outro lado, a raça negra era relacionada a qualquer coisa que seja primitivismo, instinto, natureza e uma espécie de pobreza inata. Entre os brancos, a cultura estaria oposta com natureza; entre os negros, a cultura coincidia com a natureza (HALL, 1997).

Ainda no campo das representações, Bosco (2017) coloca que há uma associação naturalizada entre pessoas negras e sexo – documentada por Gilberto Freyre com “uma nostalgia indisfarçada”, nas palavras do autor. Por conta disso, se perpetuaram estereótipos como o do negro viril, mais próximo da selvageria e dos impulsos, e portanto um **potencial**

estuprador, no caso dos homens; e da mulher fácil, promíscua, imoral, objeto, prostituta, no caso das negras. E de que forma essas associações entre pessoas negras e sexo se reproduzem nas práticas sociais? Segundo Bosco, das formas mais diversas:

No campo profissional, tende a desvalorizar as capacidades intelectuais das pessoas negras, vistas sempre como ineptas, “selvagens”. Para as mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas, essa associação as deixa em estado permanente de vulnerabilidade e pode servir como encorajamento e mesmo justificativa para atos de avanço sexual indesejado para os patrões. No campo dos relacionamentos afetivos, tende a fazer com que as pessoas negras sejam instrumentalizadas, percebidas, no meio de um fetiche racista estúpido, antes como objetos eróticos privilegiados do que como plenos sujeitos para uma relação amorosa (BOSCO, 2017: 133).

Angela Davis (2016) traz algumas reflexões importantes nesse sentido, ao analisar o mito do estuprador negro como uma invenção política para legitimar o linchamento de pessoas negras, no contexto americano pós-escravidão. Segundo ela, há uma tendência a equiparar o “estuprador dos registros policiais” com o “**estuprador típico**” – **pertencente a minorias**, e caso seja branco, pertence às classes trabalhadoras. Davis argumenta que os estupros notificados representam cerca de 5% dos casos, não sendo um número suficiente para ter uma compreensão ampla do fenômeno. Mas ela levanta algumas questões: primeiro, que a estrutura de classe do capitalismo encoraja homens que detêm poder econômico e político a se tornarem agentes cotidianos da exploração sexual sem que seja reconhecida como tal; em segundo lugar, ela questiona: “por que existem tantos estupradores anônimos? Não seria esse anonimato um privilégio usufruído pelos homens cuja condição social os protege de processos judiciais?”. É importante reforçar, como coloca Davis (2016), que ser contra o mito do estuprador negro não significa uma defesa do estupro em si, e sim uma contestação de que homens de minorias étnicas seriam mais propensos a cometer violência sexual do que os demais.

Voltando para o contexto brasileiro, Jessé de Souza segue na mesma direção, trazendo outras implicações da representação dos negros como mais próximos da natureza: segundo ele, haveria uma hierarquia moral entre classes e frações de classe através de uma oposição entre alma ou razão, como virtude das classes dominantes, e corpo, como lugar das classes inferiores. Nesse plano, a branquitude é frequentemente associada à europeidade e sua herança cultural, ao controle dos instintos e necessidades, ao autocontrole e disciplina; a raça

negra seria associada ao “primitivismo” africano, a um corpo caracterizado pela força muscular e pela sensualidade. A **cor da pele** funcionaria, então, como um **índice de primitividade** em relação ao padrão do tipo humano definido como útil e produtivo no racionalismo ocidental e implementado pelas instituições. Isso tornaria possível o “embranquecimento” de indivíduos negros na medida em internalizassem um modo de ser específico (SOUZA, 2006).

É nesse sentido que Oracy Nogueira (1979 apud BARROS, 2016) faz referência à existência de um “preconceito de marca”, que inclui novos elementos. Segundo ele, traços físicos como a cor seriam associados a características sociais de pertencimento grupal como comportamento e instrução. No caso do Brasil, cuja modernização se deu de forma exógena e tardia, os negros sempre puderam ser aceitos como membros da comunidade nacional desde que contribuidores do esforço modernizador. Isso não nega a existência do preconceito racial: indica que o mesmo é relativo e dependente de uma escala de valores que existe além da cor, permitindo separar pessoas de cor entre aquelas que são dignas de reconhecimento social e outras que seriam indignas (SOUZA, 2006).

Eu, quando eu tava na escola, no ensino médio, eu andava com duas camisas, uma camisa por baixo e uma camisa de botão por cima, porque **eu tinha a ideia de que se vestir social me dava mais acesso, me colocava numa situação menos ruim. Que as pessoas viam muito arrumadinho e não iam achar que eu sou qualquer um.** (João)

Atrelada a uma série de coisas negativas, a negritude, no senso comum, é amenizada de várias formas. Não é negro, é “moreninho”. Chamar de negro soaria demasiado forte, quase um insulto, então é preciso recorrer a algum tipo de eufemismo. Tenta-se embranquecer. Não por acaso, denegrir, tornar negro, tem um sentido ruim: significa manchar a reputação de, difamar. Quando eu faço uma pergunta aparentemente simples - qual a raça ou cor que os entrevistados consideram ser - essa tensão, ou mesmo constrangimento, se faz presente:

- Qual é a raça ou cor que tu se considera?
 - Coloca negro.
 - Negro?
 - Que **não tem jeito de escapar né**, não sei o que.
 (Marcos)

- Tu se considera que raça ou cor?

- Sei lá, **moreno**.
 - Moreno?
 - É. **Gosto dessa cor**.
- (Felipe)**

- Tu se considera que raça ou cor?
 - **Dizem que** eu sou branco né, **mas...**
 - Mas tu se considera o que?
 - Pardo.
- (Diego)**

O primeiro trecho revela um breve comentário que parece resumir essa tensão: “Não tem como escapar”. O segundo, após lançar mão de um eufemismo, reforça que gosta dessa cor, numa postura levemente defensiva, como se fosse preciso reforçar que há algo de positivo nela. Já o terceiro, reconhece que outras pessoas tentam embranquecê-lo, mas reafirma-se pardo. Mas a questão não para por aí: se nega-se a cor, com frequência nega-se também o racismo. Quando eu pergunto aos entrevistados se já passaram por alguma experiência de preconceito ou discriminação, responde-se repetidas vezes que não. Mas em seguida, ao relatar diferentes experiências de suas vidas, é possível perceber que o racismo pode ter-se feito presente, mas talvez sem ser lido dessa forma.

- Passei por bullying.
- Mas bullying em relação a que?
- A meu biotipo. Por eu ser magro, **ter cabelo cacheado**, essas coisas. **(Caio)**

O entrevistado acima havia relatado que embora reconheça a existência de racismo, nunca aconteceu com ele; outros entrevistados também afirmaram o mesmo: revelaram a mesma experiência em relação ao próprio cabelo, seja em brincadeiras durante o período escolar, ou na necessidade de dissimulá-lo, alisá-lo, raspá-lo para uma entrevista de emprego. Ora, o cabelo crespo e cacheado são típicos da estética negra, assim como a cor da pele e outros marcadores físicos; a sua não aceitação não sugere outra coisa senão racismo.

Minha última namorada é negra, e já presenciei racismo com ela, de entrar numa loja e a pessoa **confundir ela com atendente...** Se fosse branca com certeza não rolaria isso. De **falar do cabelo**, sabe? Frases do tipo "Até que tu é uma negra bonitinha", sabe?
(Chico)

De quantas violências eu não precisei me submeter pra estar aqui hoje, sabe? Ter que engolir calado, ter que me violentar... **Minha vida toda meu pai raspava meu cabelo porque meu cabelo não podia ter o cabelo do bandido.** E hoje eu assumo meu black. E sou uma pessoa extremamente realizada com a minha aparência hoje. Com meu cabelo, sabe? **(João)**

Então se a discriminação não se apresenta de forma mais explícita, é na sutileza dos relatos que podemos perceber diversas situações em que a negritude não é percebida como algo positivo. O negro é sempre o Outro: reconhecido marcadamente pela diferença, e uma diferença que é ruim, feia, descuidada. Mesmo não interpretando certas situações como racismo, os impactos subjetivos dessa prática, todavia, são sentidos - na auto-estima, na percepção de desencaixe de um padrão, na necessidade de reafirmar-se:

Você sente sempre uma coisa muito estranha das pessoas com você. E não é só em relação a essa coisa da violência. De namoro mesmo, você é sempre preterido, você nunca é o bonito do grupo, você... Enfim. Os acessos são diferentes e tal. Essas coisas afetivas também. Você sente que existe uma diferença. Você entende que isso tá relacionado à sua cor de pele, pelo menos no meu caso. **Tá relacionado à sua cor de pele e tá relacionado à sua condição financeira também, questão de classe.** Você tem uma dimensão disso. Você não consegue entender como é que esse processo vai se dar de uma forma macro, você não entende que aquilo ali é um processo sistemático, é um processo muito maior que não tá somente naquela relação. **Não tá somente ali na hora que a pessoa segura a bolsa.** Não é só aquilo. **São outras coisas que acontecem antes e depois daquilo ali, que vai fazer com que aquilo tenha um sentido para além daquele momento.** Naquele momento só consigo sentir raiva, naquele momento só consigo sentir medo, naquele momento só consigo sentir angústia, naquele momento só consigo sentir tristeza. E isso é o máximo que eu consigo fazer. Esse processo de reflexão, ele vem posterior. **(João)**

Se a experiência de ser negro é marcada pela alteridade, ao voltar-se para o tema da violência urbana, não é só a inferiorização de uma suposta diferença que toma lugar, mas o seu atrelamento ao comportamento criminoso: a sujeição criminal. Uma série de trechos ilustram como a negritude é um marcador de suspeição – tanto do ponto de vista dos entrevistados que se perceberam alvos disso, quanto daqueles que admitiram praticá-lo ou serem testemunhas desta prática. Estes relatos serão abordados em mais detalhes no quarto capítulo, que trata da sujeição criminal.

- Tu acha que o fato de negro te vulnerabiliza de alguma forma diferente em relação aos assaltantes ou em relação à polícia?

- Eu acho que em relação aos assaltantes, eles não tem... O alvo deles são mulheres. O alvo principal é mulher. O fato de eu ser homem me coloca em vantagem em relação a isso, e a cor da pele nesse sentido não tem muita relação. Eu acho que talvez se eu fosse um homem branco, pros assaltantes fosse um alvo mais interessante. Porque parte da perspectiva de que a pessoa é branca, deve ter mais recurso, deve ter mais dinheiro. Então **meu perfil passa uma mensagem de que não vale muito a pena me assaltar. Eu sou mais alvo da polícia do que dos assaltantes. (João)**

Desde já, faz-se necessário observar que a branquitude e negritude implicam em complexificações da experiência de violência. Os primeiros, na interpretação deste entrevistado, aparecem como potenciais alvos dos “bandidos”, enquanto os segundos, da polícia. Isso não significa que os indivíduos negros não estejam vulneráveis à violência praticada pelos assaltantes; mas é possível sugerir que eles apresentam uma vulnerabilidade dupla, dado que dificilmente gozam da proteção institucional, que os vê como potenciais agressores. Maiores aprofundamentos acerca da relação estabelecida entre este grupo estudado e a polícia serão abordados no quarto capítulo.

*

Ademais, sobre as variáveis em jogo na discussão sobre violência, também foram percebidos elementos de gênero e faixa etária, que não puderam ser aprofundados aqui. Se, como colocado no início deste trabalho, 92% das vítimas de homicídio no Brasil são homens e 54,1% têm entre 15 e 29 anos há algo aí que precisa ser aprofundado. A respeito destes, com base nos elementos surgidos ao longo das entrevistas, eu colocaria as seguintes hipóteses:

- 1) Parece haver uma construção social da masculinidade que não só os atrela à figura do agressor no imaginário corrente, mas também o impele a assumir certos papéis atrelados a uma espécie de *ethos* guerreiro, estando mais suscetíveis a certos tipos de violência. Um dos entrevistados, inclusive, aponta que foi assumir-se como covarde que o fez seguir por caminhos não-violentos em relação a boa parte de seus conhecidos:

Muito criança, eu tive que enterrar primos meus, sabe? Fugir de bala perdida, vi quase meu primo ser morto dentro da casa da minha avó... Teve tiro e de ficar traumatizado por um bom tempo em relação a isso, de qualquer tipo de situação de briga, de violência, eu ficava extremamente nervoso, meu corpo reagia a isso, eu passei muito tempo com essas dificuldades e tal. **Eu fui um covarde. E essa covardia me fez escolher**

caminhos alternativos. E por que que eu falo covarde? Porque quando a gente tá nesses espaços, **o corajoso é a figura que enfrenta isso**, sabe? Que vai pra frente, que não tem medo, que... sabe? Aperta a tecla foda-se e tá ali vivendo aquilo, cada dia de cada vez, sem medo de morrer, porque entende que é aquilo mesmo, que o mundo é isso. **(João)**

- 2) A associação entre juventude e envolvimento com o crime também permeou algumas das entrevistas – muitas vezes atreladas à ideia de “gangues”, “más influências”, rebeldia. Ainda apontou-se certa tensão entre velhos e jovens moradores dentro das comunidades. Sobre isso, fica a possibilidade temática para próximas pesquisas.

Em linhas gerais, tentou-se argumentar aqui como as representações sociais mais vigentes naturalizam preconceitos, contribuindo para a sua reprodução nas relações sociais. Isso é perceptível tomando-se como chave analítica tanto critérios espaciais e raciais, abordados neste capítulo, como os socioeconômicos, abordados no capítulo anterior. Segundo Said (apud HALL, 1997), um discurso produz, através de práticas de representação, uma forma de conhecimento racializado do Outro profundamente imbrincado nas relações de poder. Hall (1997) complementa que o poder é entendido não só em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos culturais ou simbólicos mais amplos, produzindo discursos e classes de conhecimento; dessa forma, o poder não somente constrange e evita, mas produz - por exemplo, ao representar alguém ou algo de certa forma dentro de um regime de representação. Para o autor, a estereotipação seria um elemento chave no exercício de violência simbólica⁴⁰.

Diante desse aspecto das representações, Bosco (2017), coloca que seria preciso “desconstruí-las, desnaturalizá-las, apontar cada momento em que se formam e mostrar a origem histórica dessas representações, interrompendo, deste modo, o ciclo reprodutor de preconceitos”. Pensa-se, assim, o papel desse discurso nas práticas sociais, nos moldes da abordagem de Fairclough (2005); as representações surgem então como campo de luta política, passíveis de ressignificação.

Durante a primeira parte deste trabalho – os capítulos 1 e 2 – nos aprofundamos nas idiosincrasias acerca de como as diversas variáveis que compõem as localizações sociais dos entrevistados impactam em suas experiências e representações da violência. A seguir, na segunda parte, nos concentraremos em como estes sujeitos se posicionam e interagem em relação a outros na vida social. Assim, durante o capítulo três, discutiremos as relações de

⁴⁰ Nos termos em que coloca Bourdieu (1999)

alteridade; em seguida, durante o capítulo quatro, mergulharemos na alteridade que é percebida como criminosa, através do conceito de sujeição criminal.

3. EU E O MUNDO: UMA TROCA DE OLHARES

3.1 *Mas Afinal, Quem É O Outro?*

No capítulo anterior, procurei mergulhar nas localizações sociais que servem de base para os olhares do objeto de pesquisa. Essas localizações são importantes porque é delas que partimos para perceber o mundo, e assim interpretá-lo, dar-lhe sentido. Também porque são essas localizações que possibilitam que os indivíduos entrevistados, em suas diferentes idiossincrasias e vivências individuais, sejam analisados por uma perspectiva estrutural. Isso porque, como dito, ao compartilharem uma posição nas relações de poder, certos elementos emergem como dispositivos fundamentais que propiciam constrangimentos e oportunidades típicos a estes grupos.

Emergindo deste mergulho sobre os locais de onde eles falam, seguiremos neste capítulo para uma abordagem mais relacional: Onde estas posições os situam em relação aos demais? O que é ser diferente? Diferente em relação a quem? De que forma estar em certos lugares os coloca na posição de Outro? Quem é o Outro? Em referência a este outro, quem sou eu? Quais são os parâmetros em jogo?

A questão da diferença é inescapável: ela está presente em tudo. Além de base para nossos processos cognitivos, é a partir da diferença que produzimos significados, que afirmamos a nossa identidade e que baseamos a vida social (VELHO, 2008 apud RODRIGUES, 2018): diferente é aquele que não é igual a mim ou ao meu grupo. E isso se dá não apenas entre culturas, mas no interior de cada uma delas (VILHENA, 2006). Portanto, a diferença é núcleo estruturante do universo simbólico.

Se na literatura existem diversas perspectivas entre a questão da diferença e da alteridade, frequentemente tratadas como termos análogos, aqui, partindo de Landowski, adotaremos a seguinte distinção entre estes conceitos: se a diferença, por si só, é ambivalente, podendo ser positiva ou negativa (HALL, 1997), é o valor atribuído a ela que produz a alteridade. O Outro⁴¹ surge quando atribuímos um estatuto negativo a essas diferenças,

⁴¹ Para facilitar a compreensão, o Outro, enquanto conceito, será usado aqui sempre com a letra maiúscula. Quando usado com a letra minúscula, será entendido em seu sentido comum e mais amplo: como sinônimo de distinto, diferente, diverso.

frequentemente lançando mão de estereótipos. Se a diferença é inerente ao mundo social, a atribuição de alteridade a um certo grupo é uma construção – e uma construção hierárquica (LANDOWSKI, 2012; PATERSON, 2007).

Mas ainda há outro aspecto a ser salientado. Se na filosofia política, por exemplo, o “Eu” e o “Outro” seriam duas unidades que se defrontam numa relação de simetria e igualdade, para Landowski, o processo se dá de forma diferente nas práticas sociais, quando se encaram as relações entre sujeitos em situação. Mesmo que todos sejam em princípio “sujeito”, há vários tipos de disparidades entre os atores sociais, seja em termos de estatutos, papéis e posições relativas que diferenciam uns dos outros. Esses diferentes critérios de referência tendem a superpor-se uns aos outros, e assim, alguns membros da sociedade passam a acumular as marcas sociais convencionalmente consideradas positivas, enquanto outros seriam o negativo deste grupo. Dessa maneira, ao observarmos as práticas no contexto brasileiro, uma pessoa branca não seria o “Outro” da indígena, e a indígena o “Outro” da branca, simetricamente, pois existem disparidades em jogo no nível das representações. A força do uso naturaliza esses recortes e as significações que o acompanham, que aparecem frequentemente como herdados da natureza ou da história (LANDOWSKI, 2012: 31).

Assim, no plano das práticas, essa relação não se dá de forma simétrica: dependendo de onde parte a denominação, a legitimidade e o alcance que as representações ganham é variado (VILHENA, 2006). Para a existência de qualquer tipo de alteridade, na perspectiva de Landowski, é necessária a existência de um grupo de referência – um grupo social dominante. Em termos gerais, portanto, o Outro é aquele o redor do qual existe uma representação social dominante que se cria um julgamento de valor negativo acerca de sua identidade – seja pessoal ou de grupo. Segue na mesma linha o conceito de Outro adotado por Said: “o outro pode ser designado como uma forma de projeção cultural de conceitos. Essa projeção constrói a identidade de sujeitos culturais segundo uma **relação de poder** em que **o outro é o elemento subjugado**” (EDGAR e SEDGWICK, 2003).

A alteridade pode ser definida com base em vários critérios: culturais, linguísticos, religiosos, raciais, a depender dos locais e circunstâncias – mas sempre sendo definida como intrusa e indesejável, e perturbadora do equilíbrio interno da ordem hegemônica. Por isso, o Outro frequentemente é objeto de desconfiança e ameaça (LANDOWSKI, 2012). Cada sociedade, com suas particularidades, produz seus respectivos “Outros”:

Nos Estados Unidos, sobretudo os latinos; na Europa Ocidental, os árabes e africanos; no Brasil, os negros, índios, homossexuais, usuários de drogas, portadores de necessidades especiais, mendigos, desempregados, mas especialmente os pobres (MELGAÇO, 2010: 129).

Os sinais de atribuição de alteridade a determinados grupos, não é difícil perceber, estão intimamente ligados à subalternidade. Por meio do argumento que vem sendo aqui traçado, é possível perceber que no nosso contexto, ser negro, de classe baixa e residir na periferia constituem alguns destes signos da alteridade. O que faz com que pessoas do perfil semelhante ao dos entrevistados desta pesquisa passem por constrangimentos constantes relativos a essa posição. É percebê-los como intrusos que faz com que os diversos sistemas de triagem e segurança se voltem exatamente a pessoas que estão dentro deste perfil e eles sejam alvos de desconfiança em shoppings, bancos e na abordagem policial, ou ao simplesmente caminhar nas ruas – foi como argumentado no início deste trabalho e contado repetidas vezes ao longo da pesquisa de campo. Como Caldeira (2000) e Melgaço (2010) falam ao longo de seus trabalhos, são aparatos de segurança que se transformam em aparatos de evitamento do contato com o Outro.

3.1.1 Entre O Cidadão De Bem E O Bandido: Os Lugares Da Alteridade

Quando falamos em Outro, quais são os parâmetros em jogo? Como os entrevistados se percebem e são percebidos em relação a esses parâmetros? Como isso os afeta? Que articulações são feitas de forma que a questão da diferença se transforme em medo do Outro?

3.1.2 O cidadão de bem

Para responder à primeira pergunta, partiremos da discussão proposta por Landowski (2012): segundo ele, todo meio produz seu ideal de homem “realizado”, o tipo que se caracteriza por seu senso de adequação, aquele que tem as marcas de uma adesão perfeita às normas do grupo de referência. É em relação a ele que localizamos, em distâncias variáveis no espaço social, os que se encontram mais próximos ou mais afastados do que é considerado padrão. O que faz com que o cidadão modelo se sobressaia, entretanto, não é a sua

singularidade ou exceção individual, e sim o valor exemplar da sua normalidade. Por mais que se refira a um tipo ideal que por definição é inalcançável para boa parte da população, é por referência a ele que as pessoas se orientam, e, em oposição, identificam o Outro.

Assim, a questão da alteridade pode ser pensada através da ideia de cidadão modelo. Uma via interessante para pensar sobre esta figura no âmbito do trabalho aqui proposto é através da ideia de “cidadão de bem”. O cidadão de bem é uma referência recorrente para falar do indivíduo que segue os preceitos éticos apropriados e está num campo oposto ao bandido. É com base nisso que Michel Misse (2014) dá o exemplo do cidadão de bem em oposição à figura do criminoso para introduzir a partir dele o conceito de sujeição criminal⁴² – como operação de criminalização destes sujeitos, que seriam uma espécie de modelo negativo. Por vezes, as associações a esta figura vão além do campo comportamental e incluem também características físicas e sociais.

Não imune a controvérsias, a figura do cidadão de bem é frequentemente usada em discursos mais conservadores para estabelecer um padrão moral de comportamento e estereotipar quem não se adequa a ele, e nesse sentido, é frequente alvo de críticas por parte de setores mais progressistas. Dessa maneira, a crítica ao sentido do termo frequentemente passa por aspectos ideológicos, ainda que nem sempre isso seja explicitado.

A forma como os entrevistados se colocam em relação ao cidadão de bem – e se seriam um ou não - demonstra o senso de adequação ou inadequação que têm de si em relação à norma. Ou mesmo se concordam com esta norma, reivindicando-a para si, ou a percebem como excludente, e por isso questionam o sentido do conceito. Mesmo pessoas que não estão em posições subalternas podem não se identificar completamente a esta figura; mas o que é revelador é entender os sentidos das justificativas às quais se lança mão para tanto.

Assim, por meio deste arquétipo, os entrevistados fazem referência a quem eles entendem enquanto Outro, quem, num nível mais extremo, é relacionado aos espaços do crime e estigmatizado como bandido, e ao mesmo tempo como enxergam a si próprios dentro deste espectro. Durante a entrevista, eu indagava aos entrevistados o que seria um cidadão de bem – dando-lhes espaço para concordar ou não com o uso do termo –, quem não o seria e se eles se considerariam um. Seguem algumas das respostas, acompanhadas das respectivas análises:

⁴² Aqui, este conceito, apresentado rapidamente no capítulo introdutório, emergirá diversas vezes ao analisar as falas dos entrevistados. Entretanto, só nos aprofundaremos no debate sobre sujeição criminal no próximo capítulo.

I.

- E pra tu, o que é que seria um cidadão de bem?
- Cidadão de bem... É aquele que tem direitos e deveres, né? Eu não teria como estereotipar um cidadão de bem, acredito que todas as pessoas são cidadãs de bem, a partir do momento em que respeita o direito do outro. Quando ele não ultrapassa, pra mim isso é um cidadão de bem. Quando ele sabe suas obrigações, a gente sabe as obrigações do outro, né, não atrapalha. Isso pra mim é um cidadão de bem. **Não é ser conservador, cristão...** Pra mim **qualquer pessoa** é um cidadão de bem a partir do momento em que ela respeita um ao outro. Pra mim, né.
- Tu seria um cidadão de bem?
- **Eu acredito que eu seja.** Tenho minhas deficiências, mas acredito que eu sou. Sempre tento respeitar ao máximo da minha capacidade as pessoas ao meu redor. E se eu não compreendo algo, eu tento pelo menos pesquisar, compreender, mas o respeito pra mim é mútuo. Independente do que seja o cidadão de bem. **(Diego)**

Na fala analisada, o entrevistado coloca que são os preceitos éticos que definem o cidadão de bem, e tendo estes, qualquer pessoa pode sê-lo. Ele não faz referências a localizações sociais típicas que caracterizariam este sujeito, mas parece ter noção de que normalmente está ligada ao conservador e cristão. Neste contexto, afirmar-se cidadão de bem mesmo não dotando destas características parece ser uma forma de reivindicar para si um lugar que, no senso comum, poderia não ser considerado seu. Mas se esses preceitos éticos são adotados por ele, por que não o seria?

II.

- Tu seria um cidadão de bem?
- Rapaz, **eu creio que pelo que eu tô vivendo, sim.**
- Certo. E o que é que tu acha que faz com que uma pessoa não seja um cidadão de bem?
- Quando ela parte a fazer coisas erradas, a roubar, a matar... Porque os outros também tem muita dessa concepção de que se você fuma maconha, você vai roubar e vai matar. Não é bem assim. Se você usa uma droga ou outra, você usa porque você gosta. Agora tem gente que faz isso por safadeza. Entendeu? Porque usa uma droga, aí agora vou roubar e vou matar, mas não é bem assim não. Eu isso que faz ser um cidadão de mau caráter, é isso. **(Lucas)**

É importante fornecer um contexto ao falar de Lucas: este chegou a admitir ter se envolvido com um grupo que praticava crimes por certo tempo, chegando a ser preso; boa

parte dos integrantes, segundo relatou, está preso ou morto. Hoje, não integra mais essas atividades, daí a afirmação: “pelo que eu tô vivendo, sim”, de caráter temporal. Se antes ele não seria considerado um cidadão de bem, porque “fazia coisas erradas” – e frequentemente ele usa o termo “vida errada” para referir-se a esse período, ao longo da entrevista – agora, por ter mudado de vida, o seria.

Lucas ainda problematiza um aspecto da definição de cidadão de bem: se na concepção geral o consumo de drogas faria com que ele deixasse de ser um, para ele, o consumo é questão de gosto e não necessariamente leva ao envolvimento com atividades criminosas como matar ou roubar. Há uma diferença implícita: praticar algo ilegal não é o mesmo que tornar-se criminoso. Assim, embora esse modelo não seja inquestionável, assumir para si o lugar do cidadão de bem aparece como uma forma de reivindicar dignidade, de não se fixar no lugar do bandido mesmo que isso tenha sido parte de seu passado e de estereótipos que ainda o acompanham.

III.

Cidadão de bem... Rapaz... Cidadão de bem, eu não tenho nem como te responder, que eu me levo do meu jeito, agora eu não sei o jeito pros outros, né. Não sei como explicar a tu não... **Eu me sinto cidadão de bem, mas como, que tem muita gente que leva a pessoa pela fisionomia?** E eu mesmo me levo do jeito que eu sou. Eu gosto muito de fazer amizade também. (Felipe)

Nesta entrevista, aparece de forma mais clara do que na anterior o fato de que embora o entrevistado se sinta e se considere cidadão de bem, as demais pessoas não o consideram da mesma forma. Quando ele fala em “levar a pessoa pela fisionomia”, remonta às várias vezes durante a entrevista em que ele relatou ter sido confundido com um “maloqueiro” – pelas pessoas em geral, que pareciam ter medo dele, pela polícia, ao ir ao banco, ao sair na rua, enfim, em repetidas situações. A justificativa que encontrava para isso seria pelas roupas e “fisionomia” – que, da forma como foi caracterizada por ele, eu entenderia não só como “semblante”, mas como aparência física num sentido mais amplo, incluindo aspectos raciais e sociais. Assim, aqui, aparece de forma mais clara o desencaixe entre a forma como ele se vê e aquela na qual a sociedade o coloca ao confundi-lo com a figura do bandido, do Outro, do potencialmente perigoso. Agir com adequação não parece ser suficiente para lhe conferir – do ponto de vista externo - o estatuto de cidadão de bem.

Neste caso, se a reflexão aqui proposta trata de como o medo impacta na maneira de se relacionar com o Outro, é possível perceber que o entrevistado sente seus efeitos no campo das práticas, ao perceber-se criminalizado e ao sentir seu distanciamento do modelo normativo. Há uma discrepância entre a forma como se vê e aquela como sente que a sociedade o vê, ao conferir-lhe o estatuto de preventivamente perigoso, como se aquilo fizesse parte da sua própria subjetividade. É um processo de sujeição criminal.

IV.

- Pra você, o que seria um cidadão de bem?

- Essa história de cidadão de bem é uma viagem, véi. Eu vejo muita hipocrisia nisso, sabe? Porque geral, véi, tá com problema no carro, é parado numa blitz, “pô, veja aí meu lado, adianta aí, toma aqui 50 pra sua janta”... Pequenas corrupções do dia-a-dia, sabe? Geral faz isso, ninguém tem moral pra falar de ninguém. Porque é aquela história, quem tem teto de vidro não atira pedra nos outros, né? Mas geralmente o cidadão de bem é o cristão, branco, sabe? Bem estereótipo mesmo, porque é um fato, véi.

- Mas pra você, quem seria um cidadão de bem e quem não seria?

- **Eu não seria um cidadão de bem.**

- Não seria?

- Nesses moldes atuais da internet, de julgadores da internet, eu não seria um cidadão de bem. Sou um cara que escuto o rap, que dizem logo tu não é um cidadão de bem, tu é um esquerdista, tu é um sem deus por não ter religião, a verdade crê em deus, sabe? Eu não seria cidadão de bem, aí cidadão de bem é bem aquele estereótipo mesmo né, é o machista, o cristão, branco, que não acredita que exista o racismo, que a causa feminista é uma causa sem fundamento, tá ligado? (**Chico**)

Nesta entrevista, algumas impressões que já tinham surgido sutilmente nas anteriores aparecem de forma mais contundente: a de que o cidadão de bem está ligado a um discurso recorrentemente usado como diferenciador por quem está dentro do padrão hegemônico, e que sobretudo refere-se a um perfil conservador, religioso e normativo. Em essência, o desconforto parte do mesmo princípio que as entrevistas anteriores: o de que esse conceito estabelece parâmetros excludentes. Se, diante disso, outros entrevistados sentiam necessidade de demarcar que tinham direito a esse lugar, o Chico segue outro caminho: o coloca como um parâmetro questionável do qual prefere estar fora. Na prática, para o entrevistado, as pequenas corrupções, comportamentos discriminatórios, enfim – a dimensão ética – é posta em segundo plano, desde que se pertença ao perfil exigido e que seja aderente às normas ideológicas menos progressistas. A entrevista seguinte mergulha ainda mais nesse aspecto do recorte social:

V.

Porque eu acho que esse discurso do cidadão de bem é... talvez seja a coisa mais absurda que a gente conseguiu construir em termos de estereotipação. Porque esse cidadão de bem é um **cidadão branco**, né, é o cidadão que **tem um acesso**, que tem... E as piores atrocidades que a gente fala na história inteira são cometidas por pessoas, por potenciais cidadãos de bem, né. E é interessante essa coisa do cidadão de bem porque ela é construída a partir do apartheid né, da ideia de que existiam pessoas que eram de bem e as pessoas que não eram de bem. As pessoas que não eram de bem eram essas pessoas negras que não mereciam estar nessas escolas, estar em alguns espaços, e era uma afronta, né, essas pessoas assumirem esse lugar. Mas o cidadão de bem é aquele que violenta, que bate na mulher, mas que na igreja tá lá, no pastor, é um bom marido, porque **trabalha**, porque **paga as contas da casa**, ele é o cidadão de bem, mas bate na mulher, bate nos filhos, sabe? Se embriaga e comete algumas atrocidades como a gente viu recentemente de atropelar e de matar uma família inteira porque saiu de um open bar, esse é um cidadão de bem. Sabe? **Você não vai imaginar que o menino jovem branco que faz engenharia não seja um cidadão de bem, né?**

São cidadãos de bem que legitimam isso. Que constroem isso. São cidadãos de bem que tão aí assaltando nossos cofres, né. Cunha era um cidadão de bem. O Jadel Vieira era um cidadão de bem. Essa galera tá tudo presa, **homens brancos, ricos, estudados, profissionais, com seus títulos**. Michel Temer é um cidadão de bem. Do mais alto escalão. Esses são os cidadãos de bem que a gente tem. Os outros não são. **Quais são os cidadãos que não são de bem?** O povo LGBT, é o pobre, preto, da periferia, é a mulher que tá vendendo manga pra sustentar os filhos, esses não são cidadãos de bem, esses sequer são cidadãos. Porque não são vistos como sujeitos de direitos. Então não são cidadãos. Sequer são cidadãos, nem importa se são de bem ou se é do mal, ele nem sequer é cidadão, nem entra na pauta de discussão. **Eu não sou um cidadão de bem**. Dentro dessa equação, não sou um cidadão de bem. Porque eu ameaço as pessoas. A minha imagem, a minha presença ameaça as pessoas. Esse discurso de cidadão de bem é uma tolice que a gente cria pra justificar essas aberrações, esses preconceitos, esse racismo, essa coisa que a gente fica... pra criar um ideário, sabe? Um estereótipo a ser seguido. **(João)**

O que o entrevistado associa ao conceito do “cidadão de bem” não parte tanto de um comportamento ético, como se idealiza, mas do pertencimento a uma posição hegemônica que é tida como modelo: “brancos, ricos, estudados, profissionais, com seus títulos”. E seria por pertencer a essa posição que é permitido que o “cidadão de bem” cometa crimes sem que seja visto como um bandido – privilégio que não alcança aqueles que estão fora do *status quo*, como “o povo LGBT, o pobre, preto, da periferia”.

Em contraposição ao cidadão de bem, todo um contingente de pessoas que se encontra sob os signos da alteridade, independentemente de ter um comportamento ético ou não, jamais seria visto como referência, e frequentemente passa pelo processo de sujeição criminal. É por isso que o entrevistado coloca que jamais se enquadraria nessa definição: por seu lugar de

Outro, por ser frequentemente associado à imagem do indivíduo suspeito, experiência que relata inúmeras vezes, – e que ele credita sobretudo ao fato de ser um homem negro – ele nunca seria percebido como cidadão de bem. Por isso, não basta enfatizar que ele próprio está fora da definição, mas que ela precisa ser reformulada, ou mesmo negada. Aqui, aparece de forma clara como a dicotomia “cidadão de bem x bandido” diz respeito não só a padrões de comportamento, mas às diferentes posições sociais e a quem está inserido e quem é excluído dentro da sociedade.

Em linhas gerais, pudemos observar diferentes níveis de gradação entre o sentimento de completo desenaixe do cidadão modelo e o de certos desconfortos com alguns de seus parâmetros; a partir disso, é possível perceber como os entrevistados entendem as diferentes posições sociais e como se percebem dentro delas.

3.1.3 O arquétipo do bandido

O “bandido”, em tese, poderia ser qualquer pessoa que cometeu um delito; entretanto, na prática, ele aparece corporificado num tipo social: o do Outro. Em relação a ele, uma série de operações de diferenciação são estabelecidas, e quando as localizações sociais não são suficientes para explicá-las, aparecem outras: as escolhas, a índole, os julgamentos morais sobre qualquer aspecto de sua vida que seja considerado impróprio.

De acordo com Michel Misse, embora remeta a “integrante de um bando”, o significado de bandido por si só foi ganhando um sentido individualizante e autônomo. Para o autor, uma das possibilidades de diferenciar a incriminação de um indivíduo (cuja ênfase é na transgressão à lei, enquanto ato) de sua sujeição criminal (cujo foco é na figura do transgressor, enquanto sujeito) é a partir da representação social que distingue os “bandidos” dos “não-bandidos” (MISSE, 2010). Em outras palavras, a figura do bandido, na prática, passou a se referir ao agente cuja sujeição criminal já está em curso ou se considera consolidada.

De maneira semelhante à do cidadão de bem, mas partindo para a outra ponta do espectro, há também certos tensionamentos na construção da figura do bandido: se há níveis de alteridade mais profundos que os diferenciam das pessoas com quem guardam origens parecidas, ou se é possível identificar-se a ele em certos momentos. Se cometer um crime o reifica à subjetividade de quem o pratica de forma indissociável, ou há possibilidade de

mudanças. Nesse sentido, Misse (2010) acrescenta que dentro do espectro que separa aquele que é considerado bandido do não-bandido, há diferentes representações sociais que tentam estabelecer uma diferença entre o ilícito, o ilegal e o criminal. Não tratamos aqui, portanto, de categorias monolíticas. Esses lugares não são fixos: entre a figura do bandido e a do cidadão de bem há uma gama de possibilidades e negociações. Para quem vive em Recife, por exemplo, são recorrentes as referências ao alma sebosa, escamoso, maloqueiro, noiado, mala, trombadinha. Entre o que é esperto e o que é efetivamente perigoso.

Assim, em contraposição à ideia do cidadão de bem, a forma como a figura do bandido é caracterizada e justificada também é reveladora destas posições e das representações sociais ligadas a elas. Só que agora, ao invés de partir de um modelo positivo, temos um negativo. Assim, seguem algumas passagens das entrevistas que podem servir de ilustração para estes processos:

I.

- Tu já sofreu alguma abordagem policial? Um baculejo, uma blitz...
 - Oxe... [riso], isso é direto, acontece isso comigo, vei.
 - E tu acha que isso é por que?
 - Sei lá, vei... Não tenho nem como explicar, eu não sei, eu sei lá, eu acho que **eles pensam que todo mundo é igual, todo mundo é maloqueiro, mas né assim não.**
 - [...]
 - Certo. E tu acha que a punição física - porrada - é uma forma de ensinar ou não?
 - Não. Eu acho isso muito horrível. Que vê **a gente trabalhador**, a gente chega, de repente a gente precisa... A gente vê até um assalto assim, e pá, né nem com a pessoa. **Mas só pelo jeito que a pessoa tá, a roupa, só uma marca e pá, aí eles já abordam a pessoa de um jeito**, de uma maneira tão horrível que prende a mão da pessoa assim, dá um baculejo que nem precisa fazer aquilo, dá umas coisa na perna da pessoa e pá, altas vezes já chamei policial pra brigar por causa disso. Só não fui preso porque foi deus mesmo na minha vida. Por isso que eu não gosto de polícia, eu não gosto não.
 - Tu acha que eles deviam mudar o jeito de tratar as pessoas?
 - É, tratar as pessoas, **nem todo mundo é bandido não.** Aí a sociedade paga com isso.
- (Felipe)**

Um dos primeiros detalhes que chama a atenção na fala é a identificação de si mesmo como “a gente, trabalhador”, numa postura sutilmente defensiva. Se o cidadão de bem aparece próximo do padrão daqueles indivíduos que são inseridos na sociedade, ao pensarmos no microcosmos das classes mais baixas, é frequente que se contraponha a ideia do bandido à do trabalhador; Misse aborda essa operação em sua tese (1999:177; 212). No imaginário

corrente, cidadão trabalhador é aquele que embora não tenha todos os signos de privilégio, e até pode possuir um subemprego e levar uma vida precária, mas não se entrega ao crime para prover suas necessidades. É “pobre, porém honesto”. Em outros momentos, quando o entrevistado fala sobre os motivos que levariam alguém a envolver-se com o crime, a questão do trabalho emerge novamente: “É mais esses moleque novo, esses menino novo que não tem trabalho”. O senso comum de que “o trabalho dignifica o homem” é recorrente, mesmo entre as outras classes. Mas se entre as classes mais baixas, são poucos os recursos disponíveis conferir-lhes reconhecimento social, a ética do trabalho é uma delas. Além disso, estar ocupado trabalhando é uma forma de evitar manter a mente vazia:

E era pra ter, pra mim era pra ter mais coisa lá dentro [dos presídios]. Uma coisa pra eles **se ocuparem [...] pra eles distrair a mente deles, por isso que eles ficam só pensando na vida do crime. (Felipe)**

Se é corrente a ideia de que “uma mente vazia” é facilmente suscetível às más influências, o trabalho também seria uma forma de ocupar-se, de não entregar-se à “vadiagem”. Mas ser trabalhador não parece ser suficiente, na fala do entrevistado, para evitar constrangimentos como ser confundido com o “maloqueiro” pela polícia, e assim, sofrer uma abordagem mais truculenta. Para o entrevistado, essa experiência é tão dramática, que quando ele justifica ser a favor do porte de armas, não seria para defender-se dos potenciais “bandidos”, mas da polícia.

Por outro lado, estar próximo do lugar do bandido não impede que este entrevistado execute suas próprias operações de identificação da figura suspeita. E é uma imagem semelhante à dele:

- Tem alguma característica que tu vê geralmente nessas pessoas [consideradas suspeitas] ou pode ser qualquer um?
- Tatuagem, visse?
- Tatuagem?
- É, tem uns que tem umas tatuagens louca, porque **eu já fui também dessa vida louca e deixei, graças a deus. (Felipe)**

É importante acrescentar que embora o entrevistado atribua o uso de tatuagens à figura do suspeito, ele próprio possui várias tatuagens aparentes. A justificativa que ele encontra para isso é ter sido da “vida louca” – entendido aqui, implicitamente, como a vida ligada à prática de crimes, que ele afirma já não fazer parte – e que portanto, conhece de perto as

figuras que fazem parte dela. Esta foi uma das entrevistas em que surgiu de forma mais clara as diversas operações que o entrevistado executa para estabelecer diferenças entre a figura do bandido / suspeito, a do trabalhador em oposição a ele, e a sua trajetória, que apresenta constantes tensionamentos entre um e outro. Ele parece ter noção de que não se vê como bandido, mas a forma como o vêem lhe confere constantemente este lugar de Outro, e mais do que isso, de sujeição criminal.

Sigamos para as próximas entrevistas, desta vez partindo de um diálogo entre dois entrevistados:

II.

Pesquisadora - O que é que tu acha dessa história que se diz que bandido bom é bandido morto? Concorda, discorda?

- [Lucas] Eu concordo. Porque ao momento que um bandido, ele passa a tirar uma vida, a fazer um roubo, algo desse tipo, ele tá sujeito a qualquer coisa. Então pra mim **bandido bom é bandido morto**, preso...

- [Marcos] **Então tu queria tá morto? Exemplo, pelo que tu passou?**

- [Lucas] Cara, pelo que eu fiz, eu sabia que a consequência teria sido essa

- [Marcos] Tu aceitaria morrer assim, sabendo?

- [Lucas] Eu sabendo? **Eu ia ter que aceitar, né?**

(Lucas e Marcos)

No caso desta entrevista, temos mais um caso em que Lucas relata ter-se envolvido com o crime, chegando a ser preso, mas não fazer mais parte “dessa vida”. E aí, ao concordar que “bandido bom é bandido morto”, é questionado pelo amigo (Marcos), que estava no ambiente e havia sido entrevistado anteriormente: Se ele já foi “bandido”, como pode defender o aniquilamento desta figura? Ele estaria a defender o próprio aniquilamento? A aparente contradição revela o desconforto do entrevistado com o próprio passado, tentando se dissociar das coisas que fez. Quando pressionado, diz que “teria que aceitar”, uma vez que o que fazia era errado. Em nenhum momento ele usa o fato de ter mudado de mentalidade como justificativa para aceitar que outras pessoas que se envolveram com o crime poderiam passar pelo mesmo processo, e portanto, não precisariam ser aniquiladas. O que Lucas parece operar é uma espécie de auto-sujeição criminal, ao incorporar a caracterização de bandido que lhe foi atribuída:

A partir do momento em que reconhece, identifica-se ou põe em prática a caracterização de “sujeito criminoso”, o agente de práticas criminais passa a participar ativamente da cerimônia pública que, por meio da imposição seletiva da lei, promove a definição e o estabelecimento do seu contrário: o sujeito correto e cumpridor de seus deveres, que realiza em sua conduta as expectativas da ordem moral coletiva (MAGALHÃES, 2006).

Talvez por um certo sentimento de culpa, ele reproduz esse senso comum de aniquilamento do bandido sem maiores questionamentos; até que eu pergunto sobre os demais amigos com quem se envolveu com essas atividades. É nesse momento que se torna mais fácil projetar empatia à figura do bandido, às possibilidades que o fizeram tomar certas escolhas:

- E da tua experiência com os teus amigos, tu acha o que, assim, deles? Se eles são cidadãos de bem, se não são, é... Se eles são pessoas boas, o que é que fez com que eles escolhessem certos caminhos?

- [Lucas] Assim, **pessoas boas eles são**. Agora eles escolheram esses caminhos por **falta de oportunidade**, negação também de serviço, essas coisas assim. Por isso que eles partiram a fazer isso, a praticar isso. E por também conviver numa periferia, e você tá vendo sempre aquela rotina todos os dias na sua frente, seus familiares fazendo aquilo. Então isso que **influencia** mais a todos a partir por essa vida.

- [Marcos] Eu também acredito nisso. Mesmo achando que não é justificativa. Porque **eu nunca trabalhei**. Eu tenho as minhas coisas, **mas não penso nunca em roubar o que eu não tenho**. (Marcos e Lucas)

Se num primeiro momento, Lucas defende o aniquilamento do bandido enquanto consequência de seus atos, ao falar de seus amigos, não fica tão claro o julgamento moral de suas ações: eles seriam pessoas boas e teriam feito coisas “erradas” não por questão de maldade, mas pela falta de oportunidades e ao serem influenciados por outras pessoas.

- E tu ainda tem contato com esses amigos?

- [Lucas] Os... da **vida errada**? Eu tenho, falo com todos, tudinho, mas nunca chego pra tá colado, tal, como antes. Falo Oi, beleza, beleza, tchau, tchau. Só isso.

Embora o entrevistado demonstre ter discernimento de que as coisas que fazia eram “erradas” e sinta certa culpa acerca disso, ele não parece essencializar essas características a seus amigos. Há uma relativização implícita: cometer coisas erradas é diferente de ser uma

pessoa “má”. Embora, ao se afastar dessas atividades, também tenha se afastado do grupo, ele não parece ter sentido necessidade de cortar completamente contato e parece com eles ter uma relação ainda cordial. Então, se num primeiro momento, ao falar que “bandido bom é bandido morto” num sentido genérico, e confirmá-lo ao referir-se a si, ele não parece transferir essa afirmação para seus amigos, nem tenta sujeitá-los criminalmente. Percebe-se, portanto, um movimento de se afastar desse lugar, por um lado, mas reconhecer suas idiossincrasias, quando questionado mais a fundo.

Outro detalhe que chama atenção é que seu amigo, Marcos, interfere mais uma vez na entrevista, nesse momento. De início, ele concorda que há uma série de fatores que envolvem a trajetória do “bandido” e não depositam sobre ele a “escolha” pura, e sim causada por uma série de constrangimentos sociais, negações de oportunidades. Por outro lado, ele enfatiza uma diferenciação crucial: ele próprio nunca trabalhou, mas “não pensa em roubar o que não tem”. Assim, embora as localizações e oportunidades que ligam este entrevistado ao bandido possam ser semelhantes, são as escolhas que o diferenciam do bandido.

Em termos sociológicos, é como se o foco na agência (as escolhas) ou na estrutura (a falta de oportunidades) sobre os bandidos aparecesse como uma forma de responsabilizá-los ou absolvê-los da culpa. Há, de certa forma, um julgamento moral acerca dessas escolhas. Existiria uma diferença crucial em ser Outro (ambos são) e ser bandido (somente alguns são). Ou, em termos mais profundos, o bandido seria “o Outro do Outro”, ou seja, aquele que se encontra ainda mais distante no espectro do cidadão modelo. Porque não bastando ser subalterno, ele seria aquele que faz escolhas morais duvidosas.

III.

Essa coisa de tá muito na comunidade, por morar nela e por trabalhar com pessoas da comunidade meio que **me desarmou** um pouco. Porque aquele estereótipo de pessoa que potencialmente me violentaria meio que foi quebrado, porque **as pessoas que hoje eu me relaciono e me dou muito bem são pessoas que** nesse outro momento **estariam atendendo a esse estereótipo**. São pessoas com quem eu trabalho, então assim, eu trabalho com essas pessoas, eu moro perto dessas pessoas, eu conheço algumas pessoas que têm esses mesmos perfis, né, que no geral, no padrão, no imaginário geral, seria o bandido ou alguém que eu teria que ter medo. É o jovem negro, com determinado tipo de roupa, determinado tipo de andar, que é isso... **(João)**

Neste relato, o entrevistado demonstra que há uma identificação entre o estereótipo do bandido e as pessoas com quem ele convive cotidianamente, que têm diversos signos de alteridade – em termos de raça, classe, modos de ser e aparentar. Aprender a diferenciar essas características do fato de tratar-se ou não de um bandido, a partir de sua experiência de proximidade, teria sido o que fez com que ele se “desarmasse”, deixasse de ter essa desconfiança. Aqui, o que eu destacaria como elemento para discutir alteridade é o uso de estereótipos.

Para Hall (1997), o uso de estereótipos como prática significativa é central para a representação do Outro: estereótipos reduzem, essencializam, naturalizam e fixam a diferença, como se não houvesse possibilidade de mudança nos sujeitos em questão. Segundo o autor, a **estereotipação** é uma estratégia de divisão que se refere a tudo o que está por dentro ou por fora dos limites da normalidade, do aceitável; tudo o que não se encaixa nele ou é diferente, é excluído. Em outras palavras, essa operação é parte da manutenção da ordem social e simbólica, estabelecendo uma fronteira entre “nós”, os que estão dentro da norma, e “os Outros”, que estão excluídos dela. Segundo o Hall, ela tende a acontecer onde existem grandes desigualdades de poder, dirigindo-se contra o grupo subalterno ou excluído.

Mas qual seria, afinal, a diferença entre o Outro e o Bandido? Como falamos, Misse (1999) coloca que a distinção entre não-bandido e bandido, nas representações sociais, pode ser usada para diferenciar, respectivamente, a incriminação da sujeição criminal. Se certos indivíduos e cursos de ação são representados como desviantes, divergentes, problemáticos ou ilegais – signos típicos da alteridade – Misse coloca que para que haja sujeição criminal, é necessário um sentido sobretudo **criminal**. Em outras palavras, o bandido pertence à esfera da alteridade, entretanto, não qualquer tipo de alteridade: aquela que é criminalizada.

3.1.4 As Práticas Sociais De Negação Da Alteridade: A Assimilação E A Exclusão

Não só através da figura do bandido, mas uma série de passagens, nas entrevistas, traduzem o sentimento de inadequação e desencaixe da sociedade que tem a ver com estar posicionado em certos locais, típicos da figura do Outro. A experiência discriminação

relacionada à pobreza, ao pertencimento a espaços periféricos e à negritude, relatadas em várias passagens no capítulo anterior, reforça como essas posições são marcadas pela condição de alteridade. Por uma diferença que é sempre negativa:

Você vai chegar em espaços que não é espaços onde geralmente você vai encontrar pessoas negras, você vê **uma reação estranha das pessoas**, de olhar diferente, de meio que... que é isso, quem é esse, **o que é que tá fazendo aqui? (João)**

Hall (1997) coloca que a representação trabalha em dois níveis ao mesmo tempo: um nível consciente e aberto e outro mais profundo e suprimido, inconsciente. Talvez isso sirva para explicar o sentimento de surpresa que é frequente e determina quem são aqueles que pertencem a quais lugares, enquanto muito pouco é explicitamente dito, como nesse trecho acima. Parece coincidência, não soa intencional, mas sempre parece dizer respeito aos mesmos perfis. Segundo Hall (1997), seria inapropriado e racista expressar certos sentimentos abertamente, mas a fantasia está presente e é subscrita por muitos. É algo que não se diz, mas está sendo fantasiado, que se infere, mas não se pode mostrar.

Não é difícil imaginar que o fato de algumas dessas representações serem dominantes facilita que elas sejam apropriadas e legitimadas também no âmbito institucional, e assim, levem a práticas discriminatórias. Em uma relação de alteridade, Landowski (2012) destaca duas operações típicas: a assimilação e a exclusão.

A exclusão soa mais explícita: separar, segregar, criar muros, negar o Outro enquanto tal. É como se dissesse: “Volte para o lugar de onde você veio, pois nunca você será igual a nós” (LANDOWSKI, 2012: 42). A este caso, não faltam exemplos na história, que vão desde o *apartheid* sul-africano, quando se torna política de Estado, até estratégias menos explícitas como a criação de enclaves fortificados nas cidades brasileiras.

A assimilação parece acolhedora e aberta ao que vem de fora, ao não rejeitar o outro; entretanto, Landowski salienta que ela jamais aceita a sua diferença tal como é. Ela parte de uma tentativa de ajudar o “Outro” a livrar-se daquilo que faz com que ele não se integre, tornando-se similar ao “Mesmo”. Segundo esta lógica, para ser aceito, é como se a norma hegemônica dissesse: “torne-se igual ao que nós somos e você terá lugar entre nós”.

- Eu nunca parei de fazer o que eu faço, nunca parei de fazer o que eu gosto, nunca parei de vestir o que eu gosto, do jeito que eu me sinto confortável, do jeito que eu me sinto bem, sabe?
- E na hora de conseguir um emprego, tu acha que a aparência faz alguma diferença?
- Ah vei, aí já é diferente... Apesar de eu ser mais... “lasque-se”.... No meu emprego eu já me visto de um jeito **mais aceitável**, camisa polo social, calça jeans, um tênis menos tendência assim, um tênis mais... sabe? **(Chico)**

Também não é difícil perceber que até para ser “aceito” no âmbito educacional e no mercado de trabalho, vários tipos de assimilações à norma hegemônica são cobrados. O entrevistado do trecho acima usa um estilo de roupas, em suas palavras, mais despojado e ligado à cultura rap, o que frequentemente faz com que o confundam com um ladrão. Embora afirme que é vestido desta forma que se sente bem e não vai deixar de fazê-lo, ao final, admite que para não ser discriminado no ambiente de trabalho, procura se vestir de uma forma que seria socialmente aceitável.

- E na hora de conseguir um emprego, por exemplo, tu acha que a aparência conta de alguma forma?
- Eu acho que a aparência é essencial ultimamente. Se você demonstrar ser mais desleixado, até, por exemplo, no meu caso, quando eu fui fazer uma entrevista de emprego, tive que **cortar cabelo, botar uma camisa social**, poderia, por exemplo, o corte de cabelo que eu tenho hoje eu não teria coragem de ir pra uma entrevista de emprego. Eu acho que influencia bastante. Infelizmente. **(Diego)**

A necessidade de cortar o cabelo – que no caso do entrevistado, é crespo – e usar roupa social refletem uma necessidade de camuflar marcas de raça e classe, nos termos do imaginário hegemônico, “parecer civilizado”. Se em outras situações, render-se a essa assimilação parece mais contornável, é na hora de procurar um emprego um de seus momentos mais emblemáticos, pois poucas pessoas têm condições de arriscar.

Hall (1997) dá um exemplo do processo de assimilação ao falar que mesmo após o período da escravidão, os negros podiam entrar no corpo principal da sociedade, mas somente ao custo de adaptar-se à imagem que os brancos tinham deles e de assimilar-se às normas de estilo e conduta brancas.

Para Landowski, a assimilação e a exclusão parecem opostas, mas têm uma afinidade tácita, ao partir do mesmo pressuposto: o da padronização do Mesmo e eliminação do Outro. Segundo ele, o grupo de referência parece não perceber que ele mesmo, a todo instante, por

seu modo de funcionamento, cria distâncias e desigualdades entre os grupos sociais – seja em termos sociais, econômicos, jurídicos, políticos, educativos ou culturais.

*

Em linhas gerais, tentei delinear ao longo do capítulo as composições da alteridade que permitam pensar meu objeto de pesquisa. Como foi possível perceber, Outro não é simplesmente aquele que é diferente para qualquer pessoa, ou mesmo para uma maioria, em termos quantitativos. Se este fosse o caso, os negros não seriam considerados o “Outro”, o “exótico”, o “fora do padrão” e tampouco o alvo de desconfiança num país em que a maior parte da população é negra, que é o caso do Brasil. O Outro é uma questão de poder, e de quem tem condições de fazer com que certas definições, dentre aquelas em disputa, se tornem hegemônicas. Como é possível perceber na pluralidade interpretações apresentada entre cada entrevista, as representações do Outro, ainda assim, permitem negociações de sentido; elas não são recebidas passivamente. Mas os efeitos da existência de uma representação hegemônica que é externa a esses entrevistados, ainda assim, não deixam de ser sentidos.

Ao longo do argumento aqui traçado, tem sido possível perceber que existe uma operação simbólica que torna possível conectar os diversos signos de subalternidade aos de perigo. Nesse âmbito, o Outro passa a não se referir apenas a aquela identidade que foge do padrão normativo, mas alguém a quem se deve temer. Se certos tipos sociais são previamente criminalizados na operação de sujeição criminal, estes tipos são justamente aqueles que têm os signos da alteridade⁴³. Assim, subalternidade, alteridade e sujeição criminal são esferas profundamente conectadas. Se as duas primeiras foram delineadas desde os capítulos anteriores até este, é sobre a sujeição criminal que se debruçará o próximo.

⁴³ Cabe aqui um adendo: dentre os critérios para considerar a posição de alteridade, talvez o de gênero seja aquele em que o Outro nem sempre aparece como o sujeito potencialmente perigoso. Segundo a definição de Simone de Beauvoir, a mulher seria construída socialmente como o Outro, por ser definida tendo-se como referencial o Homem. Entretanto, ao transferirmos a questão da alteridade de gênero para o contexto da violência urbana, é a construção social da masculinidade que atrela o homem ao lugar de potencial agressor, e a mulher, à potencial vítima, ou aquela que tem menos possibilidade de ser vista como fisicamente ameaçadora. Consideremos essas intersecções ao falar da relação entre alteridade e percepção de periculosidade.

3.2 Medo de Quem?

A periculosidade circunscrita nos sujeitos

Ao caminhar pela cidade, você já percebeu que alguém tinha medo de você? E ao entrar num estabelecimento comercial ou num banco, já se sentiu observado pelos funcionários ou seguranças? Com que frequência isso acontece? Quais motivos você indicaria para isso? Você se sente seguro na presença de um policial? Você se sente tratado pela polícia como um cidadão a ser protegido ou como um potencial suspeito?

No início deste trabalho, questionamos a quem nossos medos são direcionados ao transitar pela cidade; inversamente, este capítulo traz um outro olhar: o da experiência de ser alvo desses medos, ao ser identificado como potencialmente perigoso. Para isso, lançaremos mão do conceito de sujeição criminal adotado por Michel Misse (1999; 2010; 2014), que foi brevemente introduzido no capítulo introdutório. O objetivo aqui é analisar a sujeição criminal do ponto de vista do próprio sujeito envolvido diretamente no processo. É interessante observar que essa associação está presente mesmo entre aqueles que nunca tiveram qualquer envolvimento com o crime, como é o caso da maior parte dos entrevistados.

Antes de tudo, cabe retomar alguns pressupostos do conceito que norteará a análise. Como dito, a sujeição criminal é a expectativa de que determinados grupos e indivíduos, por apresentar determinadas características, teriam mais propensão a cometer crimes – sobretudo crimes violentos. Essa propensão seria uma parte indissociável de sua personalidade e caráter, de sua subjetividade. Nesse sentido, o crime é reificado em seu suposto autor: foco deixa de ser o ato transgressor e passa a ser o sujeito dos crimes – daí o termo *sujeição*.

Tendo esse pressuposto em mente, parte-se para uma atitude racionalmente preventiva em relação a tais indivíduos (MISSE, 2008: 10): produz-se rótulos que não são arbitrários e não se referem a um caso particular de desvio, posto que partem de uma explicação estabilizada em uma crença compartilhada. Esses indivíduos são definidos como potencialmente perigosos e irrecuperáveis, o que presume-se que esteja ligado a suas origens sociais ou genéticas. Assim, ocorre uma discriminação seletiva que toma como referência características que podem estar associadas a esses indivíduos, tais como cor, roupas, marcas

corporais, local onde vivem, jeito de andar, origem social e afins. Em suma, incrimina-se preventivamente todos aqueles agentes que tenham certas características sociais.

Essa operação não se apresenta como preconceito, e sim como “regra de experiência”, e é com base nela que a polícia segue seus “roteiros típicos” ao abordar preferencialmente certos tipos sociais como suspeitos. Assim, esse sujeito que no Brasil é denominado como bandido seria produzido pela interpelação da polícia, da moralidade pública e das leis penais.

Se essa operação distintiva começa no plano das interações sociais contextuais, ela também parte da referência estrutural do “criminal”. Nessa construção, não se trataria apenas de criminosos - mas “marginais”, “violentos”, “bandidos”, ou trazendo para o contexto recifense, “mala”, “alma sebosa”, “maloqueiro”, “escamoso”, “noiado”, “cheira-cola”, “trombadinha”, numa carga semântica que é sempre pejorativa. A sujeição simplifica e reduz a complexidade do agente em questão: “ele é bandido, assim me dizem e assim eu constato e interpreto” (MISSE, 1999: 203). A referência não se restringe aos códigos penais, mas na própria linguagem que, nas interações, distingue a ruptura da normalidade e transfere a expectativa negativa sobre o sujeito.

Seriam, assim, sujeitos dotados de uma subjetividade criminosa, “mau-caráter”, potencialmente irrecuperáveis. Frequentemente defende-se sua reconversão moral à sociedade que o acusa. No limite da sujeição, seu desaparecimento ou morte podem ser até desejados, o que é endossado por raciocínios como o de que “bandido bom é bandido morto” e afins. A punição do crime desliza-se para a punição do sujeito, ao qual se atribui os sentimentos morais mais repulsivos e punições extremamente duras (MISSE, 2010).

Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto.

Nesse sentido, Misse acrescenta que a ideia de “recuperabilidade” pode ser um bom divisor analítico entre sujeito simplesmente incriminado e sujeito criminal. Essa divisão deixa implícita duas possibilidades lógicas: se as “causas” do crime são passíveis de serem

“removidas” do sujeito, sendo externas a ele, ou não: fazem parte de sua própria subjetividade, são “um caso perdido”.

Mas, remetendo aos capítulos anteriores, como pensar a subalternidade no âmbito da sujeição criminal? Misse coloca que a situação social demarca e naturaliza diferentes graus de legitimação do processo de ser criminalizado (MISSE, 2014). Assim, num ambiente de profundas desigualdades sociais e forte privação relativa dos recursos, a sujeição criminal é potencializada. Isso porque os atores mais subalternos dispõem de poucos recursos de resistência à estigmatização, e a identidade degradada é dominante em relação aos seus demais papéis sociais. Assim, o rótulo “bandido” é reificado no indivíduo, restando “poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada” (MISSE, 2010).

Por outro lado, a sujeição criminal pode ser atenuada ou mudar de configuração, nos planos das interações, quando há uma menor distância social em relação ao agente, dando possibilidade de melhor conhecimento de sua vida e trajetória. Assim, abre-se espaço para que sua ação crimínável tenha um sentido mais ou menos ambivalente, complexificando-a (MISSE, 1999: 204).

Num sentido oposto ao da sujeição criminal, temos a **incriminação**: ela ocorre quando há uma ênfase maior na transgressão à lei do que no sujeito, com expectativa social de que aquela transgressão não está subjetivamente ligada ao agente – ou a seu caráter, origem, biografia, meio social (MISSE, 1999: 215). Ambos os processos trazem elementos não somente para pensar o contexto da violência urbana brasileira, mas vários outros.

A diferença entre a incriminação e sujeição criminal – e em como elas se articulam com as diferentes localizações sociais – pode ser pensada tomando-se como exemplo o rótulo de “lobo solitário”. Para ilustrar esse exemplo, recentemente levantou-se a discussão acerca de como, na abordagem midiática⁴⁴, um sujeito que comete assassinato em massa é interpretado diferentemente quando se trata de um integrante de minorias ou de alguém envolto em posições de privilégio. O primeiro com frequência remete ao terrorismo ou a diversos questionamentos acerca de sua cultura ou etnia que o integrem numa narrativa maior,

⁴⁴ O exemplo aqui ilustrado trata do “atirador de Las Vegas”, no contexto americano, que levantou uma série de discussões que podem ser aprofundadas através dos links a seguir: (ASSOCIATED PRESS, 2017; KING, 2017). Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/por-que-atiradores-brancos-sao-chamados-de-lobos-solitarios-nos-eua.g.html>; <https://theintercept.com/2017/10/03/las-vegas-atirador-lobo-solitario-terrorista/>. Visitado em 29 de janeiro de 2018.

abrindo espaço para legitimar políticas discriminatórias. Já o segundo é tratado como um “lobo solitário”: um desvio ou patologia individual não aplicável a seu tipo social mais amplo.

No caso do “lobo solitário”, pensando nos termos de Misse, “acusa-se seu baixo autocontrole, sua subjetividade ‘anormal’, e no limite, seu ‘não assujeitamento’, sua individualização excessiva”. Não há qualquer associação do crime subjetivado em seu tipo social. É através desse tipo de construção simbólica que Misse (1999:82) coloca que indivíduos ricos e bem inseridos socialmente, por mais que cometam crimes e cheguem até a ser chamados de bandidos, são sempre tratados como um desvio em relação a seu tipo social mais amplo; ademais, têm mais recursos para negociar esta identidade, reconstruí-la posteriormente.

3.2.1 A Experiência De Ser Temido

Durante a pesquisa de campo, uma das perguntas presentes no questionário tratava da experiência de ser temido: se o entrevistado já tinha percebido, ao andar pela cidade, que alguém tinha medo dele, e qual seria a possível justificativa para tanto. Tratamos aqui, portanto, da experiência de sujeição criminal, ou seja, da expectativa social de que estes indivíduos seriam potencialmente perigosos circunscritas em seu ser, e não em seus atos. Esse aspecto chama a atenção pelo fato de que muitos deles sequer chegaram a cometer qualquer delito, mas ainda assim eram entendidos como suspeitos. Aqui, o objetivo é identificar as versões construídas pelos próprios entrevistados para “a experiência social do qual são protagonistas, mas da que estão quase sempre, paradoxalmente, ausentes” (MAGALHÃES, 2006).

Uma das facetas do processo aqui analisado é que ele pode se manifestar das maneiras mais sutis: sem que nada precise ser dito, através de uma forma de olhar e de posicionar-se que parece até involuntária, imperceptível. Mas os observados frequentemente identificam essa linguagem corporal e a interpretam e justificam de variadas formas. Dentre os sete, apenas um dos entrevistados relatou nunca ter percebido sentirem medo de sua figura. Se algumas vezes repousa a ambiguidade acerca de se a percepção de medo no transeunte não seria mera impressão, sujeita a enganos, ao tomar como um todo a frequência com que esses episódios ocorrem com determinadas pessoas em detrimento de outras, é sugestivo pensar que não é por acaso. Seguem os relatos:

I.

- Tu já teve a impressão alguma vez, tu andando na rua, que alguma pessoa tava com medo de tu?

- Já.

- Já? E como foi isso?

- Rapaz, ela ficou olhando pra minha tatuagem né, e ficou cabreira de mim, né, eu não sei por que. Que eu sempre ando de chapéu pra trás. Aí muita gente confunde a pessoa, **pensa que a pessoa é maloqueira e pá**, só porque eu gosto de usar uma roupinha de marca também, umas cordas... Aí isso aí **eu relevo**.

[...]

- E quando tu vai em algum estabelecimento comercial, supermercado, um banco, tu já se sentiu observado?

- Já. **Várias vezes**.

- Pelos seguranças, pelas pessoas, alguma coisa assim?

- **Saindo de casa eu já sou observado**.

- E tu acha que isso acontece por que?

- Eu não sei, se eu sou fechado, **minha fisionomia**, não sei.

- Arram. E tu se sente como, quando se sente observado?

- Constrangido, né.

(Felipe)

Felipe parece ter noção de que sua aparência pode ser confundida com a do “maloqueiro” por “muita gente”, o que ele atribui a marcas como a tatuagem, estilo de roupa e boné para trás. O entrevistado, que se identifica como moreno, não menciona a questão racial como fator de suspeição. A reação que diz ter diante da confusão com a figura do maloqueiro é “relevar”. Sugere uma tentativa de minimizar o constrangimento pelo qual passa, não dar importância, talvez até pela frequência pela qual ocorre.

Quando questionado mais a fundo, Felipe demonstra que não se trata apenas de um episódio isolado: a impressão de ser observado e temido o acompanha desde o momento em que sai de casa, e segue nos vários espaços que frequenta. Esses breves encontros entre os transeuntes da cidade, que poderiam ser não mais do que corriqueiros, transformam-se em um constrangimento constante para ele. Embora nada seja dito em boa parte das vezes, ele diga “relevar”, os efeitos são sentidos subjetivamente; justificativas são elaboradas: “se eu sou fechado”, “minha fisionomia”, que o fazem questionar, em outro momento da entrevista, se os outros de fato o vêem como cidadão de bem, embora ele se sinta um. Essa sensação de ser temido, não raro, passa por negociações:

- Rapaz, vai fazer uma semana que eu fui na Caixa, fui receber o cartão, fui resolver lá e **uma moça lá ficou meio assustada, olhando pra mim assim...** Eu cheguei nela, puxei assunto, perguntei qual era o número da ficha dela, ela foi se abrindo pra mim...
- Ah, certo. E como é que tu se sentiu?
- Eu me senti bem, né, **eu só não fiquei bem na hora que ela ficou me olhando assim e pá, meio desconfiada. (Felipe)**

Desta vez, ao invés de “relevar”, Felipe sentiu necessidade de abordar a mulher que parecia temê-lo, provar a ela que estava enganada e que ele não seria perigoso. Uma vez tendo a chance de negociar essa identidade que ter sido atribuída externamente a ele, o entrevistado relatou ter se sentido melhor. A necessidade de tomar essa atitude sugere o incômodo que ele sente ao ser confundido com um criminoso, ao não aceitar esse lugar.

Essa possibilidade de negociação remete ao que Misse observa acerca do plano das interações: quando há maior possibilidade de conhecimento daquele que é sujeitado criminalmente, abre-se espaço para complexificar sua identidade, repensá-la. Em outras palavras, se o medo e não-reconhecimento do Outro potencializam o distanciamento entre os agentes, uma chave para atenuar a sujeição é a escuta. E essa possibilidade é maior quanto menor for a distância social entre as partes envolvidas.

II.

- Andando pela rua, assim, quando tu passa por outra pessoa, tu já teve a impressão que a pessoa tava com medo de tu?
- Muitas vezes. **Quase todo dia.**
- E por que isso?
- Porque... Exemplo, se eu tiver vindo, assim, sozinho, tiver vindo uma mulher... É mais fácil mulher. Mulher vindo, assim, ela atravessa a rua, depois ela volta a desatruessar... Como **eu acho que ela tem o mesmo pensamento que eu. Porque eu também me assusto.** Mudo o lado da rua também. Aí acho que o povo se assusta também hoje em dia como tá.
- Certo. Mas tu acha que eles tem medo por que, assim, de tu? Tem alguma coisa em tu que tu acha que assusta ou é a mesma coisa que tu sente medo nos outros também?
- Pior que depende da pessoa. **Eu acho que tem gente que leva mais em consideração a cor.**
- Porque tu se veste da forma como tu disse que...?
- Não... Não me visto. Não é? Nunca usei roupa de marca. Então já eu acho outro motivo.
- Arram. E quando foi a primeira vez que tu sentisse que as pessoas podiam ter medo de tu?
- **A primeira vez eu não lembro não, porque é quase todo dia.**
- [...]
- Tu já entrasse num estabelecimento comercial, assim, tu já se sentiu observado?
- Já.
- Mas isso acontece com muita frequência ou uma vez ou outra?

- Não, acho que **com muita frequência**. Principalmente quando a pessoa tá em supermercado grande, tipo assim Bompreço, esses cantos assim. **Eu sinto que cada corredor que eu vou alguém e que a pessoa, pra tá olhando.**
- Arram. Mas tipo segurança ou outra pessoa?
- Segurança. **(Marcos)**

Marcos relata que quase todos os dias percebe passar por alguém na rua que o identifica como potencialmente perigoso. E isso fica mais manifesto quando vê que a pessoa em questão chega a mudar de lado na rua como medida de precaução. Também com muita frequência ele relata se sentir observado pelos seguranças de estabelecimentos comerciais que frequenta.

Num primeiro momento, o entrevistado parece negar que haja algo específico a ele para que seja temido, uma vez que haveria uma atmosfera de medo generalizado na cidade; ele próprio admite sentir o mesmo medo em relação a outros, praticar as mesmas medidas de precaução. Entretanto, quando questionado mais a fundo, Marcos admite que talvez o fato de ser negro contribua para ser temido. Uma das justificativas para isso é que, ao tentar identificar um indivíduo suspeito, ele relata que é a forma de se vestir que observa primeiramente. Entretanto, ele, que não se veste dessa forma, assim mesmo é temido com frequência; então a hipótese que coloca é a de que isso se deva a fatores raciais. Se todos parecem ter medo, apenas alguns sofrem os efeitos da sujeição criminal.

III.

- E... quando tu tá andando na rua e passa por uma pessoa, tu já teve a impressão que a pessoa tinha medo de tu?
- Já. **Muitas vezes** ainda acontece.
- Ainda acontece? Por que tu acha isso?
- Por **conta das vestes**, assim, tipo, eu acho que por conta das vestes mesmo, o que eu me visto, o jeito de eu me vestir, os outros fica com medo, sei lá.
- Se tu sair com uma roupa diferente, tu percebe que as pessoas te tratam diferente?
- Acho que sim.
- E quando foi a primeira vez que tu percebeu que as pessoas podiam ter medo de tu? Faz muito tempo?
- Faz, faz tempo. Faz tempo. A partir do momento que eu usei um boné, tal, uma roupa ou outra... Eu percebi que tinham pessoas que tinham medo, assim, ao passar na rua.
- Isso foi antes de entrar na vida louca?
- Até mesmo **na vida louca e antes também**. Que eu sempre gostei de usar essas roupas assim, tal.
- [...]
- Quando tu vai num estabelecimento comercial, tu já se sentiu vigiado ou observado?
- Já.
- Pelas pessoas ou pelos seguranças?
- Próprios seguranças e funcionários também.

- Mas isso acontece muito ou só uma vez ou outra?
- Assim, geralmente **acontece muito**, né? Por conta das vestes, como eu falei. O jeito da pessoa se vestir e tal. Aí **eles ficam perseguindo, pensando que a gente vai furtar alguma coisa. (Lucas)**

Lucas também relatou frequentemente perceber ser temido. Auto-declarado branco, ele não menciona o fator racial como contribuinte para este medo. O que atribui como fator de suspeição é a forma como se veste, relatando que o tratamento que recebe de fato muda a depender disso. Isso acontece ao andar pelas ruas e se estende à forma como é tratado por funcionários e seguranças nos estabelecimentos que frequenta - que, a seu ver, o associam a alguém que rouba. Uma vez que ele admitiu já ter se envolvido com o crime, senti necessidade de questionar se essa percepção de medo teria se dado antes disso, depois ou concomitantemente. E o entrevistado afirma que mesmo antes da “vida louca” já era identificado ao criminoso, mesmo sem ter cometido qualquer coisa.

É interessante perceber esta nuance temporal para evitar a justificativa de que o entrevistado era identificado ao espaço do crime por estar envolvido nele: aqui, ele deixa claro que ser percebido como criminoso e ser criminoso são esferas que podem coincidir, mas também são dissociadas. Perceber essa dissociação evita a falácia da “regra de experiência” do qual Misse (2014) fala: a de que associar crime a certos atributos físicos ou grupos sociais não teria como base estereótipos, mas a realidade tal como se apresenta. Aliás, mesmo quando ocorre a coincidência entre ambos num mesmo agente, não é possível inferir que um decorre do outro.

Outro aspecto a ser salientado aqui é que se até então eu reforcei que essa atribuição de periculosidade é preventiva, quando de fato ocorre um delito, a incriminação não é suficiente para justificar que um indivíduo seja sujeitado criminalmente. É necessário que haja toda uma carga simbólica específica na representação social do agente que o praticou. A depender do agente, diferentes respostas são oferecidas para essas mesmas perguntas: Um indivíduo se essencializa em seus atos? Transgressão e transgressor são uma só coisa?

Seguindo ao longo da entrevista, Lucas parte da própria experiência criminal para identificar aqueles que considera indivíduos suspeitos:

- Como é que tu identifica uma pessoa suspeita?
- Assim, **pelo fato de eu ter vivido uma vida muito louca**, tal, eu consigo identificar uma pessoa que tem maldade de fazer alguma coisa e outra não. Assim, eu ando tranquilo, agora quando eu vejo que aquele elemento é um mal elemento, aí eu percebo e tento me desviar.
- Mas o que é que tu identifica, assim, na pessoa, que tu vê e acha que é?

- O jeito de olhar... Assim, as vestes eu nem falo, **porque hoje em dia tem ladrão de paletó e gravata, né, você não sabe**. Então, pra mim eu acho mais no tipo de olhar, no modo de agir, eu acho que identifico assim, dessa maneira.
- Certo. Mas geralmente é homem? Tem uma idade?
- É homem. Mais ou menos uma média de 19, 16. Assim, né, hoje em dia a idade não identifica muito, porque a gente vê muito jovem de 15, 14, fazendo coisa errada, sendo preso, matando, roubando. Não tem como identificar um bandido certo, não tem. Mas pessoas que conhecem, a gente identifica.
- E tem um jeito de se vestir ou tu não observa muito isso?
- É, assim, o jeito de se vestir, geralmente, deles, é sempre **querendo esbanjar roupa de marca**, tudo. Entendeu? Querendo **esbanjar luxo**. É isso. **(Lucas)**

Apesar de sofrer na pele os efeitos da sujeição criminal, Lucas também opera os mesmos pressupostos a outros, partindo do argumento da experiência própria para selecionar os critérios de suspeição. É uma forma de dar legitimidade essa operação, mas não sem o tensionamento de também ser alvo dela; entretanto, no seu caso, embora tenha as mesmas marcas físicas do indivíduo suspeito, há uma diferença crucial: ele não pertence mais a esse “mundo”, como ressalta algumas vezes durante a entrevista.

Em seu argumento, embora diga que não há como identificar um bandido, ele o associa a um gênero, modo de ser, de vestir e a uma faixa etária específicos. Mesmo a observação de que “hoje em dia tem ladrão de paletó e gravata” parece dizer o quão atípico que é o fato desse ladrão não ter os signos da precariedade; revela a necessidade de reforçar uma exceção, que afinal, sugere a existência de uma regra. Ao final, ele retoma a esse código de vestimenta padrão que é associado ao criminoso: a “roupa de marca”, o “esbanjar luxo” que já apareceu várias vezes ao longo dessa e de outras entrevistas aqui citadas.

IV.

- Quando tu tá andando numa rua, assim, e alguma pessoa passa por tu, tu já teve a impressão que a pessoa tava com medo de tu?
- Já, **diversas vezes**. Principalmente que eu tenho algumas tatuagens, aí rola um certo preconceito também. **Principalmente por causa da tatuagem**. Eu já vi muita gente olhar assim, porque eu tenho tatuagem de clube, o pessoal também já pensa que é **torcedor organizado**.
- Mas isso acontece com muita frequência? Como é?
- Se for à noite, geralmente rola mais. Principalmente quando eu vou pra estágio, essas coisas, dia de jogo, o pessoal atravessa o oitão, se afasta um pouco mais, eu acredito que sim. O pessoal meio que se segura. Até eu mesmo, quando vejo alguém... Eu já fico mais... Olhando, aquela sensação de desconforto acontece.
- Certo. E tu percebe isso como nas pessoas? Alguém já disse alguma coisa ou é mais o jeito de olhar?

- É o olhar. **O olhar e aquela precaução**, né? A pessoa bota mais a mão no bolso, a pessoa anda um pouco mais pro lado... Não é natural. Quando passam pelo outro, olha pra trás, pra ver se não vai voltar... **Não é natural. (Diego)**

Para Diego, uma das razões que faz com que ele seja temido é o uso de tatuagens, especificamente de clube de futebol, o que faz com que seja confundido com torcedores organizados – categoria que é frequentemente criminalizada. Esse medo dirigido a ele é percebido de várias formas, mas sobretudo através de uma movimentação que, a seu ver, não é natural, pois sugere uma tentativa incontida de cautela. Ele tenta relativizar a atitude, ao dizer que ele próprio também sente certos desconfortos quando vê alguém que possa representar um risco. Mas de toda forma, fica claro que quando fala de si, percebe que esses medos que são direcionados a ele não são arbitrários, partem de certas características físicas específicas suas.

Por outro lado, após identificar aquele que seria o suspeito na perspectiva do entrevistado, eu questiono que atitudes normalmente ele toma:

Simplesmente só saber se o celular tá no bolso, carteira e o colar. Fico só ligado. **Não vou atravessar a rua jamais**. Nunca atravessei rua pra uma pessoa que viesse em mim. Mas eu fico mais ligado, fico... Olho pra trás, **olho atentamente** a pessoa. Eu não tenho tanto medo, assim, eu não tenho tanto medo de ser assaltado. Eu tenho medo de levar um tiro, uma facada, mas **não tenho tanto medo assim a ponto de atravessar a rua descaradamente, a ponto de encostar na parede**, como já vi pessoas fazendo. Eu só fico ligado. Eu fico mais atento. É isso o que eu faço. **(Diego)**

É interessante perceber a forma como cada pessoa tenta executar várias negociações que mediem a cautela diante de um suposto risco iminente e a tentativa de não ser preconceituoso. Os limites entre um e outro variam de acordo com a concepção de cada um. Este entrevistado admite um olhar mais atento, a tentativa de mapear de seus bens de valor – movimentos que também relata observar em pessoas que o enxergam como suspeito. Entretanto, ele estabelece um limite: o medo que sente não é extremo a ponto de tomar atitudes mais ostensivas como atravessar a rua e encostar na parede, que são mais perceptíveis e constrangedoras a aquele de quem suspeita.

Em sua fala, fica subjacente a percepção de que se trata de uma atitude reprovável, possivelmente preconceituosa, que necessita ser dissimulada ao máximo possível - mas ao mesmo tempo inevitável, dado o risco iminente. É por isso que ele tenta minimizá-la: “não vou fazer julgamento, **mas** eu fico mais ligado”; “não vou chegar para falar que é bandido, não vou afirmar nunca isso, **mas** eu tô ligado”. Remete a um clichê familiar: “Não sou

preconceituoso, mas...”. Falar abertamente nem sempre é necessário para compreender a lógica que rege as ações; a atitude, por si só, não é reveladora?

V.

- E tu já sentiu, quando tava andando na rua, que a pessoa tava com medo de tu?
- Já, **muitas vezes**.
- E por que tu acha que isso aconteceu?
- Eu **vivo no meio da cultura rap**, sabe? Aí é sempre bermuda longa, boné, bermudão, camiseta, camisa bem larga, e isso meio que choca as pessoas, tá ligado? Meu pai mora num bairro próximo aqui, a 7km daqui, aí eu acordei de manhã e fui andando, aí passei ali por Parnamirim, Casa Forte, e tipo, de manhã cedo, a galera voltando da jaqueira, caminhada de... sabe? Aí eu andando, tava sem camisa, bermudão, mochila nas costas, chapéu, e **a galera tipo: “oxe, vai me roubar, vei”**. E você vê, você sente, sabe? Quando a galera **olha estranho**, atravessa a rua.
- Geralmente as pessoas fazem o que, assim, que... Alguém já disse alguma coisa ou é mais uma coisa do olhar?
- Não, é mais uma coisa do olhar, do atravessar a rua, sabe? Do parar, assim, meio que se esconder.
- E quando foi a primeira vez que tu sentiu isso, assim, faz muito tempo? Tu era muito novo?
- Faz muito tempo, vei. Porque eu sempre usei esse estilo de roupa assim, largas, mais despojadas, e **a galera diz que eu ando que nem ladrão**, tipo, esse jeito de andar bem gueto de Recife, e faz muito tempo, vei. Voltando de escola. Desde novo.
- E como é que tu se sente nessas situações?
- Hoje eu nem ligo mais, tipo, ah, lasque-se, vei. Não vou mudar por ninguém. Não sou. Se chamar a polícia, chame. Não vai achar nada comigo, sabe? Mas no começo eu tipo... **O que é que eu tenho de errado**, vei? Sabe? O cara tipo.. Por que isso? (**Chico**)

Neste caso, o entrevistado atribui o medo que é dirigido a ele ao uso de um código de vestimenta e modo de ser associado à subcultura do rap, que é frequentemente criminalizada. Por esse motivo ele seria frequentemente confundido com a figura do ladrão. Os impactos subjetivos são sentidos, embora ele relate “não ligar mais”; ele não deixa de perceber os olhares, em outros momentos já se perguntou se teria “algo errado” com ele, e agora opta por afirmar-se: “lasque-se”, “não vou mudar por ninguém”, “se chamar a polícia, chame. Não vai achar nada comigo”. A necessidade de afirmação revela que a tensão entre a identidade auto-atribuída e aquela que lhe é conferida externamente é constante.

Acerca de sua relação com a cena do rap, mencionada várias vezes ao longo da entrevista, em certo momento eu questiono:

- Tu acha que o rap é discriminado de alguma forma?
- Discriminado é, vei. Tipo... no Arvoredo eu já vi os moradores passando e comentando: **bando de drogado, maconheiro, tudo bandido, ladrão, traficante...**

Não é isso, vei. Não tô dizendo que não tem, mas não é, vei. A minoria da minoria, tá ligado? Bem discriminado, vei. A galera mesmo, a galera mais velha: "fica escutando essas **músicas de ladrão**", não sei o que... Minha avó, minha mãe. Meu pai nem tanto, meu pai quando eu comecei a ouvir já abriu os ouvidos dele, já se identificou com umas músicas...

- E porque tu acha que acontece essa identificação das pessoas?

- Com o rap?

- É, de relacionar a alguma coisa ruim?

- [Riso] Tá nas letras, né, vei. "Hoje eu sou ladrão, artigo 157, as cachorras me amam e os playboys se derrete", táí vei. É só uma, tá ligado? "Nego drama, entre o sucesso e a lama", tá nas letras. Porque **o rap canta o cotidiano do favelado**, tá ligado? O crime, o lado negro da favela, tá ligado? A parte obscura, a parte do submundo, sabe? **O crime, o assaltante a banco, o cara que era traficante...** Canta aquela vida dele, por que ele fez aquilo, por que você não pode fazer aquilo, tá ligado? **(Chico)**

Apesar de admitir que as temáticas características do rap são permeadas pelo “mundo do crime”, Chico estabelece que há uma diferença entre a manifestação cultural e a prática do crime. Segundo ele, enquanto há uma discriminação que atinge seus praticantes de maneira geral, apenas uma minoria de fato chega a ter algum envolvimento criminoso.

Segundo Misse, como a sujeição criminal tende a condensar determinados tipos sociais, pode-se desenvolver uma espécie de subcultura da sujeição criminal, especialmente entre aquelas que são desnormalizadas e subalternas. Nesse caso, a sujeição seria ampliada a aqueles que circulam em seu entorno, são excluídos criminalmente, mas não são bandidos. O autor argumenta que, por um processo identitário, desenvolvem códigos e linguagens próprios que “também são demarcados socialmente como ‘pertencentes’ ou ‘originários’ do submundo do crime e da contravenção e, quando utilizados em contextos sociais inadequados, podem estigmatizar quem os veicula” (MISSE, 1999: 236). Se Misse menciona a cena funk em sua tese para ilustrar o processo, aqui, a pensamos como uma forma de compreender o contexto do rap.

VI.

- Quando foi a primeira vez que tu tava andando e sentiu que alguém tava com medo de tu? Faz muito tempo, tu era muito novo?

- Isso é **uma coisa muito constante**. Uma das lembranças... Porque você percebe que as pessoas tão com medo de você. Dependendo de quem for, você tenta se explicar. **Você tenta criar uma explicação plausível pra que aquela pessoa tenha medo de você**. Em algumas situações você chega a uma explicação que justifique, em outros momentos você não consegue justificar, e quando você não consegue encontrar uma justificativa, **aí você fica muito mal**. Existe muito de racismo também quando as pessoas me vêm na rua andando e atravessam a rua, e seguram com mais força a bolsa... A pessoa tá andando bem relaxada e junta a bolsa, ou quando tem duas pessoas andando conversando de boas, assim, bem tranquilo e tal... Quando eu vou me

aproximando, fica tenso, né, muda a conversa ou pára de conversar pra meio que prestar atenção no entorno, né, pra meio que não dar vacilo, isso é algo que eu vejo o tempo todo. Isso é algo muito corriqueiro. **(João)**

Mais uma vez, temos um caso em que a percepção de ser temido já faz parte de sua rotina. Aliás, dada a frequência, ele admite já operar algumas estratégias que deem margem para evitar essa possibilidade:

Ao longo do caminho você vai cumprimentando todo mundo, pra que todo mundo saiba que você tá ali de boas, só passando, só fazendo o seu caminho e tal. **(João)**

Segundo este entrevistado, embora seja possível detectar esse medo nos olhares alheios através de uma série de movimentações sutis, a primeira reação que ele costuma ter é de negação, de tentar encontrar alguma justificativa para isso. É interessante perceber que por mais que seja frequente, uma vez que esses sinais são ambíguos, o seu primeiro movimento é tentar não se predispor a interpretá-los de forma negativa. Mas quando percebe que não há outra justificativa senão a própria aparência, ele relata sentir-se mal. Sobre os impactos subjetivos de ser visto como ameaçador, ele faz ainda algumas complexificações:

- E em geral, como é que tu se sente quando percebe que as pessoas tão com medo de tu?
 - **Depende de quem faz isso.** Por exemplo, quando eu vejo que uma mulher passou de uma rua pra outra ou segurou a bolsa e tal, isso **me irrita**. Quando eu vejo que o instinto dela é de **preservar o material**. Quando eu vejo que o instinto dela é de preservar a bolsa, de segurar o celular e tal, isso me irrita. Porque **a mensagem que eu recebo é: você vai me assaltar, você é um assaltante, você é um criminoso.** E não é isso que eu sou, então isso me agride. Quando eu percebo, por exemplo, nesse movimento de que uma mulher tá sozinha na rua e atravessa, **eu entendo**. Eu consigo compreender que ela faz isso porque ela não se sente segura e independe de ser eu. Se fosse qualquer outro homem, ela ia ter esse medo. Quando é homens, aí eu me irrita muito mais. E sobretudo se for homem branco. Porque aí ele se vale dos seus privilégios pra me estigmatizar esse lugar de criminoso, sabe, ele **me criminaliza com esse olhar**, com esse comportamento. Não existe nenhum processo de reflexão de que eu posso somente ser um jovem que tá andando na rua. Não passa isso na cabeça dele em nenhum momento. E isso me irrita bastante. Porque eu sou só um jovem passando na rua. **(João)**

João relata interpretar a cautela de formas diferentes, a depender da localização social de quem a pratica e da forma como o faz. Quando interpreta a atitude do transeunte como uma tentativa de preservar seus bens materiais, a mensagem que se sobressai, a seus olhos, é: ele ou ela o veem como um assaltante, criminoso, e seria mais importante para estes correr o risco de discriminá-lo do que de perder seus bens. Aqui, o que vem à tona para ele é que o fato de

ser um homem negro o colocaria como um ladrão em potencial, associação que renega. Temos aqui uma discrepância: os limites entre cautela e preconceito para cada uma das partes tocam em pontos diferentes, e o resultado disso é que ele se sente violentado.

Quando está diante de outro homem, sobretudo branco, não é o fato de ser homem que emerge para ele como dispositivo diferenciador, mas o fato de ser negro. Nesse caso, se está descartada a possibilidade de violência de gênero, o que João interpreta como justificativa para o medo é o fato de ser confundido com um criminoso. Então, quando parte de figuras com este perfil, o medo o incomoda muito mais.

Quando, por outro lado, trata-se de uma mulher que ele julga temer não por seus bens, mas pela sua integridade física, por estar diante de um homem – seja ele negro ou branco –, a interpretação é outra. Nesse caso, em sua leitura, se trataria de um recorte de gênero em que João se reconhece em posição de privilégio, e a mulher, em contraste, como potencial vítima. Não por saber-se individualmente ameaçador, mas por compreender o que a figura masculina representa num sentido mais amplo. Diante disso, a sua atitude é relativizar, mudar de atitude, por considerar esse um medo que é, de certa forma justificável. Ele explica:

Eu não tenho medo de uma mulher na rua. Não me sinto inseguro com relação a uma mulher na rua, mas eu sei que ela se sente insegura em relação a mim. Eu tenho convicção disso. Inclusive algumas vezes eu faço um exercício, **eu vejo uma mulher na rua, eu atravesso, pra que ela fique menos tensa em relação a mim**. Eu faço esses exercícios, e é uma coisa que a gente vai aprendendo também, com a minha companheira, por exemplo. **Ela falar que se ela me visse na vida, ela teria medo de mim. Isso é muito forte, ela falar pra mim isso**. Mas é verdade, e não é só porque eu sou um homem negro, mas o fato de ser homem e ela ser mulher, já torna essa relação muito tensa. Numa rua à noite escura, esquisita, essa relação é sempre tensa. **(João)**

Assim, aos olhos de João, ser homem e ser homem negro carregam consigo complexidades distintas que se sobrepõem. Um o coloca em uma posição que é de certa forma privilegiada; outro, como subalterno. Diante de um, a sensação de ser temido é justificável; de outro, traz revolta. As interpretações para um conjunto de atos aparentemente semelhantes, portanto, não são fixas: seus significados se deslocam a depender de maiores nuances da situação.

VII.

Dentre as entrevistas realizadas, uma foi marcadamente distinta das demais. Caio foi o único que relatou nunca perceber ter sido temido; sentir-se confortável na presença de

policiais; estar ciente da existência de racismo – ele é negro – mas nunca ter sofrido; situar-se como apto a tornar-se cidadão de bem sem maiores tensionamentos acerca deste modelo; sentir-se observado num supermercado, mas afirmar que esse tratamento seria aplicado a todos os frequentadores igualmente. Esse caso nos dá algumas possibilidades interpretativas:

A primeira é a de que de fato ele nunca tenha passado pelas experiências de sujeição criminal, racismo e discriminação que são típicas a seu grupo social. Afinal, como argumentado neste trabalho, compartilhar uma localização semelhante nas relações de poder hierárquicas não implica ter sempre as mesmas experiências e trajetórias; há, é claro, a dimensão individual.

Outra possibilidade a ser considerada é a de que o entrevistado tenha sofrido as consequências do racismo e da criminalização, mas não tenha identificado desta forma – seja por não perceber, ou por um processo de negação. Não cabe a mim enquanto pesquisadora presumir ser detentora de um conhecimento mais profundo da experiência vivida por ele do que o próprio sujeito em questão. Entretanto, aproveito o momento para discutir brevemente o processo de negação, por considerá-lo um tema pertinente para o debate que está sendo trazido aqui.

Como Ribeiro (2017) coloca,

o fato de uma pessoa ser negra não significa que ela irá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, **ela poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso.** [...] Mas o fato dessa pessoa dizer que não sentiu racismo, não faz com que, por conta de sua localização social, ela não tenha tido menos oportunidades e direitos.

Aliás, como discutido no capítulo dois, o que a literatura na área aponta é que no Brasil, as manifestações de racismo são frequentemente negadas; sabemos que ele existe, mas sempre entre outros, nunca conosco; um dos fatores que contribui para isso é o mito de que viveríamos em uma democracia racial, o que faz com que as variadas manifestações de racismo não sejam entendidas enquanto tais. A não ser nos casos em que não repousa qualquer ambiguidade, elas são interpretadas como um mal-entendido pessoal, ou, ao contrário, fruto de uma cautela generalizada; frequentemente, as questões raciais são subsumidas pelas questões de classe. Se esse foi o caso da entrevista mencionada acima, não temos condições de afirmar; mas estejamos atentos a essa possibilidade.

Ao longo deste tópico, foi possível perceber como a experiência de sujeição criminal é traduzida nas práticas cotidianas, a partir do olhar de pessoas que frequentemente são alvo de suspeição. Tivemos acesso a algumas breves pistas sobre como receber esses olhares impacta subjetivamente nos atores; sobre quais são as negociações que eles tentam efetivar entre as identidades auto-atribuídas e aquelas que lhes são conferidas externamente.

A seguir, vamos analisar como a sujeição da qual esses atores são objeto se manifestam quando apropriadas institucionalmente, através da abordagem da polícia militar. Aqui, completamos a tríade que envolve os personagens principais na construção social da violência: agressor, vítima e polícia⁴⁵. As categorias podem ser complexificadas⁴⁶, mas a lógica que as envolve é basicamente a mesma.

3.2.2 Ser Suspeito na Abordagem Policial

Você se sente seguro diante da presença de um policial? Caso sinta necessidade de recorrer a estes profissionais, você sente que haveria escuta? Você já sofreu alguma abordagem pela PM, o famoso “baculejo”? Com que frequência isso ocorre? Durante a abordagem, você sentiu que seus direitos foram respeitados ou houve um tratamento desproporcionalmente agressivo? Você tem a impressão de que a polícia te percebe como um cidadão a ser protegido ou como um potencial criminoso? Como você interpreta essas experiências pessoais? O que elas revelam?

Segundo Misse (2008: 30), quando se trata das classes mais subalternas, haveria uma expectativa negativa da ação policial e judicial. Esses segmentos teriam menos recursos para neutralizar as acusações que sofrem, e seriam também mais suscetíveis à sujeição criminal. Por esse motivo, tendem a ser os que menos recorrem à polícia e à justiça, e ao mesmo tempo, os maiores alvos de desconfiança e repressão policial. Essa diferença no tratamento é sentida: segundo o autor, há, entre essas classes, uma autopercepção de que seriam vítimas preferenciais da ação policial.

⁴⁵ De acordo com Misse, essa tríade pode ser pluralizada ou substituída por outra equivalente, como réu, acusação e juiz. Mas a lógica que segue, do ponto de vista da “opinião pública” e da mídia é basicamente a mesma. (MISSE, 2008: 10)

⁴⁶ Por exemplo, na discussão aqui trazida, o agressor pode ser um “potencial agressor”, e a vítima, uma “potencial vítima”, considerando-se os significados que os encontros assumem aos olhos dos atores envolvidos.

Misse coloca que dependendo da posição do indivíduo na estratificação social, há uma acumulação de desvantagens de diferentes tipos, o que reforça a percepção de que não há uma regulação legal igualitária. Assim, situações que seriam típicas da sujeição criminal passam a ter uma abrangência subcultural, se dirigindo aos segmentos mais subalternos da sociedade. Nas palavras do autor, trata-se de um processo social que condensa determinadas práticas por parte de seus agentes através de uma classificação social que é relativamente estável, recorrente, e enquanto tal, legítima (MISSE, 2010).

Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que a abordagem policial é extremamente frequente no cotidiano dos entrevistados – e não qualquer abordagem, mas uma extremamente truculenta. Não por acaso, vários deles relatam não se sentir seguros na presença de um policial, que os vê potencialmente como um inimigo. A maior parte dos relatos, portanto, segue na direção da análise trazida por Misse acima. Seguem alguns trechos para discussão:

I.

Você tem ideia, **uma criança de 8 anos** fazer esse exercício, sabe, de pensar nisso, de vestir um determinado tipo de roupa pra não ser confundido com ninguém... É isso que eu vivi **a minha vida toda**, sabe? Escutar minha mãe falar pra mim, enquanto meus amigos brancos escutavam "cuidado com a rua, não se junte com quem não presta", **minha mãe falava "cuidado com a polícia, não responda polícia, baixe a cabeça, se eles falar, mostre seu documento, diga onde é que você mora"**. Sabe? Essa ser a preocupação da minha mãe também, sabe. Então violência pra mim é isso tudo, sabe? E assim, todas essas violências, em alguma medida, por algum motivo, com explicação ou sem explicação, vai rebater no meu corpo. (João)

O trecho que abre a discussão sobre a forma como a polícia se relaciona com o grupo aqui estudado ilustra uma tensão que começa desde cedo. João relata que desde a infância era preparado pelos pais para lidar com a polícia com o máximo de cautela possível, e assim evitar qualquer transtorno decorrente da confusão entre ele e a figura do bandido. É demandado que ele mude a forma de se vestir e de agir, que execute alguns procedimentos específicos para tanto. Fica subjacente a predisposição da polícia em culpabilizar e abordar de forma agressiva estes sujeitos mesmo quando se trata de uma criança. Em seu argumento, o motivo apontado para isso é o fato de ser negro: seus amigos brancos, em contraste, teriam uma experiência totalmente diferente. É sugestivo pensar que o processo de sujeição criminal começa desde muito cedo para alguns, antes mesmo que compreendam do que se trata.

Nos meus 15 aos meus, sei lá, 22 anos, é uma coisa que **praticamente uma vez por semana** tinha um rolêzinho assim. Uma coisa de parar, de precisar explicar... E outras vezes, você faz uma **estratégia**, né. Você vê a polícia, você sabe que ela vai parar você, vai te perguntar alguma coisa, você já se adianta, já cumprimenta, olá, bom dia, tudo bom, tal... Que aí meio que ele se desarma um pouco. Porque eles não ficam preparados que a gente tome a iniciativa de falar com eles. Meio que desarma um pouco. **(João)**

Segundo o relato, as estratégias para lidar com a sujeição criminal prosseguem na medida em que o entrevistado envelhece: durante a adolescência, ele conta que era abordado quase toda semana. A relação que João estabelece com esse procedimento parece ir se tornando mais íntima ao longo do tempo: ele já prevê que atitudes serão tomadas e que reações dele seriam mais bem recebidas, de forma a reduzir a tensão.

Hoje menos, porque **eu tenho feito alguns exercícios também de não frequentar espaços onde eu sei que vai ter esse tipo de problema**. E como eu tenho saído menos também e vou pra lugares mais pontuais, e tal, geralmente frequente e tal, acaba não rolando tanto. Mas é algo ainda muito frequente quando a gente pensa de que eu tenho amigos meus que fazem o mesmo processo, tem as mesmas rotinas que eu e tal, e que nunca foram abordados pela polícia. **(João)**

Quando indagado acerca da frequência com que é entrevistado hoje em dia, aos 27 anos, João relata que houve uma redução, mas não por conta de uma mudança de atitude por parte da polícia. Dado o frequente constrangimento que passou ao longo da vida, ele passou a evitar frequentar espaços em que sabe que a possibilidade de ser abordado é maior. Dessa maneira, se as estratégias que foram usadas ao longo da vida não foram suficientes para coibir o tratamento abusivo, ele optou por uma mudança mais drástica em seu estilo de vida. E reforça que ainda assim é um procedimento que ele passa com muito mais frequência do que seus amigos que possuem um perfil social distinto.

Mas o espaço em que tu se sente mais vulnerável, assim, quando tá em algum lugar na cidade?

- Pessoalmente, falando, eu me sinto muito mais vulnerável em espaços como esse⁴⁷. Por ser jovem, por ser negro, por ser de periferia, eu me sinto muito mais vulnerável aqui. E essa violência, ela não vai vir somente por parte dos assaltantes, por exemplo, dos criminosos. Essa violência, ela se dá pelas pessoas que frequentam esse tipo de ambiente e pela **própria polícia, porque ela me vê como um criminoso em potencial**.

⁴⁷ A entrevista foi realizada num café próximo ao Parque da Jaqueira, na área nobre da cidade. A sugestão do lugar partiu do entrevistado, por ser próximo de seu local de trabalho.

Então automaticamente ela faz um **exercício de me expulsar desses espaços**. E aí isso vai desde abordagens truculentas e desnecessárias. Porque às vezes você tá aqui tomando um café, tô saindo aqui e pá, a polícia me para pra perguntar o que é que eu tô fazendo na rua. E coisas que **outras pessoas, em outras condições que não as minhas não precisaria estar justificando por que é que tá na rua**, por exemplo, nesse horário. Então eu me sinto muito mais vulnerável em espaços como esses, assim, nessas regiões. E eu tenho muito mais cuidado também. Porque eu sei **que o olhar pra mim nesse espaço é um olhar de desconfiança**. Então não tem como me sentir seguro. Entende? **(João)**

Mais uma vez retomando à observação de que em certos locais da cidade a hostilidade é mais veemente, João coloca que tanto as pessoas que frequentam as áreas nobres quanto a abordagem policial tendem enxergá-lo como alguém não pertencente a estes espaços. Aí, não se trata apenas de uma questão de diferença social, mas de relacionar a seu tipo um fator criminogênico, a quem se deve desconfiar. Por esse motivo, ele se sente mais vulnerável nessas regiões, onde além de lidar com a possibilidade de violência de assaltantes, há a violência simbólica por parte das pessoas que circulam pelo espaço e dos policiais – que, no caso destes últimos, por vezes também se traduz em violência física.

II.

Se as experiências do entrevistado anterior parecem ter sido particularmente dramáticas, ao perceber ser identificado pela polícia repetidamente ao longo de sua vida como criminoso em potencial, ao seguir para os relatos seguintes, é possível perceber como não se trata de um caso isolado: as situações se repetem. Para citar alguns dos exemplos:

- Tu já sofreu alguma abordagem policial? Um baculejo, uma blitz...
- Oxe... [riso] **Isso é direto**, acontece isso comigo, vei.
- E tu acha que isso é por que?
- Sei lá... Não tenho nem como explicar, eu não sei, eu sei lá, eu acho que **eles pensam que todo mundo é igual, todo mundo é maloqueiro**, mas né assim não. **(Felipe)**
- Certo. Tu já sofreu algum tipo de abordagem policial? Baculejo, blitz...
- Já, **diversas vezes**.
- É muito frequente?
- Voltando de jogo principalmente... Como eu não ando tanto de transporte público atualmente, diminuiu. Mas já voltando de jogo, diversas vezes já sofri. E ainda **acredito que sempre por causa das tatuagens que eu tenho**. **(Diego)**
- Urrum. Tu já sofreu alguma abordagem policial?
- Já. **Muita**.

- Muita? E como é que foi?
- Tinha vez que foi um tratamento super panaca mesmo, de eu sem tá fazendo nada e ser abordado e levar soco, pontapé, e ficar por isso mesmo. **As vezes que eu tava errado mesmo, eles fizeram o correto**, né, mas às vezes sem necessidade também. (Lucas)

“Isso é direto”, “Diversas vezes”, “Muita”. Os três entrevistados relatam o que parece ser um *modus operandi* das práticas policiais em relação a este perfil de pessoas, pautado pela vigilância seletiva e pelo tratamento agressivo. Se o escopo dessas entrevistas não permite afirmar que as experiências aqui relatadas seriam representativas, elas, por outro lado, seguem na mesma direção dos estudos na área sobre a abordagem policial, narrados brevemente capítulo introdutório.

Voltando aos relatos, as abordagens nem sempre parecem acontecer em contextos específicos de tensão, mas nas situações mais corriqueiras. Os motivos apontados pelos entrevistados sugerem uma espécie de subcultura da sujeição criminal direcionada a estes tipos, nos moldes em que Misse coloca. Felipe relata ser confundido com a figura do maloqueiro; Diego atribui a suspeição às tatuagens que possui e coloca que em dia de jogo de futebol a abordagem é mais provável, pois ele passa a ser associado ao torcedor organizado - outra categoria é relacionada com certa frequência às práticas criminais.

Lucas relata que, mesmo sem ter feito nada, já chegou a levar socos e pontapés pelos policiais. No caso deste, por outro lado, é possível observar que ele concorda com a violência policial quando “ele estava errado”, ou seja, durante o período em que ele estava envolvido com práticas criminais. Há uma relativização da violência policial. É mais um momento em que esse entrevistado projeta uma espécie de **auto-sujeição** – lembremos que foi ele que, no capítulo passado, concordou com a afirmativa de que “bandido bom é bandido morto” mesmo que se aplicasse ao caso dele, pois pelo que fez, ele “teria que aceitar”. Pode-se dizer que a sujeição criminal completa-se quando o próprio sujeito incorpora ou se identifica com a caracterização que lhe foi imposta (MAGALHÃES, 2006).

III.

Se até aqui observamos uma vigilância seletiva particularmente frequente entre estes tipos sociais, é possível observar outra característica aparentemente típica: a de que não se trata de qualquer tipo de abordagem, mas de uma agressiva. Esses relatos seguem na mesma direção apontada pelos estudos de Ramos e Musumeci (2004) que apontam que as revistas corporais entre esses grupos tendem a ser marcadas pela ameaça, coação, intimidação e

violência física e psicológica, em contraste com aquelas realizadas com transeuntes brancos, de classe média e mais velhos. Seguem os relatos:

Eu tive algumas abordagens violentas, outras abordagens nem tanto. Mas assim, pra a gente que é jovem negro, violência, a violência que a gente entende pra a gente, é a violência de tapa e tal. Se a gente for olhar por esse ângulo, eu tive poucos momentos desse tipo de violência. Mas **a forma de abordar, os termos que se usa, como aborda, o que pede**, já seria, num entendimento comum, quando a gente vai olhar qual é a função da polícia, quais são os meus direitos enquanto cidadão, **já seria uma violência**.

[...]

Eram 4 policiais e eu tinha acabado de descer do ônibus, eu não sabia nem o que é que tava rolando. E aí... "você vai pra onde?" "vou pra casa" "você tá vindo da onde?" "eu tô indo da universidade" "tem como provar?" - aí você tem que tirar identidade, carteira de estudante.... "o que é que você leva na bolsa?" "só meus materiais de estudo", de ter que tirar o computador, de ter que abrir o computador, e ter que colocar a senha no computador pra ele ver que o computador de fato é meu, que eu não tô roubando, né, e um tempo de abordagem que não fazia sentido. Não fazia sentido. "Por que você desceu?" "porque era a minha parada. eu moro aqui." e apontar pra minha casa, porque a parada ficava próxima da casa. "Eu moro aqui, no final desse beco". E aí assim... Coisas que não fazem sentido e que ele não faria em outra situação, não faria com outras pessoas. **Se fosse um jovem branco voltando da universidade, ele não ia pedir pra abrir o computador**. Não ia. Então esse tipo de coisa, isso é violento, porque isso é vexatório. Aí coloca a gente numa situação de **humilhação absurda**, sobretudo na comunidade, e nessa sociedade, em que se faz um **exercício constante de associar jovens negros ao crime**. Então **a polícia abordar dessa forma é um sinal que autoriza as pessoas a me entenderem como criminoso**. Porque a polícia tá me abordando, é porque eu tô devendo alguma coisa. E na maioria das vezes, muitas vezes, não é. Tem nada a ver. **É uma relação que a polícia cria, é uma relação que a sociedade cria, mas não é uma associação natural**. (João)

Os dois trechos acima, parte da mesma entrevista, ilustram a prática sobretudo de **violência simbólica** da polícia. É a prática de intimidação e coação que muitas vezes se dá sem contexto nenhum, e tem efeitos psicológicos diversos sobre seus alvos. Para João, fica claro que há uma seletividade racial que justifica esse tratamento, dado que pessoas de outros perfis não passam pelo mesmo processo. Segundo ele, é o tratamento institucionalizado pela polícia que autoriza as pessoas a o entenderem como criminoso sem que precise fazer nada. Então o fato dessa violência não ser física não ameniza o quadro: é essa carga simbólica que dá legitimidade a uma série de práticas discriminatórias, e por si só, também constitui violência.

A polícia chegar aqui é bem típico como em todo canto, **é sempre num negro, sempre tatuado, sempre quem tá nas esquinas**, e às vezes não é nada, só uns amigos reunidos ali, conversando, trocando ideia. E já chegam escrachando, sabe? **Mão na parede, tapa no ovo, abre a perna e chuta a canela do cara**, sempre rola uma coisa assim. Deveria ser algo mais efetivo, sabe?

- E como é que tu acha que isso poderia ser feito?

- Treinamento da polícia, não vejo uma polícia preparada, sabe? Pra lidar com essas coisas de cotidiano. É uma polícia extremamente **racista**, uma polícia extremamente **elitista**, **é diferente o tratamento de um morador daqui pra um bairro vizinho** aqui, Casa Forte, sabe? É muito diferente. Aqui é um escolacho, você for pego numa escadaria dessa aí, você pode tá fazendo nada, pode tá com um amigo seu, na escadaria, na entrada da porta da casa dele conversando, um gato [polícia] chega e escolacha.

- Já aconteceu contigo?

- Já.

(Chico)

Eu sofri aquele velho desconforto... Não é humano, né, a abordagem, é **puramente agressiva**. Até... nem foi dia de jogo: eu faço, eu treino jiu-jitsu. Meu treino acaba de meia noite. Faz eu acho que uns 2 meses e meio, no máximo. Voltando do treino, quando eu entrei na rua da minha casa, tinha uma blitz policial, pediram pra eu encostar minha moto, eu encostei... Não tinha feito nada, não tinha olhado, eu tava cansado de um treino, aí simplesmente o policial disse: não vai olhar pra mim não, é? Qual a necessidade? Já entreguei o documento. Meio que me **ameaçou**. Aí **deu um tapa na minha cara**, tipo: “acorda!”. Não foi um tapa violento, foi tipo: acorda. Aí eu me senti meio... **Eu fiquei com medo, na verdade. Bastante. A gente não deveria sentir medo de quem tá, na teoria, pra proteger, né?** Ou deveria ser o papel deles.

- Em geral tu se sente seguro na presença de um policial?

- Não. Nenhum. **(Diego)**

Embora tenhamos falado no teor sobretudo simbólico da violência sofrida, é perceptível como frequentemente ela se traduz em violência física. “Tapa na cara”, “chute na canela”, “tapa no ovo” e afins. E isso se dá, como sempre é reforçado, mesmo que “ninguém tenha feito nada”⁴⁸. A necessidade de reforçar a inocência revela que não é necessário cometer um delito para ser tratado como criminoso; é a presunção preventiva de culpa. O corpo do subalterno é entendido como um corpo passível de intervenções e violências. A dor é tratada não só como instrumento de punição e manutenção da ordem, mas como uma forma de educar setores potencialmente criminosos para serem submissos à autoridade policial. Autoridade se transforma em autoritarismo.

⁴⁸ Se a inocência é sempre tratada como argumento contra o tratamento arbitrário da polícia, é importante reforçar que mesmo quando há “culpa”, existe um procedimento a ser adotado pela polícia que não é o da agressão gratuita. Entretanto, a tortura e punição física à figura do “bandido” não só são práticas frequentes, como recebem amplo apoio por parte da população – seja por uma perspectiva de vingança, ou pela descrença nas instituições responsáveis no tratamento dos acusados. (CALDEIRA, 2000; FBSP, 2017)

Sempre rola com o pessoal aqui. Às vezes nem é usuário de nada, nem... tá só conversando, simplesmente conversando. Um amigo meu tava na porta da casa dele conversando com outro amigo da gente e o gato [policial] chegou e botou neles, deu baculejo normal, não são usuários, são nada. Tava só conversando de boa. E aí o gato chegou e disse: ó, não quero vocês aqui mais não, a gente vai ali, **se voltar e vocês tiver aqui, a gente vai botar BO pra vocês e vocês vão ser presos**. Aí eles tiveram que entrar. **(Chico)**

O trecho acima é mais um desses exemplos: sugere que para quem reside na periferia, existe até toque de recolher. O caso ilustrado pode ser ou não comum entre o grupo estudado. Mas remete diretamente à fala de Misse (2008) no início do tópico: trata-se de uma situação de classe em que os recursos para neutralizar abusos de autoridade são mínimos, e que portanto, se vê coagida a obedecer a tais abusos, acumulando uma série de desvantagens. É por isso que a relação que se estabelece com a polícia é predominantemente negativa:

Com a polícia eu nunca sei qual é a reação que ela vai ter. e eu sei que se eu for abordado, **eu vou tentar argumentar. Que é a única coisa que eu tenho**, inclusive. E eu sei que a minha argumentação é algo que pra eles é **justificativa pra me bater**, pra criar uma história que não existe...**(João)**

- Em geral tu se sente seguro na presença de um policial?
- Oxe, **eu fico com mais medo do que dos traficantes daqui**. **(Chico)**

- E quando tu anda na cidade, qual é teu maior medo?
- Meu maior medo... Bicho, **eu acho que meu maior medo hoje é ser pego pela polícia**, assim. Esse é meu maior medo. Mesmo que eles não vão fazer, me matar nem nada, mas assim, é um medo constante que eu tenho. Isso é muito real. Quando passa por isso **eu já fico nervoso**, assim, tentando desviar o caminho e tal, porque é uma relação muito estranha. Porque assim, assalto é uma coisa muito comum. Você é assaltado, isso não necessariamente... Acho que tem uma perda material ali, tal, mas é algo que você consegue recuperar e tal, mas em relação a essa galera, eu não sei o que é que pode acontecer. [...]

Essa coisa de ser alvo da polícia pra mim é muito mais pesado, inclusive porque a polícia, além daquela violência local ali, naquele momento, **ela tem um potencial de prejudicar muito a minha vida**, sabe, de colocar um forjado, de me prender, e você não tem a quem recorrer. Porque quando um assaltante te assalta, você recebe uma violência urbana, você é assaltado e tal, você vai na delegacia. Você presta uma queixa. Pode ser que suas demandas não sejam completamente atendidas. Mas você tem a quem recorrer. Em relação à polícia, não existe essa relação. **Você não tem pra quem recorrer**. Porque é a voz do policial contra a sua voz. Um jovem negro. **(João)**

O que fica pungente nas falas é que apesar de a violência urbana ser um grande problema de maneira geral, a relação que a polícia estabelece com esses grupos é tão problemática que, por vezes, a preocupação principal desses indivíduos se desloca do criminoso para a instituição que supostamente deveria protegê-los dele.

V.

De maneira geral, a relação que se estabelece com os profissionais dessa instituição, portanto, é paradoxal: ao mesmo tempo em que sofrem os efeitos de serem ameaçados e sujeitados criminalmente pela PM, estabelecendo uma relação de medo, ainda assim, necessitam de sua proteção. Os entrevistados parecem ter noção disso:

Como eu falo dessa coisa que a polícia precisa tá presente, eu tô falando de uma polícia que se faça presente a partir de uma perspectiva de garantia de direito. Não de violação dele, né. E o problema todo é que a gente tem corporações que estão completamente adoecidas e que atuam na perspectiva de violar direitos, não de preservar, e aí isso é um problema. Porque eles não são lá meramente pra garantir a segurança de todos, **eles são ali pra garantir a segurança de determinado grupo, e entende um outro grupo como inimigo. A polícia entende jovem preto de periferia, as pessoas de periferia, as pessoas pobres, como inimigo.** E isso é um problema. Que aí não adianta ter polícia nos espaços, porque isso não me deixa seguro. Se a perspectiva for essa, muito pelo contrário, eu me sinto ainda menos protegido. Porque eu sei que **eu vou ser violentado pelo bandido, mas eu sei que eu vou ser violentado também pela polícia.** O que eu falo de ter policiamento é que assim, concretamente, quando a gente vai falar concretamente, a presença da polícia inibe algumas coisas. Inibe um assalto, inibe um estupro, por exemplo. Isso é concreto, isso é real. Eu posso tá aqui devaneando o máximo, falando de como a polícia é cretina, de como a polícia nos violenta, mas eu preciso ser honesto e dizer: é, se tem um carro da polícia, a possibilidade de a pessoa ser assaltada ali ou estuprada ali é muito menor do que se não tivesse.

A gente não pode abrir mão da polícia. Até porque a força da polícia não é violar direitos. É garanti-los, é proteger. A gente precisa pensar que polícia é essa que a gente constrói. Não cabe mais, não é possível mais conceber uma polícia que trabalha dentro dessa lógica de bater, de violentar, de ver o cidadão como um inimigo, de achar que naquele momento da abordagem ele é Deus. [...] [A gente precisa] **duma polícia que me entende como cidadão sujeito de direitos e não como bandido e não como criminoso e não como suspeito.** Que me escute. Que atue a partir do diálogo, né. E que faça uso da violência legítima quando isso for necessário. Quando isso for estritamente necessário. Porque **mesmo quando se trata de um bandido, existe um procedimento a ser tomado** que não é violentar. (João)

A fala acima é aquela em que aparece de forma mais elaborada algo que esteve subjacente em quase todas as entrevistas: o reconhecimento de que a resolução do problema da violência passa pela necessidade de uma polícia que se faça presente, mas que sobretudo seja eficaz. E por eficaz, aqui, não se trata de ser mais agressiva ou mais violenta. Trata-se de um modelo a ser repensado. Percebe-se que mesmo que os entrevistados tenham relatado inúmeras críticas a esses profissionais, através de violências sofridas diretamente em seus corpos, não deixam de reconhecer a necessidade deles.

*

O que se conclui deste capítulo, portanto, é uma complexificação dos atores centrais que participam das representações da violência urbana. Se a figura do agressor, da vítima e da polícia parecem ocupar campos opostos, na prática, há uma série de nuances acerca destes lugares. As supostas vítimas frequentemente são as que mais perpetuam violências simbólicas a qualquer pessoa que seja vista como Outro. Os que são representados como bandidos nem sempre chegam a cometer qualquer delito. Os que deveriam proteger os cidadãos frequentemente os violentam. Os que poderiam estar numa posição antagônica à polícia reconhecem que é necessária para a sociedade. No cerne de todas essas tensões que permeiam a vida urbana se encontra a sujeição criminal: um processo que atribui elementos de diferenciação individual a certos sujeitos; diferenciação, essa, que legitima um tratamento discriminatório a todos aqueles considerados propensos para a prática de atividades criminosas. Diante disso, os encontros e olhares cotidianos se permeiam de hostilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

... E os olhares te acompanham quando você vai, comprova que não tem nada, eles te deixam passar, mas os olhares continuam pra você e na volta também, você sente o peso desse olhar, sabe? Não é qualquer olhar, é um olhar que te desumaniza, é um olhar que te destrói, é um olhar que elimina a tua história. Você é só aquela imagem, aquela fotografia. Você não é filho, você não é estudante, você não é trabalhador, você não é nada. Você só é uma pessoa que tá sendo abordado por um policial, por um segurança, que você tem alguma coisa pra ele estar fazendo isso, porque senão eles não fariam. E você é só aquilo ali. Um objeto que vai estar sendo ali sacolejado, mexido, olhado, pra provar que você é inocente. Num país em que, no código penal, se presume a inocência primeiro, você tem que provar que a pessoa é culpada. Eu preciso provar minha inocência o tempo todo. **(João)**

Proteger-se é mais importante do que não violentar o outro?

Se sabe-se que o preconceito e a discriminação não são socialmente aceitos, o que as narrativas aqui parecem trazer à tona é que essas operações seguem sendo praticadas de formas mais ou menos abertas, sob o argumento da cautela e proteção.

Ao longo deste trabalho, tentamos ampliar nossos olhares acerca das várias configurações nas quais a violência urbana se manifesta e de como ela impacta na maneira de se relacionar com o Outro. Se a tensão provocada pela possibilidade de ser violentado ao andar pela cidade parece incontornável a qualquer pessoa que circule pelo Recife, é preciso repensar sobre quem identificamos a essa possibilidade. Há algo de muito distante circunscrito em um sujeito para que este seja lido como inimigo a ser eliminado e evitado antes mesmo de qualquer aproximação. Nossos medos, como tentei argumentar, não são arbitrários: envolvem uma narrativa acerca de quem são as potenciais vítimas e seus algozes; nossos medos constroem muros e também discriminam. Como se constrói política num mundo ordenado com base em antagonismos? Como se produzem intercâmbios? É por isso que se faz tão importante fazer um exercício de deslocamento e acessar outros discursos, partir de outros olhares.

No caso desta pesquisa, esse deslocamento epistemológico – ainda que parcial - toma como ponto de partida o olhar de indivíduos que moram em áreas periféricas, são jovens, homens, e de baixa renda; uns negros, outros brancos, mas ambos dotados de marcadores

sociais que, em um momento ou em outro, os identificam ao lugar da subalternidade, e, em seu sentido extremo, ao de perigo. O que significa estar nesses lugares? Como essa localização comum serve de base para uma série de experiências específicas relacionadas à violência? De que forma este trabalho pode contribuir para a discussão?

Em primeiro lugar, embora a experiência de medo da violência pareça atingir a todos, é possível perceber como ela incide de forma diferente aos diferentes corpos. Talvez seja sugestivo pensar que os principais alvos da violência são aqueles pertencentes às classes com maior conforto material, e cujos signos remetem a posições privilegiadas. Ao menos essa parece ser a abordagem adotada pela mídia, e aquela que mais parece escandalizar a população. Também por parte da polícia, são esses os grupos que parecem demandar proteção, enquanto outros concentram uma abordagem eminentemente agressiva. Não estou sugerindo que quando se trata de grupos em que há maiores recursos para reparar os danos causados por essa violência, esta seja relativizável. As várias manifestações de violência precisam, sim, ser combatidas.

Mas o que as narrativas dos entrevistados trouxeram à tona foi que não ser representados no imaginário hegemônico como vítimas em potencial não os torna imunes a esta mesma violência. Aliás, os sujeita a vulnerabilidades vindas de diversas direções. São tratados como intrusos nos mais variados espaços por estarem associados os signos da marginalidade, que nessa ótica, é potencialmente criminal. Não por acaso o termo “marginal” deixa de significar “à margem de”, ou seja, deslocado da sociedade, para ter um significado pejorativo ligado ao crime. Aqui, subalternidade, alteridade e criminalidade operam sob uma lógica profundamente imbricada.

Assim, na primeira parte do trabalho, foi possível perceber que a pobreza, o pertencimento a espaços periféricos e a negritude são, na representação social dominante, reconhecidas como potencialmente criminais. Posto que esta associação aparece como dominante, chega a ser reproduzida mesmo por aqueles que fazem parte dela. Se por um lado, a experiência de **proximidade** pode significar uma maior empatia e envolvimento emocional com os alvos desses estigmas, abrindo a possibilidade de ressignificá-los, por outro, não é possível reduzi-la a isso. Em sentido inverso, tampouco é possível inferir que um **distanciamento** social desses locais implica necessariamente em uma maior indiferença em relação a eles. Posto que nem todos que compartilham da mesma negação de oportunidades se envolvem com o crime, é possível que pessoas em condições muito similares o encarem como

uma questão de escolha, índole, e apliquem ao criminoso os maiores julgamentos morais. A questão que fica, tratando-se dessas motivações atribuídas à figura do criminoso, é: Até onde atribuir as causas do crime às estruturas retira a agência destes sujeitos? Até onde reconhecer a agência nos sujeitos os culpabiliza? Quais são as articulações possíveis entre esses extremos?

As representações de classe, espaço social e raça, afinal de contas, parecem operar sobre uma lógica semelhante: aqueles que são reconhecidos como próximos aos limites da necessidade básica, do instinto, da natureza, são potencialmente criminais. Se Hall (1997) coloca que a estereotipação seria um elemento chave no exercício de violência simbólica, aqui, voltam-se os olhares para os pobres e negros, que são associados a um determinado modo de ser: não foram escolarizados, não sabem se comportar e vestir de determinada forma, ou integram uma subcultura considerada imprópria. Não têm “cara de inteligente”: têm de operar uma série de dissimulações que minimizem essas características para serem aceitos no mercado de trabalho. Em seu sentido oposto, está implícito um padrão de racionalidade e normalidade. Diz respeito à assimilação de uma cultura específica, que inclui disciplina e adesão ao *ethos* do trabalho. Dadas as desigualdades vigentes na sociedade brasileira, dificilmente terão acesso a esses preceitos aqueles que não pertencem às classes mais altas e são predominantemente brancos.

Opera aqui um regime racializado de conhecimento do Outro profundamente imbrincado nas relações de poder, e que é reproduzido cotidianamente através de resquícios das imagens lombrosianas, do mito da democracia racial. Não se pode combater o que não se admite a existência: é preciso reconhecer nossos preconceitos. Apontá-los, desnaturalizá-los, entender como operam, interromper seus ciclos reprodutores. Como fala João no começo deste trabalho: são desconfortos necessários.

Retomando ao argumento traçado ao longo deste trabalho, como fruto dessa lógica, são integrantes de um perfil subalterno os alvos preferenciais da polícia, além desta, dos criminosos e de uma discriminação que é legitimada cotidianamente nas práticas sociais, mesmo quando não há crime envolvido. Pertencem a um não-lugar. Aqui, me refiro não só a impactos materiais, mas também aos subjetivos: ao que parece, estar situado na posição de Outro implica numa postura sempre defensiva, numa necessidade de reivindicar repetidamente a própria dignidade. O que essas narrativas colocam como urgente, portanto, é a ressignificação dessas identidades.

Considerando que este trabalho é uma dissertação, divulgada e defendida num espaço acadêmico, é grande a probabilidade de que este leitor ao qual me dirijo tenha um perfil bastante diferente daqueles que foram entrevistados por mim. Talvez boa parte das experiências relatadas vos sejam tão distantes quanto foram para esta pesquisadora que aqui escreve. Isso porque a universidade – e isso se acentua quanto maior o nível de especialização, como é o caso de um mestrado – ainda é um espaço de difícil acesso a boa parte da população. O que deveria ser um direito básico ainda é um privilégio. Talvez, enquanto o trabalho é apresentado, eu me dirija a uma sala majoritariamente de classe média ou alta e minoritariamente negra. Torçamos para que não. E para que essa discrepância seja a cada dia menor.

Por outro lado, se as páginas aqui atravessadas se propuseram a enriquecer o conhecimento acerca de outras realidades, quebrando imagens e discursos que são hegemonicamente reproduzidos acerca de certos sujeitos e seus tipos sociais, é forçoso salientar que esta dissertação não tem um intuito heroico de “salvar” aqueles que supostamente não teriam voz. Os sujeitos que abordo são protagonistas de suas vidas, têm voz e capacidade própria de pensar o mundo. Podem sofrer constrangimentos estruturais e serem marcados pela subalternidade e pela falta de oportunidades em muitos sentidos, mas não são vítimas esperando para ser salvas. Procuro, tomando como ponto de partida as suas falas e perpassando as lentes acadêmicas, deslocar essas representações essencialistas que são continuamente reproduzidas pela falta de conhecimento do outro para um saber que seja construído conjuntamente.

Essa intenção, entretanto, não está avessa a limitações. Se esse é um trabalho que trata de desigualdades e reconhece o papel da linguagem em reproduzi-las e reafirmá-las, cabe aqui falar um pouco sobre a que foi adotada no próprio trabalho. Se a língua tem um papel como agente socializante de gênero⁴⁹, uma das limitações que reconheço foi a opção não usar uma linguagem inclusiva. Procurei ter certos cuidados em relação a isso durante o processo de escrita, mas por questões logísticas, a revisão do trabalho que garantisse essa inclusão de forma mais completa não foi realizada.

⁴⁹ Para mais aprofundamentos, ver: Manual Para o Uso Não Sexista da Linguagem, elaborado pela Secretaria Estadual de políticas Públicas para as Mulheres do Rio Grande do Sul. Disponível em: http://www.spm.rs.gov.br/upload/1407514791_Manual%20para%20uso%20n%C3%A3o%20sexista%20da%20linguagem.pdf

Em termos metodológicos, é preciso reforçar que o escopo da pesquisa é limitado. Parto de uma abordagem qualitativa, em que apenas sete pessoas foram entrevistadas, e a partir disso pude construir algumas breves fotografias acerca de toda a complexidade que envolve essas vidas. Embora houvesse um recorte em termos de perfil social, o número de entrevistados não permite que as leituras aqui trazidas sejam estendidas como representativas a todos aqueles que integram este perfil. Podem, no máximo, fornecer alguns *insights* para pensar sobre como essas experiências individuais podem ter sido condicionadas a partir de uma mesma localização na estrutura social. Ainda assim, reforço que teria sido enriquecedor incluir mais entrevistados com nível de escolaridade baixo, para compreender em maior profundidade as nuances desta variável, que parece tão reveladora.

Um paradoxo, ao qual é necessário estar atenta: Se é imprescindível levar em conta a recorrente deslegitimação das falas e demandas das minorias... Por outro lado, o vínculo emocional com elas impede o distanciamento científico necessário para a análise? Ao tentar não deslegitimar as experiências de vitimização aqui relatadas, eu não estaria a considerar qualquer relato de opressão *a priori* verdadeiro e qualquer negação de racismo implicitamente falseável?

Do ponto de vista teórico, uma das maiores limitações que eu apontaria foi o fato de não aprofundar nos impactos da masculinidade e da experiência geracional para a discussão aqui proposta - elementos que surgiram algumas vezes ao longo das entrevistas. As reflexões sobre raça, classe e espaço urbano também poderiam ter sido mais amplas, mas o foco escolhido, afinal, foi que elas servissem para dar um contexto para a discussão dos conceitos de alteridade e sujeição criminal, centrais no trabalho. Algumas opções estratégicas por vezes precisam ser feitas, pois não é possível falar de tudo. No processo de escrita, fica sempre a impressão de que deveria ter acrescentado mais autores, mais análises, mais trechos de entrevistas – mas uma hora é preciso estabelecer prioridades.

Dentre os aspectos que não puderam ser contemplados pelo escopo deste trabalho, vários podem ser sugeridos enquanto agenda de pesquisa. Uma pergunta cabível, por exemplo: Se os signos da alteridade estão fortemente associados à sujeição criminal, como se dá a experiência das mulheres periféricas em relação à violência urbana? Outra: Se dentro do recorte das classes baixas, eu entrevistei aqueles que tinham um nível de escolaridade médio a alto, sendo assim relativamente privilegiados dentro deste grupo, como as representações sociais de periculosidade incidem sobre aqueles que estão mais à margem ainda, e cujos signos de

suspeição são menos manejáveis? Que negociações identitárias tomam parte? Mais uma: como o componente etário pode atuar representação das práticas criminosas, partindo do olhar sobretudo de uma juventude que é alvo preferencial da violência?

Talvez a abordagem aqui proposta esteja permeada de limitações acerca da realidade que tento retratar. Todavia, os questionamentos que possam ser levantados são parte indissociável da construção de saber. Estamos em um momento em que as disputas de sentidos da realidade e as desconstruções dos saberes estabelecidos têm se dado de forma ainda mais acelerada - o que conta com os efeitos das “jornadas de junho de 2013” e com a contribuição das redes sociais⁵⁰, mas não se atém a elas. Talvez em poucos anos existam mais pesquisadores negros e periféricos para propor discussões no espaço acadêmico e fornecer um olhar ainda mais enriquecido sobre os diversos fenômenos. Talvez, em pouco tempo, os argumentos aqui trazidos sejam considerados atrasados, datados. Significa que avançamos.

*E quando a noite vem
Vem a contrafação dos nossos rostos
Rosto perigoso, rosto-pensamento
Sobre os vossos atos.
Senhoras e senhores, olhai-nos
Repensemos a tarefa de pensar o mundo.⁵¹*

⁵⁰ (BOSCO, 2017)

⁵¹ Poemas aos Homens de Nosso Tempo, Hilda Hilst. A ordem das estrofes está alterada em relação ao poema original.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Sérgio. **Discriminação Racial e Justiça Social**. São Paulo: NEV-USP, 2005.
- ANDRADE, Francisco Jatobá; ANDRADE, Rayane. Raça, Crime e Justiça. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2014.
- ASSOCIATED PRESS. Por que atiradores brancos são chamados de ‘lobos solitários’ nos EUA? **G1**. Publicado em 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/por-que-atiradores-brancos-sao-chamados-de-lobos-solitarios-nos-eua.ghtml>. Acessado em 07 de fevereiro de 2018.
- BARROS, Jeová da Silva. **Racismo Institucional: A Cor da Pele Como Principal Fator de Suspeição**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Ciência Política, 2006.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade: Tratado da Sociologia do Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BORBA DE SÁ, Natália Regina. **Subjetividade e Sujeição Criminal no Discurso Judiciário: O processo de atribuição de características psicossociais aos réus condenados por latrocínio em Recife-PE**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2017.
- BOSCO, Francisco. **A Vítima Tem Sempre Razão? Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro**. São Paulo: Todavia, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. Esboço de Uma Teoria da Prática. 1972. In: **Pierre Bourdieu: Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAH, Avtar (2006). Diferença, Diversidade e Diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), jan-jun, p. 329-376.
- BUENO, Francisco da Silveira (org). **Dicionário Escolar do Professor**. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1963.
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo, Editora 34/ EdUSP, 2000.
- CARMO, Beatriz. A Pobreza Brasileira Tem Cor E É Preta. **Nexo Jornal**. Publicado em 18 de novembro de 2017. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>. Visitado em 07 de fevereiro de 2018.

CARNEIRO, Sueli (2001). Enegrecer o Feminismo. In Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a Partir de Uma Perspectiva de Gênero. **Revista Lola**, nº 16, Espanha.

COLLINS, P. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and The Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 1991.

CREENSHAW, Kimbele (2002). A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Revista Estudos Feministas**, p. 07-16, 2002.

CRESPO, Antonio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional. **RA-E Eletrônica**, Volume 1, Número 2, jul-dez, 2002.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EDGAR, Andrew. SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z: Conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo**. São Paulo: Contexto, 2003

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso Como Método Em Pesquisa Social Científica. Tradução de Iran Ferreira de Melo. In WODAK e MEYER (org). **Methods of critical discourse analysis**, 2 ed. p. 121-138. Londres: Sage, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, Máscaras Brancas**. Salvador: UDUFBA, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP) (org.). **Medo da violência e apoio ao autoritarismo no Brasil: Índice de propensão ao apoio a posições autoritárias**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e Periferia. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5ª ed., São Paulo: Globo, 2008.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2016**. São Paulo, FBSP, 2016.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **9º Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2015**. São Paulo, FBSP, 2015.

GONÇALVES, Clarissa Mendes. **A Construção Social do Medo: Olhares Sobre o Outro**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Recife: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2015.

HALL, S. The work of representation. In: ____ (ed). **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi Sage/Open University,; 1997.

HARAWAY, Donna (2005). Saberes Localizados: A Questão da Ciência Para o Feminismo e o Privilégio da Perspectiva Parcial. **Cadernos Pagu**, p. 07-41, 2005.

IPEA; FBSP. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017.

KESSLER, El **Sentimiento de Seguridad**: Sociología Del Temor Al Delito. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

KING, Shaun. O Privilégio Branco do Atirador “Lobo Solitário” de Las Vegas. **The Intercept**. Publicado em 3 de outubro de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/10/03/las-vegas-atirador-lobo-solitario-terrorista/>. Acessado em: 07 de fevereiro de 2018.

LANDOWSKI, Eric. **Presenças do Outro**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Violência e Ordem Social. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (Org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2014.

MAGALHÃES, Carlos Augusto Teixeira. **O Crime Segundo o Criminoso**: Um Estudo de Relatos Sobre a Experiência de Sujeição Criminal (Tese). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

MELGAÇO, Lucas. **Securização Urbana**: Da Psicoesfera do Medo à Tecnoesfera da Segurança. São Paulo: 2010. 274f. Tese (Doutorado). USP.

MISSE, Michel. Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil. In Violência e Participação Política no Rio de Janeiro. **Série Estudos**, nº 91, 23:39. Rio de Janeiro: UIPERJ, agosto de 1995.

_____. **Malandros, Marginais e Vagabundos**: Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro (Tese). Rio de Janeiro: 1999. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

_____. **Acusados e Acusadores**: Estudos Sobre Ofensas, Acusações e Incriminações. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

_____. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: Aspectos de Uma Contribuição Analítica Sobre a Categoria “Bandido”. **Lua Nova**, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

_____. Sujeição Criminal. In: LIMA, Renato Sergio de; RATTON, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (org). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de Um Racismo Mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. O Genocídio no Terceiro Milênio (Posfácio). In NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**: Processo de Um Racismo Mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PORTO, Maria Stela Grossi. Violência e Representações Sociais. In: LIMA, Renato Sergio de; RATTON, José Luiz; Azevedo, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (org). **Crime, Polícia e Justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

PORTO, Maria Stela Grossi. **Sociologia da Violência**: Do Conceito às Representações Sociais. Brasília: Editora Francis, 2010.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. “Elemento Suspeito”. Abordagem Policial e Discriminação na Cidade do Rio de Janeiro. **Boletim Segurança e Cidadania**, ano 03, nº 08, dezembro de 2004.

RIBEIRO, Djamila. **O que é Lugar de Fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

SÁ, Alcindo José de; CRUZ, Luciana Maria da. “Medo Urbano” e Suas Novas Formas Geográficas. Recife: Ed. Universitária da UFPE: CCS Gráfica e Editora, 2011.

SENE, Adaíra. Segregação Racial Persiste na Ocupação do Recife. **Diário de Pernambuco**. Publicado em 19 de novembro de 2015. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2015/11/19/interna_vidaurbana,611257/segregacao-racial-persiste-na-ocupacao-do-recife.shtml. Visitado em 10 de janeiro de 2017.

SINHORETTO, Jacqueline; LIMA, Renato Sérgio de. Narrativa Autoritária E Pressões Democráticas Na Segurança Pública E No Controle Do Crime. **Revista Contemporânea**, v. 5, nº1, p. 119-141, jan-jun de 2015.

SOUZA, Jessé. A visibilidade da raça e a invisibilidade da classe: contra as evidências do conhecimento imediato. In: **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2006.

VELHO, Gilberto. Violência: Uma Perspectiva Antropológica. Conferência. **57ª Reunião Atual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC**. Ceará: 2005.

RODRIGUES, Lucas de Oliveira. "Conceito de alteridade"; **Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/conceito-alteridade.htm>>. Acesso em 07 de fevereiro de 2018.

RUFFATO, Luiz. O Brasil Hipócrito: A Questão do Racismo. El País. Publicado em 16 de setembro de 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/09/16/opinion/1410894019_400615.html. Acessado em: 15 de fevereiro de 2018.

VILHENA, Junia de. A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância. **Revista Psicologia Política**, vol. 6, n. 12. Rio de Janeiro 2006.

ZALUAR, Alba. Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil. In: **História da Vida Privada no Brasil 4**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZUBARAN, Maria Angélica; WORTMAN, Maria Lucia; KIRCHOF, Edgar Roberto. Stuart Hall e as questões étnico-raciais no Brasil: cultura, representações e identidades. **Projeto História**, São Paulo, nº 56, p. 9-38, mai-ago 2016.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome do Entrevistado: _____

Local da Entrevista: _____

Data: ___/___/_____

Início da Entrevista: ___:___

I. Dados Gerais

1. Idade: _____

2. Raça/ cor: _____ (pergunta aberta, deixar que a pessoa use o termo que preferir)

3. Nível de instrução/ Onde você estudou?

4. Está fazendo atualmente algum trabalho remunerado? Qual?

5. Onde você mora? Há quanto tempo? Você gosta?

(Casa ou apartamento? Você moraria numa casa? Ou: se sente/sentiria seguro morando numa casa? Por quê?)

6. Quem mais mora com você?

| Nome | Parentesco | Profissão |
|------|------------|-----------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

7. Grau de instrução/ profissão dos pais:

| | |
|-----|--|
| Pai | |
| Mãe | |

8. Considerando a renda mensal da sua família, a qual desses grupos você pertenceria⁵²?

(Mostrar cartão com as opções abaixo)

E = até 2 SM = Até R\$1.874

D = 2 a 4 SM = R\$ 1.874 a R\$3.748

C = 4 a 10 SM = R\$3.748 a R\$9.370

B = 10 a 20 SM = R\$9.370 a R\$18.740

A = mais de 20 Salários Mínimos = mais de R\$18.740

9. Você segue alguma religião? (Há quanto tempo/ Com que frequência?)

10. Você tem alguma posição política definida?

II. Percepções sobre o Medo e a Violência

1. Você acha que a violência no Recife vem aumentando, permanece do mesmo jeito ou vem diminuindo?

2. Quais são os principais meios de comunicação através dos quais você tem contato com o tema da violência?

3. Sobre as medidas de segurança pública para o controle da violência: Você tem acompanhado o que está sendo feito? Acha eficaz/ ineficaz?

4. Existe algum hábito empregado no cotidiano que você muda por medo da violência? (Pergunta aberta)

5. Mobilidade:

Você circula a pé por seu bairro (ou algum bairro)? Qual seu principal meio de transporte? (ônibus, bicicleta, moto, carro)

6. Geografia Urbana:

a) Quando você anda pela cidade, qual o seu maior medo?

b) Há lugares na cidade em que mais teme ou mais se sente seguro? Quais seriam?

c) Você gosta da localidade onde vive? Sairia daí? Por que/ para onde? O que melhoraria nela?

d) O que é que você acha que “torna” uma rua “esquisita”?

7. Percepção de riscos:

a) Você está caminhando numa rua escura e vê alguém caminhando em sua direção. Como você caracterizaria um “indivíduo suspeito”, ou um “comportamento suspeito”?

b) Você acha que o fato de ser (homem/ mulher) interfere de alguma forma no fato de alguém ser vítima em potencial de violência? E autor?

⁵² Soma das rendas individuais das pessoas que residem com você. Critério de divisão usado pelo IBGE. Valor do salário mínimo em 2015: R\$937,00.

- c) Ao andar na rua e passar por outra pessoa, você já teve a impressão de que a pessoa tinha medo de você?
- d) (Se sim) Quando foi a primeira vez que você sentiu que as pessoas poderiam ter medo de você? Quantos anos você tinha? Como se sentiu?
- e) Você acha que a maneira como as pessoas te enxergam impacta na sua vida? De que forma?
- f) Você acha que a aparência faz diferença na hora de conseguir um emprego?
- g) Você acha que já sofreu algum tipo de preconceito? Conhece alguém que já sofreu preconceito? O que é preconceito para você?

8. Experiências pessoais:

- a) Pessoalmente, você já foi vítima de violência? Sim/Não
 - (Se sim) Como se sentiu? Como analisaria a situação?
 - (Se não) Você conhece alguém que já foi vítima de violência?
 - O que você acha que poderia ter sido feito em relação a situações como essas? (para solucionar, para punir, para prevenir/ por parte de você, por parte do Estado, por parte da polícia)
- b) Você já sofreu algum tipo de abordagem policial? (“Baculejo”/ Blitz)
- c) Você se sente seguro na presença de um policial?
- d) Você seria um policial? Se você fosse, o que faria de diferente? Como agiria?
- e) Ao frequentar um estabelecimento comercial, você já se sentiu observado ou vigiado?

III. Crime e Alteridade

1. Você pode me descrever como é a sua rotina num dia comum?

Quais são as coisas que mais gosta de fazer em seu tempo livre? Que lugares gosta de frequentar?

I. CRIME

2. A linguagem sobre o crime:

- a) Para você, o que seria um “cidadão de bem”?

(Você já ouviu essa expressão? Já usou? Concorda com o uso? A quem você acha que ela se refere e a quem não?)

- b) E bandido? Quando alguém diz que “bandido bom é bandido morto”, o que você acha? Por quê?
- c) O que você acha dos direitos humanos?

3. O que, na sua opinião, leva as pessoas a cometerem crimes?
- a. Depois de responder pelo crime (foi preso, cumpriu a pena toda) - você acha que elas poderiam retornar à sociedade e levar uma vida como a de qualquer pessoa?
 - b. Você acha que a punição física (porrada) é uma forma eficaz de ensinar?
 - c. Você acha que a autoridade é importante para manter a ordem?
 - d. O que você acha da pena de morte?
 - e. Você acha que quando um menor de idade comete crime, ele deve responder como um adulto ou deve ser reeducado ?
 - f. E o porte de armas? Você acha que deveria ser permitido ou não?

Final da entrevista: ____:____

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que estou ciente de estar participando de uma entrevista vinculada à pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os dados recolhidos nesta entrevista serão utilizados para a produção de uma dissertação pela estudante Clarissa Mendes. Neste trabalho, além dos dados gerais do entrevistado, serão levantadas questões sobre problemas da cidade do Recife, assim como questões mais amplas sobre a sociedade brasileira.

Estou ciente de que se trata de uma atividade **voluntária**, de que posso desistir a qualquer momento e que posso optar por não responder a alguma pergunta; estou ciente de que a participação não envolve remuneração. Nestes termos, posso recusar e/ou retirar este consentimento informando à pesquisadora, sem prejuízo para ambas as partes, a qualquer momento em que eu desejar. Tenho o direito também de determinar que sejam excluídas do material da pesquisa informações que já tenham sido dadas.

Será garantido o total sigilo das informações concedidas, pois as respostas serão analisadas sempre em caráter **confidencial**. Seu nome não será divulgado em hipótese alguma, sendo garantido o **anonimato**. Diante do exposto, dou meu consentimento para participar da pesquisa e para a publicação dos resultados.

Recife, ____ de _____ de 2017

Assinatura do entrevistado

Em caso de dúvidas ou esclarecimentos, entrar em contato com a entrevistadora responsável por esta pesquisa, ao endereço de e-mail: mendes.clarissa@gmail.com e telefone: (81) 9-9194-3698.

Clarissa Mendes Gonçalves